

ISSN 1413-9421

Revista Canudos

Vol. 10, Nº1, Jul/Dez 2020

EDUCAÇÃO NO CAMPO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



CEEC
Centro de Estudos
Euclides da Cunha

ISSN 1413-9421

Revista Canudos

Salvador, v. 10 , n. 1, p. 1- 134, Jul/Dez. 2020



CEEC
Centro de Estudos
Euclides da Cunha

Publicação semestral temática do Centro de Estudos Euclides da Cunha que analisa e discute assuntos relacionados ao Semiárido dos Estado da Bahia, aberta a contribuições externas, desde que estejam de acordo com a linha editorial adotada. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. É permitida a reprodução parcial ou total, respeitada a obrigatoriedade da citação da fonte.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

JOSÉ BITES DE CARVALHO
Reitor

MARCELO DUARTE DANTAS DE AVILA
Vice-Reitor

MARCEA ANDRADE SALES
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação

CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO
Coordenador

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Anselmo Ferreira Machado Carvalho
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

José Dionísio Nóbrega
ESCRITOR

Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Franklin Maxado
ESCRITOR, JORNALISTA E ARTISTA PLÁSTICO

Prof.ms Eric Maheu
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Louise Paiva (Mestranda)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Prof. Dr. Luiz Paulo Neiva
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Marielson de Carvalho Bispo da Silva
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Profª Drª Lutigarde Oliveira Cavalcante Barros
ANTROPÓLOGA E ESCRITORA

Profª Drª Marilécia Oliveira Santos
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

MSc Dandara Lima Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Thiago Machado de Lima
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Revista
Canudos



EDITOR CHEFE

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO

EDITORES ASSISTENTES

JOSÉ CARLOS DA COSTA PINHEIRO

MARTA MARIA LEONE LIMA

REVISÃO

LUCIANO FILGUEIRAS LIMA

MARTA MARIA LEONE LIMA

ROBERTA RIBEIRO PUGLIESI

CRIAÇÃO DE CAPA E

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUCAS SOUZA VIANA

FICHA CATALOGRÁFICA – SISTEMA DE BIBLIOTECA DA UNEB

<p>Revista Canudos / Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha – v. 10, n. 1, p. 1- 134, (Jul./Dez.2020) – Salvador. UNEB, 2020.</p> <p>ISSN 14139421</p> <p>1. Canudos (BA) – História. 2. Brasil – História – Guerra de Canudos, 1897.</p> <p>CDD: 981.05 CDU: 981”1897”</p>
--

A *Revista Canudos* publicou 9 volumes entre 1996 e 2014. A partir de 2020, passou a ser publicada exclusivamente no formato digital e online.

Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/canudos

A correspondência relativa à colaboração, solicitações de exemplares e pedidos de permuta devem ser enviados para o e-mail revistaceec@gmail.com e/ou para o Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC, Rua do Cabeça, nº10, Edifício Marquês de Abrantes, Sala 812, CEP 40.060-230, Salvador-BA, Brasil.

SUMÁRIO

7 EDITORIAL

10 APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

14 ***Os Desafios do Trabalho Pedagógico nas Escolas/Classes Multisseriadas do Campo do Município de Irecê***

Por Patrícia Gonçalves de Souza

29 ***A Construção de Heróis Republicanos durante a Guerra de Canudos***

Por Alessandro Silva Carvalho

e Léa Costa Santana Dias

41 ***“Defendendo Conselheiro”: A Imagem do Líder Conselheirista erigida nos Cordéis do Escritor José Aras***

Por Iza Carla Reis de Oliveira

57 ***A Via, a Viagem, o Viador em “A Terceira Margem no Rio”, de Guimarães Rosa***

Por Sávio O. Da Silva Santos

e Prof. Dr. Vitor Hugo F. Martins

62 ***Horas Abertas, Corpos Fechados: A Religiosidade do Cangaço***

Por Miguel Angelo Almeida Teles

75 ***Lutas pela Terra e Inserção da Agroecologia no Assentamento Terra Vista-BA***

Por Mateus Silva Ferreira

Orientadores:

Marcelo Mendonça Ribeiro

Sayonara Cotrim Sabioni

RESENHA

89 ***“Os Verdes as Portas do Sertão: Doutrina e Ação Política dos Integralistas na Bahia (1932 – 1945)” de Amélia Saback Alves Neta***

Por Manoel Reinaldo Silva Rego

ENTREVISTA

96 ***“Eu Não me Interessava Seu Mané!” – Lembranças e Deslembanças de João de Régis***

Por Manoel Antonio dos Santos Neto

EDITORIAL

“A descoberta maciça dos documentos fez o historiador acreditar que na autenticidade documental estava contida toda verdade.”

Fernand Braudel

O Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC - Órgão Suplementar da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, há cerca de 35 anos, desenvolveu pesquisas em arquivos: Públicos, Eclesiásticos, Militares e Privados de grande parte da documentação dispersa existente, a respeito do peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel - O Antonio Conselheiro (1830-1897) e do episódio que passou à História do Brasil com a denominação de Guerra de Canudos (1896-1897). A este acervo reunido e catalogado foi dado tratamento técnico-científico sob a forma de microfilmes (material transparente e flexível, contendo microimagens para projeção ótica, observação), esses originais se encontram no Arquivo de Segurança da Empresa Gráfica da Bahia da EGBA.

A documentação disponível no CEEC é composta pela microfilmagem de cerca de 32 mil documentos que foram posteriormente transformados em nove mídias de CDs. Temos também um Guia do Acervo de Documentação (1997), uma pequena biblioteca com livros ligados a temática e um acervo fotográfico com identificação das respectivas fotos que registram toda a trajetória do CEEC de 1985 aos dias atuais. O CEEC ainda faz atendimento agendado e orientação preliminar a pesquisadores e estudiosos do tema Guerra de Canudos, na forma presencial com acesso a documentação primária em CDs.

O acervo do CEEC ainda conta com gravações com depoimentos de remanescentes e descendentes de pessoas envolvidas na Guerra de Canudos, fruto de um Projeto de Pesquisa denominado “Os Caminhos do Conselheiro na Bahia - As Cidades e o Povo de Antonio Vicente Mendes Maciel.”(1987). Neste Projeto foi executado o mesmo percurso feito pelo Peregrino, antes de estabelecer-se em Canudos em junho 1893.

Outro campo de atuação do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC é a publicação da sua *Revista Canudos*, acompanhando a contemporaneidade das novas

tecnologias, traz na sua 10ª edição a RDO - (Revista Digital Online) que passa a ser a primeira revista digital do CEEC, que pretende atingir um público alvo expressivo de leitores e estudiosos.

A nossa *Revista Canudos* é uma verdadeira Fênix, vem resistindo as intempéries do tempo e permanece viva e em suas diferentes edições retratando temas que abordam a trajetória do Peregrino Antonio Conselheiro e seu Séquito e a Guerra de Canudos (1896-1897); As Secas ocorridas em diversos momentos no semiárido baiano e do nordeste brasileiro e as inúmeras homenagens In-Memorian de diversos figuras que foram descendentes de Conselheiristas, estudiosos e pesquisadores do tema.

Em uma breve retrospectiva, lembramos que, a primeira edição da *Revista Canudos* ocorreu há 25 anos, em dezembro de 1996, a homenageada IN MEMORIAN foi: a Dona Ana Maria Josefa dos Santos a "Dona Zefinha", filha de Conselheiristas, figura popular bastante querida e carismática para os canudenses e protetora do "Cruzeiro de Canudos".

A segunda edição da *Revista Canudos* v.2 n.2, outubro de 1997, tinha o seguinte o título gravado em sua capa: OUTUBRO de 1897 - 100 Anos de Canudos. Rememorava o término de um dos episódios mais marcantes da História do Brasil. A homenagem foi a: "A Antonio Conselheiro e a todos Conselheiristas que sonharam uma vida solidária e perpetuaram a memória de Canudos".

Um outro número da *Revista Canudos* a V. 3 n.1, junho de 1999, o tema abordado foi a retrospectiva histórica das secas do Nordeste brasileiro.

O Volume n.5 da *Revista Canudos* de junho de 2001, o homenageado In Memorian, foi o Mestre Calasans, traz na capa a sua fotografia e o título: CALASANS:1915-2001, ano do seu falecimento.

Já a *Revista Canudos* de 2002 - ano 7 números 6/7 contempla na sua capa: O Centenário de um Clássico - Os Sertões -1902-2002, que teve em Euclides da Cunha (1866-1909) o seu correspondente de guerra, que em sua caderneta de campo anotou informações importantes e fundamentais para a elaboração do livro que é um referencial para a literatura e historiografia brasileira. Também dedicamos a edição a memória do Sr. João de Régis(12/06/1907-18/11/2002), filho de descendentes Conselheiristas e um grande conhecedor e depoente-chave dos episódios da Guerra de Canudos.

Por fim, o V.1,n.9, 2014 da *Revista Canudos*, homenageamos In Memorian Sr. Paulo Monteiro Varjão (1903-2002). Outro homenageado In Memorian foi o saudoso colega do CEEC e de jornada, o Antropólogo e pesquisador de Canudos Renato Ferraz (22/09/1934-02/09/2002).

Reiteramos aos caros internautas e leitores que não se enfastiem da abundância de documentos e informações que discorrem sobre o acervo da Guerra de Canudos na nossa Instituição. Na contramão da História, o CEEC vem possibilitando acessibilidade a todos/as através das novas tecnologias ajustando a documentação disponível às novas mídias sociais. A *Revista Canudos* há 25 anos, teimosamente insistindo em manter-se incólume, num país onde livro é tido como artigo raro e de luxo, inacessível a uma camada significativa da população. Estamos assim, disponibilizando os números esgotados na Internet através do Portal de Periódicos da UNEB e lançando mais um número da *Revista Canudos* em formato digital. Esperamos corresponder e contemplar os anseios da comunidade científica no que refere ao nosso tema de estudo. Desfrutem dessa leitura!

José Carlos Pinheiro

Historiador / Pesquisador CEEC - UNEB

APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC lança a primeira versão online da *Revista Canudos*. Nessa nova empreitada a revista tem como tema central à *educação no campo*. Partimos do pressuposto de que a educação pode ir além dos muros da escola ou mesmo da educação formal, e não deve ser considerada apenas os conteúdos que são transmitidos numa sala de aula com programas e conteúdos preestabelecido. A nossa compreensão é de que a educação é muito mais que disciplinas, sistemas educacionais e políticas educacionais. A perspectiva que considera a educação como aquela que só acontece na escola, aprisiona o ensino em legislações de ensino, na organização do espaço escolar e no modo como os/as docentes e discente desenvolvem as suas práticas pedagógicas assentadas em procedimentos didáticos predeterminados.

O problema é que esse ponto de vista desconsidera outras formas de educar, de aprender ou de ensinar. No momento como esse de pandemia, a humanidade teve que adotar novas formas de ensino-aprendizagem que troca a sala de aula, o quadro de giz e o piloto por uma tela de computador, smartfone ou um sinal de rádio ou de televisão. Compreendemos que a educação permeia todas as relações humanas. Ao conversar, ao ler, ao assistir, ao discutir, até quando silenciarmos aprendemos e interagimos com o mundo. Portanto, passamos pelo processo de ensino aprendizagem em todos os momentos de nossa vida e em todos os contatos sociais sejam eles, presenciais ou virtuais.

Por esse motivo, temos artigos que discutem a sala de aula no sertão da Bahia, outros que repensam os desdobramentos político e cultural da Guerra de Canudos, através da construção de mitos republicanos e a releitura da Guerra de Canudos, a partir de outras fontes como o cordel. Temos ainda um ensaio sobre os sertanejos e outro que discute como os cangaceiros se relacionam com a religião. Entendemos que a educação está presente na escola, na roça, nas ruas, no modo como rezamos, falamos, plantamos, organizamos os dias ou até quando reaprendemos a ocupar e manejar a terra.

Desse modo, o primeiro artigo trata dos “Os Desafios do trabalho Pedagógico nas Escolas/Classes Multisseriadas do Campo do Município de Irecê” a autora apresenta como a educação escolar na área rural passa por dificuldades relacionadas a ausência de material didático, de estrutura física e dos currículos inadequados e semelhantes aos das zonas urbanas. Apresenta um breve histórico das escolas nas áreas rurais entre as décadas de 1910 até a década de 1980 e demonstra o quanto a educação rural, de forma geral é influenciada por teorias distantes dessas comunidades. Nesse ponto reivindica a adequação das escolas e da formação de professores/as à realidade local.

O segundo artigo intitulado “A Construção de Heróis Republicanos Durante A Guerra de Canudos” de autoria de Alesandro Silva Carvalho, selecionado no bloco *Incentivo a publicação de artigo de Iniciação Científica*, o objetivo dessa “seção” é estimular e divulgar novos pesquisadores através da publicação de Trabalhos de Final de Curso (TCC) ou Monografias de Conclusão da Especialização.

Alesandro Carvalho tem como argumento principal de que a República Brasileira recém-nascida, melindrada pela ausência de símbolos, datas e heróis, viu na Guerra de Canudos a oportunidade de criar, através de três homens de patente militar: um cabo, um coronel e um marechal a alegoria necessária ao Estado Republicano. Tal feito auxiliou à República a criar mitos e símbolos que faziam oposição a Monarquia ao tempo em que estimulava a ligação da República com o Exército Brasileiro. Vemos que a criação de um imaginário popular é necessária para dar a sensação de pertencimento e faz parte da construção de uma narrativa semelhante para todos. De modo, que entendemos como processo educativo e civilizatório de uma nação, o texto apresentado demonstra com muita habilidade essa relação.

O terceiro artigo, segue com o mesmo raciocínio do anterior, de autoria de Ilza Carla Reis de Oliveira intitulado “Defendendo o Conselheiro”: A Imagem do Líder Conselheirista Erigida nos Cordéis do Escritor Euclidense José Aras” argumenta que a imagem de Antônio Conselheiro foi passada para história como um indivíduo lunático, louco, um fanático religioso. Esta imagem foi divulgada pelos jornais da época e das muitas publicações realizadas após o fim da guerra que descrevia esse conflito como oponente ao Regime Republicano e tinha como intenção a Restauração do Estado Monárquico. A autora analisa a partir de dois cordéis de José Aras que descreve Antônio Conselheiro como herói e reivindica uma releitura da História da Guerra de Canudos depois dos seus 123 anos.

O quarto artigo aprovado foi apresentado em forma de ensaio e discute o conto a “A terceira margem do Rio” de Guimarães Rosa. O autor mergulha no fantástico mundo do

romancista mineiro que se encarregou de contar sobre a vida, a religião, os mitos e a filosofia do povo do sertão. O enredo de Rosa trata da vida e do rumo de um homem pacato e pacífico e de sua família. O texto intitulado: “A via, a viagem, o viador” de autoria de Sávio Santos nos convida para uma leitura agradável, inquietante e nos faz refletir sobre o impacto das nossas decisões na vida de nossos filhos e família. Vale a pena mergulhar nessa leitura!

O próximo artigo selecionado é de autoria de Miguel Teles intitulado: “Horas Abertas, Corpos Fechados: A Religiosidade do Cangaço”, trata da religião e das crenças de membros desses grupos nordestinos, entre os séculos XVIII e XX. Amparado por bibliografia pertinente e diversificada, o autor apresenta orações, amuletos e preceitos seguidos por esses indivíduos demonstrando que havia um trânsito entre o profano e o sagrado, o que resultava em uma infinidade de rezas e de aliança com Deus e o Diabo. O texto revela como se manifesta tal religiosidade, no uso de vestimentas, bornais, orações, guardadas pelos cangaceiros junto aos seus pertences enquanto circulavam pelos sertões nordestino, acreditando que estavam guardados e protegido por forças sobrenaturais e pelos seus santos de devoção. Teles ainda argumenta que existe bibliografia disponível e há poucos estudos acadêmicos nesse campo.

O último artigo aprovado foi a “Luta Pela Terra e Inserção da Agroecologia Assentamento Terra Vista – BA” de Mateus Ferreira, versa sobre um Assentamento do MST no Sul da Bahia e como foi desenvolvida uma proposta de agroecologia. Embora se trate de uma região que não pertença a área de interesse do Centro de Estudos Euclides da Cunha, o artigo tem relação com tema que está presente em nossos estudos que é a luta e a ocupação da terra e os possíveis desdobramentos sociais, políticos e culturais. O presente artigo trata do modo como um grupo de assentados do MST se organizou para ocupação e produção da terra adquirida. Para tal, Ferreira demonstra como se deu essa formação e implementação do assentamento rural e como se deu o processo educativo de mudança do manejo da terra, do convencional para a agroecologia atendendo a biodiversidade local. Vale a pena conhecer essa experiência!

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus textos para compor a primeira edição da revista digital. Aos membros do Conselho Editorial que contribuíram de forma competente, cuidadosa e precisa na apresentação dos pareceres de todos os textos que foram submetidos à *Revista Canudos*. Até a próxima edição!

Profa. Dra. Marta Leone

UNEB - CEEC

ARTIGOS

OS DESAFIOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS/CLASSES MULTISSERIADAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE IRECÊ

Patrícia Gonçalves de Souza¹

RESUMO: A presente pesquisa busca refletir a prática pedagógica do trabalho docente nas escolas/classes multisseriadas do campo do município de Irecê, bem como os desafios enfrentados pelos professores no desenvolvimento do seu ofício, a partir da seguinte questão: como os docentes organizam o tempo e o espaço na sala de aula multisseriada para dar conta da heterogeneidade que configura essa sala? A pesquisa apóia-se em autores que abordam os temas Educação do Campo e prática pedagógica, com um foco sobre as classes multisseriadas (ARROYO, 2010; CALANZAS, 1993; FREIRE, 1996; GONÇALVES, 2012; HAGE, 2005; LEITE, 1999; PINHO, 2004; SANTOS & MOURA, 2010) dentre outros. Todavia, a pesquisa permitirá perceber as dificuldades assim como as contradições existentes quanto à realização da prática pedagógica nas escolas e classes multisseriadas.

PALAVRAS-CHAVES: Classes multisseriadas. Prática pedagógica. Educação do Campo.

ABSTRACT: The present research seeks to reflect the pedagogical practice of teaching work in the multisite class of municipal schools in Irecê, as well as the challenges faced by teachers in the development of their craft, from the following question: how do teachers organize time and space in the room of a multi-series classroom to account for the heterogeneity that configures this room? The research is based on authors who approach the subjects of Field Education and pedagogical practice, with a focus on the multi-series classes (ARROYO, 2010, CALANZAS, 1993, FREIRE, 1996, GONÇALVES, 2012, HAGE, 2005; However, the research will make it possible to perceive the difficulties as well as the existing contradictions regarding the accomplishment of the pedagogical practice in the multi-series class schools.

KEYWORDS: Multiseries classes. Pedagogical practice. Field Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado para refletir sobre os desafios do trabalho pedagógico nas escolas/classes multisseriadas do/no campo do Município de Irecê. A escolha do

¹ Doutoranda em Educação. Mestra em educação, currículo, linguagens e inovações pedagógicas. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, em Gestão de Escolas, em Educação Infantil e graduada em Pedagogia. Este artigo foi apresentado ao curso de Mestrado da Universidade Federal da Bahia como requisito avaliativo da disciplina de Educação e Prática Docente.

tema surgiu a partir das inquietações vividas enquanto coordenadora pedagógica nas escolas do campo e de classes multisseriadas.

Atualmente, são várias as discussões que têm sido iniciadas com o objetivo de defender a escola do campo como espaço de diversidade, reconhecendo que cada povo que nele convive possui sua cultura, uma identidade e, portanto, um ambiente que carece de políticas que sejam direcionadas à essa realidade, e não de uma mera transferência do que é elaborado para o meio urbano.

No contexto das Escolas do Campo, especialmente nas classes multisseriadas, as dificuldades se ampliam, sobretudo quando consideramos que nelas prevalecem currículos urbanocêntricos que não dialogam com a realidade da cultura local e que insistem em reproduzir a lógica da organização escolar seriada em um contexto caracterizado pela heterogeneidade.

Reiterando o parágrafo anterior, esse estudo busca refletir a prática pedagógica do trabalho docente nas escolas/classes multisseriadas do campo do município de Irecê, bem como os desafios enfrentados pelos professores no desenvolvimento do seu ofício, a partir da seguinte questão: como os docentes organizam o tempo e o espaço na sala de aula multisseriada para dar conta da heterogeneidade que configura essa sala?

Contudo, o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC). Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

A partir da experiência enquanto orientadora do trabalho docente na escola do campo foi possível perceber as inúmeras dificuldades que o professor enfrenta nas classes multisseriadas como: a falta de material didático adequado, estrutura física, alunos de vários níveis de aprendizagem e principalmente um currículo específico para as escolas do campo.

Dessa forma, a importância de se estudar essa temática justifica-se também pelo elevado número de classes multisseriadas existentes em nosso município. Uma vez que os coordenadores das escolas do campo podem atuar em diversos espaços ao mesmo tempo, por esse motivo é importante entender como desenvolver um trabalho de qualidade nas classes multisseriadas.

Apesar da implantação das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) 4.024/61 e 5.692/71, que visam melhorias para a educação no Brasil, as mesmas omitiram-se quanto a Educação do Campo, assumindo assim uma postura cidadina, que buscava nivelar a educação nacional, para impulsionar a modernização da sociedade. Já a LDB 9.394/96, “abriu” um espaço apesar de pequeno, para tratar da Educação do Campo, a partir do momento que a lei entrou em vigor, embora ainda percebamos que as escolas do campo não estejam totalmente em evidência na sua dinâmica pedagógica.

Porém, os professores de Escolas do Campo, de um modo geral estão sem formação suficiente para assumirem salas de aula em tais comunidades principalmente porque ali o regime escolar se configura em classes multisseriadas. Isto porque não há um suporte pedagógico ou uma capacitação específica e necessária para que se atue em tais classes. Tal despreparo faz com que muitos professores, principalmente os que estão iniciando a carreira e que nunca passaram antes por escolas multisseriadas hostilizem tal condição, buscando outras instituições para trabalhar para que assim não venham a atuar nas escolas de área rural.

A partir dos relatos lidos sobre quando foi iniciada a Educação rural no país, identifica-se que as escolas funcionavam dentro das casas, e que em muitos casos eram as esposas ou as filhas dos donos das fazendas que ministravam as aulas. As escolas tinham apenas quadro de giz, não tinha cadeiras e nem mesas individuais; as professoras usavam uma mesa grande com dois grandes bancos formados por uma tábua e duas estacas em cada um, e os alunos sentavam um ao lado do outro enquanto que a professora passava nos cadernos as atividades referentes a cada série.

Estas condições acima relacionadas com o funcionamento das escolas de classes multisseriadas, costumam sugerir que quando se fala em Educação do Campo, a primeira impressão que se tenha é de que se trata de uma educação de péssima qualidade.

Infelizmente, a Educação no Campo hoje se resume num modelo “copista” da educação cidadina, reproduzindo práticas metodológicas totalmente fora do contexto dos alunos camponeses, negando assim sua oportunidade de “crescer” e se “desenvolver” em sua comunidade, como cidadão do campo que tem seus valores, seu modo de vida, suas expectativas e experiências de vida e uma cultura própria.

Por todos os motivos acima explicitados é que surgiu a preocupação e necessidade de pesquisar a temática, objetivando aprofundar um pouco mais sobre

ensino e aprendizagem nas classes multisseriadas e discutir as dificuldades enfrentadas pelos professores das referidas classes das escolas municipais de Irecê.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE HISTÓRICO

Apesar de o Brasil ser um país de origem agrária, a discussão sobre educação dos povos do campo só teve início a partir da década de 1910/1920, devido ao forte movimento migratório em direção às cidades. Nessa época um grande número de pessoas que residiam na zona rural deixou o campo e foram para a cidade em busca de melhores condições de trabalho motivadas pela industrialização que se iniciava naquele período.

Isso fez com que houvesse um esvaziamento do campo em grande escala, pois as pessoas vendiam as suas propriedades suas terras e iam para os grandes centros urbanos em busca de trabalho, queriam trabalhar nas indústrias que iam surgindo, com isso deu-se início ao êxodo rural.

Na tentativa de conter esse movimento e poder fixar os sujeitos no campo, políticos, intelectuais dedicaram-se a formular as bases de uma escola integrada às condições locais, o que ficou conhecido como Ruralismo Pedagógico, que inclusive se estendeu até os anos 50. Porém, isso não trouxe resultados satisfatórios, visto que não promoveu a transformação do espaço campesino, nem possibilitou ao homem sonhar por essa transformação. (LEITE, 1999).

Concomitantemente, explodia a ideologia do colonialismo que, ao defender as virtudes do campo e da vida campesina, mascarava sua preocupação maior: esvaziamento populacional das áreas rurais, enfraquecimento social e político do patriarcalismo e forte oposição ao movimento progressista [urbano, isso principalmente por parte dos agroexportadores. Mas o ruralismo contou também com o apoio de alguns segmentos das elites urbanas, que viam na fixação do homem no campo uma maneira de evitar a explosão de problemas sociais nos centros citadinos. (LEITE, 1999, p. 28 – 29)

É importante ressaltar que o ruralismo pedagógico não oferecia condições de discutir com propriedade os problemas existentes no campo e propor alternativas de melhorias; era apenas um movimento que pretendia fixar as pessoas no seu lugar de origem, sem pensar na sua forma de vida e produção, nem buscou discutir acerca de

valores e de políticas públicas que dessem base para a permanência do homem no campo com dignidade. “Assim a escola surge no meio rural brasileiro tardia e descontínua” (CALAZANS, 1993, p. 16).

Os intelectuais viam os povos do campo como seres dotados de uma extrema carência, devendo, portanto ser assistidos e protegidos, pois de acordo com a sua ‘mentalidade infantil’ julgavam que eles não tinham condições de pensar e viver dignamente.

É importante destacar que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem no campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora. As revoluções agroindustriais e suas consequências no contexto brasileiro, principalmente a industrialização, provocaram alterações que obrigaram os detentores do poder no campo a concordar com algumas mudanças, como por exemplo a presença da escola em seus domínios. (CALAZANS, 1993, p.16)

Na década de 1930, surgiu a idéia da construção do Plano Nacional de Educação (PNE), com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Nesse período buscava-se a modernização pela educação. Pensava-se que isso traria uma nova concepção de educação do campo, buscando configurar em um conjunto de políticas com definições elaboradas para atender os povos do campo. Entretanto, a educação urbana permaneceu inalterada e nas escolas predominava o ensino a serviço da burguesia. No que concerne às escolas do campo, a única novidade do período foi à regulamentação do curso de aprendizado agrícola durante o Estado Novo, tendo padrões parecidos aos de ensino elementar, infelizmente com o objetivo de formar capatazes rurais.

As proposições getulistas do Estado Novo de certa forma mantiveram a tradição escolar brasileira, garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade, porém dando ênfase ao trabalho manual nas escolas primárias e secundárias e ao desenvolvimento de uma política educacional voltada para o ensino vocacional urbano, destinado especialmente às classes populares. (LEITE, 1999)

Conforme (Leite, 1999), no início da década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR), na tentativa de desenvolver atividades educacionais para as populações rurais, como: projetos para a

preparação de técnicos destinados à educação de base rural e programa para a melhoria de vida dos rurícolas, nas áreas de saúde, associativismo, artesanato. Embora realizasse um trabalho educativo, desconsiderou-se as formas de vida dos povos camponeses e os elementos políticos, sociais e culturais que os integravam. Além disso, as reivindicações da minoria ficaram obscurecidas, pois os trabalhadores rurais, os bóias-frias e os arrendatários ficaram isolados sem o direito de externar seus sentimentos, ou ainda, caso falassem ou reivindicassem não tinham seus direitos respeitados (LEITE, 1999, p. 36-37).

Vale ressaltar que a educação que lhes era oferecida, não dialogava nem contemplava as suas singularidades e especificidades, ao contrário mantinha como vítima da exclusão social e dependência sociocultural, política e econômica.

A intencionalidade da educação rural neste período, segundo (Leite, 1999), era fortalecer o capitalismo vigente, possibilitar que a minoria que detinha os meios de produção continuasse explorando e subjugando os povos excluídos pela sociedade, levando-os a uma condição de miséria, dependência e subordinação, ficando refém do sistema capitalista.

Dessa forma, percebe-se o agravamento da situação econômica, social, educacional e cultural das classes menos favorecidas que viviam no campo, sem condições dignas de sobrevivência, sendo vítimas de um sistema excludente e uma sociedade desigual; na qual as relações sociais aconteciam de forma desumana, visto que, de um lado estavam aqueles que detinham o poder enquanto que do outro os excluídos e marginalizados pelo sistema subversivo e capitalista exacerbado.

Por volta da década de 1960, houve no Brasil uma forte crise onde foi preciso a população carente migrar da zona rural para a cidade acreditando em melhores condições de vida, contanto ao chegar aos centros urbanos perceberam que a situação se agravou e não tinha meios de sobreviver dignamente ficando marginalizada pelo capitalismo.

Em meados da década de 1960, o país vivenciou o início da crise do modelo desenvolvimentista através: a) do desenvolvimento das ondas migratórias das populações carentes (principalmente as nordestinas e/ou do meio rural para o urbano) e outros problemas de ordem sócio-política que desordenaram a sociedade nacional; b) do golpe militar de 1964, que modificou extremamente a estrutura sócio-política da Nação e cristalizou o modelo de dependência econômica do país em relação aos países do bloco capitalista; c)

da anulação dos direitos civis e da cidadania (levando em consideração as ações repressoras do governo militar; d) do desenvolvimento do —milagre econômico e da aproximação do país do Fundo Monetário Internacional. (LEITE, 1999, p. 42).

O golpe militar de 1964 trouxe consequências funestas para o desenvolvimento da educação no campo fazendo com que o Brasil ficasse submisso dependendo dos países capitalistas. Nesse contexto, a população camponesa passou a ter uma educação nos moldes da subserviência, visto que não tinha uma proposta de educação que visasse às pessoas alcançar sua autonomia para que pudessem intervir nas relações sociais.

Insatisfeitos com o modelo de educação que lhes tem sido oferecido pelas elites através do sistema oficial de ensino – a chamada Educação Rural –, os povos do campo, organizados em torno de movimentos sociais e sindicais diversos, tem procurado empreender alternativas pedagógicas para construir uma educação que esteja a serviço de suas lutas.

Na década de 80 com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais organizados, avança-se na luta por uma proposta de educação para os povos do campo, com uma perspectiva diferenciada, a partir da sua realidade, feita com os sujeitos camponeses.

Sobre esta forma de organização social e experiências educacionais que trouxe consequências significativas para a educação brasileira, principalmente para os povos do campo, (Souza. al. 2011), afirmam:

Iniciativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, organizações da sociedade civil, associações, vão configurar uma segunda realidade, mostrando-nos trajetórias e percursos promissores, pois têm desenvolvido iniciativas articuladas com os territórios rurais. É o caso das experiências desenvolvidas pelo MOC (Movimento de Organização Comunitária), pela REFAISA (Rede das Escolas Integradas do Semi-Árido), pela AECOFABA (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia), pela RESAB (Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro), pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), etc. (SOUZA, et.al., 2011, p.164)

Nos anos 90, reunidos em torno da *Articulação Nacional por um Educação Básica do Campo*, este movimento vai organizar-se politicamente e pressionar o Estado

brasileiro para desenvolver políticas públicas específicas para os povos do campo, a exemplo do PRONERA – Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária, instituído em 1998. Como desdobramento das lutas, em março de 2002 foi aprovada as *Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo* no Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2002).

Apesar da iniciativa do Ministério da Educação (MEC) no período, que possibilitou o diálogo com os movimentos sociais organizados sobre a educação do campo, percebe-se que temos ainda o grande desafio de termos uma proposta de educação que contemple as especificidades e singularidades dos sujeitos camponeses. Mesmo com diferentes projetos e programas implementados pelo Estado, o quadro educacional hoje no meio rural brasileiro é marcado pela precariedade: ainda predomina o analfabetismo, a evasão e a repetência; existe também a falta de recursos financeiros, e de profissionais com formação não específica para lidar com a escolarização dos rurícolas; o currículo é urbanocêntrico e o calendário não leva em consideração a época do plantio e da colheita dos povos do campo.

Faz-se necessário, sobretudo, pensar e propor uma educação que possibilite aos cidadãos adquirirem sua consciência de oprimido pela elite dominante e opressora e possa se organizar para lutar pela sua independência e autonomia intelectual manifestando-se contra os opressores que mantêm na condição de subserviência.

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS CLASSES MULTISSERIADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO

Existiu, historicamente, um descaso muito grande com relação ao homem do campo, assim como, o processo de desenvolvimento existente no campo visto que este sempre foi visto ao longo da história como atrasado e sem perspectiva de vida, pois lugar de morar é na cidade por ser considerada como referência de desenvolvido.

Essa forma de pensar perdurou por muitos anos e infelizmente ainda hoje temos poucas ações de políticas públicas para os indivíduos do campo; a maneira de pensar da grande maioria das pessoas vêem os cidadãos camponeses como pessoas alienadas sem cultura e sem conhecimento. A educação no campo instalada também tem apresentado práticas pedagógicas fundadas em referenciais urbanocêntricos, distante da realidade dos sujeitos camponeses.

Diante da realidade apresentada, precisa-se realizar no campo uma prática pedagógica que possibilite superar a visão alienada em relação aos problemas socioeducativos e que dê condições de sair do estado de submissão e subalternidade, e que amplie os horizontes políticos, culturais e sociais no sentido de se ter clareza do tipo de cidadão e de sociedade que se quer formar; sendo assim:

O professor numa escola do campo, ao planejar o seu trabalho pedagógico, necessita ter claro qual o projeto histórico que defende. Essa clareza oferece elementos para definir como irá delimitar os objetivos, as formas e os critérios que irão orientar o processo avaliativo e seus objetivos, expressando novas formas e relações de organização do seu trabalho pedagógico, com perspectiva emancipatória para a formação humana. (SILVA, et.al., 2012, p.167)

Partindo dessa afirmação, é imprescindível uma prática pedagógica que promova a emancipação dos sujeitos e crie condições para que saiam da alienação e possam construir conhecimentos capazes de promover a sua autolibertação, mediante a organização e a luta constante pela sua autonomia.

Lecionar em classe multisseriada constitui-se em uma atividade desafiadora devido às dificuldades que infelizmente são típicas dessas classes, devido à heterogeneidade que a configura e o descaso do poder público instituído com relação ao estudante do campo, especialmente das classes multisseriadas, leva-nos a refletir acerca do tipo de educação que está sendo oferecida na multisseriação.

O FAZER DOCENTE NAS CLASSES MULTISSERIADAS NO MUNICÍPIO DE IRECÊ

No município de Irecê – BA, a presença das classes multisseriadas é muito marcante. O município possui 39 escolas – com aproximadamente 16 situadas no campo: Meia Hora, Mocozeiro, Queimada do Floriano, Achado, Lagoa Nova, Angical, Itapicuru, Fazenda Nova, Umbuzeiro, Baixão de Zé Preto e Cocão. Dentre essas, somente duas escolas não funcionam com classe multisseriada, a Escola Municipal de Angical e a Municipal José Francisco Nunes em Itapicuru. O número de alunos nas escolas do campo chega aproximadamente a 1200.

Nas instituições onde há o multisseriamento, o regime de trabalho funciona com os alunos de todas as séries no mesmo espaço-tempo, mas com conteúdos institucionalizados, distribuídos e desenvolvidos por séries e disciplinas sequenciais, ou seja, com um caráter educacional fundamentado nas escolas das cidades, prevalecendo como a única e crucial diferença - a unidocência; enfatiza-se: um professor para ministrar aulas a várias séries concomitantes num período de 04 horas diárias por cada turno.

Muitos educadores (as) expressam insatisfação com relação a existência das classes multisseriadas pelo fato de não possuírem formação específica para trabalhar com uma turma diversificada em termos de idade e de aprendizagens, estabelecendo muitas comparações com as turmas seriadas, manifestando a expectativa que essas turmas se transformem em seriadas como alternativas para que o sucesso na aprendizagem se efetive. (GEPERUAZ 2005, p.46).

Cabe ressaltar que essa forma de organizar uma turma com alunos de mais de uma série não acontece apenas no Brasil. É conhecido como *multigrado* em países latino-americanos, e sobre o qual se reconhece a necessidade de uma definição organizativa diferenciada do modelo de um professor por grau (por série), como defende Ezpeleta:

Los cursos comunitarios están concebidos y estructurados para El trabajo con el grado múltiple. Entre los centros educativos destaca El reconocimiento a este hecho, que, siendo obvio para el interes pedagógico, nunca lo fue para la organización del sistema escolar: que el núcleo de la actividad institucional es la enseñanza, y, simultáneamente, que el trabajo con pocos niños con distintos niveles de avance, requiere una resolución organizativa diferenciada respecto del modelo de un maestro por grado, con grupos relativamente homogéneos. (EZPELETA, 1997, p. 104)

Por su parte, las escuelas multigrado son producto de outra circunstancia histórica y de una definición de otro tipo. Para uma administração que a partir de la postrevolución se propuso La

expansión del nivel primario, el problema consistía en asegurar La existencia del servicio escolar, sin que por entonces su calidad fuera objeto de preocupación. (Idem, ibidem, p. 105)

Essa forma de organização multisseriada também é adotada como modalidade de ensino em países como Canadá, México e França. O documentário francês “Ser e Ter” (2002), dirigido por Nicolas Philibert, explicita o cotidiano do trabalho docente no contexto de uma escola multisseriada em uma comunidade francesa.

Embora os problemas da Educação não estejam localizados apenas no meio rural, neste a situação é mais grave, pois, além de não considerar a realidade socioambiental onde cada escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo Poder Público, como resíduo, com políticas compensatórias, Programas e Projetos emergenciais, que muitas vezes ratificou o discurso da cidadania.

É preciso enfatizar que as classes multisseriadas passam por diversas situações visíveis no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Essa organização requer a competência do poder público como uma possibilidade em prol de melhorias para o educando do campo, e é a partir desse pressuposto que é possível acreditar em uma Educação do Campo favorável no desenvolver de sua aprendizagem, pois o educando do campo merece uma escola padronizada com professores capacitados e materiais pedagógicos de qualidade, melhorando assim a visão de que as classes multisseriadas são uma realidade completamente distorcida de educação: é um descaso total que vivenciam os alunos do campo.

Assim, a modalidade da educação ou da escolaridade multisseriada é oferecida, quase sempre, no primeiro segmento do ensino fundamental e, sobretudo nas escolas do campo. Sua presença maciça na área rural se deve às grandes distâncias entre as propriedades e também por causa do baixo número de crianças em cada série.

No município de Irecê, os gestores das escolas do campo geralmente são nucleados, atendem a duas ou mais escolas. O diretor e o coordenador se organizam para não deixar as escolas sem um representante.

O que se observa até o momento é que os alunos das escolas do campo não têm recebido o atendimento educacional público de maneira regular devido à organização multisseriada, ou seja, crianças para serem matriculadas em creches estão juntamente com as turmas de pré escola e as de até 5 anos, são aglomeradas em salas com turmas do ensino fundamental. O trabalho com a multissérie tem sido hoje um dos grandes

desafios na educação do campo, que segundo (Silva, 2007) o desenho apresentado é de que (a classe-escola) multisseriada, assim como toda a educação do campo e o próprio campo como território, têm sido relegados a segundo plano.

E é devido ao fato das escolas de classes multisseriadas serem uma das poucas e/ou a única oportunidade que os alunos do campo têm para frequentar a escola e ter direito a educação básica, que elas precisam ser mais valorizadas e melhoradas, para que não haja um esvaziamento e/ou uma substituição por outras escolas ou que as crianças sejam transferidas para a cidade.

Por esse motivo que é preciso pensar numa proposta de desenvolvimento da escola do campo que leve em conta a tendência de superação entre a dicotomia rural-urbano ao mesmo tempo em que resguarde a identidade cultural dos grupos que ali produzem suas vidas, ou seja, pensar numa melhoria para as escolas do campo e acima de tudo valorizar seus saberes e cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção do artigo, por meio das leituras realizadas, procurei abordar a partir da literatura como se configura a problemática do trabalho docente na contemporaneidade, a fim de compreender este fenômeno no contexto da educação do campo e nela nas classes multisseriadas, bem como analisar o trabalho realizado pelos docentes das escolas do campo do referido município.

Portanto, percebe-se que precisa-se efetivar nas escolas do campo uma prática pedagógica que envolva os estudantes num processo contínuo de construção de conhecimentos sistematizados mediante inserção de conteúdos baseados na realidade desses sujeitos sociais, levando em consideração os traços identitários, suas singularidades e especificidades, seu modo de vida e de produção, onde os estudantes das escolas de classes multisseriadas sejam autores e protagonistas da sua história e sejam valorizados enquanto seres humanos, conscientes dos seus deveres sociais e, sobretudo, que seus direitos saiam do campo da teorização e entre no universo da praticidade.

Reiterando o parágrafo anterior, sendo sujeitos que tenham acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade, acesso educação de qualidade no campo, salas de aulas com estrutura física adequada, professores com uma base teórica consistente para a formação política desses sujeitos que ao longo do processo

histórico vêm sendo marginalizados pela classe elitizada e dominante, tendo os seus direitos negados e sendo vítimas da exclusão.

No entanto, cabe dizer que os desafios da pesquisa sobre a multissérie são: aprofundar a compreensão de quais conhecimentos científicos os professores dominam e quais são necessários para a efetivação de uma prática pedagógica transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. KOLLING, Edgar J. et al. Por uma Educação do Campo. Brasil. Fundação Universidade. Brasília, 2010.

_____. *Formação de Educadores e Educadoras do Campo*. Brasília: MEC, 2004.

_____. Gonzalez; CALDART, Roseli Saete; MOLINA, Mônica Castagna. (org). Por uma Educação no Campo. Petrópolis: Vozes, 2004, Cap. I, p. 27 – 49.

BICUDO, M. A. V. Fenomenologia: Confrontos e Avanços. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília-DF: 2010.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). Educação e Escola no campo. Campinas, Papirus, 1993.

CALDART, Rosely S. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. São Paulo: Expressão Popular. 2004. p.315 – 405.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. A Concepção “Bancária” da Educação como Instrumento da Opressão. Seus Pressupostos, sua Crítica. In: Pedagogia do Oprimido. 41ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005, Cap. 2, p.80.

GADOTTI, Moacir. Para chegar lá juntos e a tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. 21ª- Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 1998

GOHN, M. G. Movimentos sociais e educação. SP: Cortez, 1994.

HAGE, Salomão Mufarry. A Realidade das Escolas Multisseriadas Frente as Conquistas na Legislação Educacional. In: anuais da 29ª reunião anual da ANPED: Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromisso manifestos. Caxambu: ANPED, 2006.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Jaqueline Barbosa da, SANTIAGO, Maria Eliete. As iniciativas de formação continuada para a educação do campo: os/as professores/as das classes multisseriadas e suas representações sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2008, Brasília. Anais... Brasília: UnB, 2012. 15 p.

SOUZA, Maria Antonia de, SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. Educação do Campo: Prática do Professor em Classe Multisseriada. Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2011. p. 211-227.

TOLEDO, Maria Cristina Moiana de. A Escola do Campo e a Pesquisa do Campo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

VEIGA, José Eli. Destino da Ruralidade no Processo da Educação - estudos avançados, n.51, maio a agosto 2004.

A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS REPUBLICANOS DURANTE A GUERRA DE CANUDOS

Alessandro Silva Carvalho²

Léa Costa Santana Dias³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a construção dos heróis na Primeira República com enfoque específico em três figuras de proporções diferentes durante a Guerra de Canudos: o coronel Moreira César, o Cabo Roque e o Marechal Bittencourt. Para esse estudo e produção utilizou-se, como fundamentação teórica, Emília Viotti da Costa (1999), Euclides da Cunha (1985), Michel Foucault (2003). Para tal, mostramos que, para haver uma ascensão de novos símbolos memorialísticos, heroicos, o processo de descredibilização do período anterior inicia-se desde a implantação da República no Brasil. Construimos de modo conciso um artigo que possa contribuir com o conhecimento do leitor e demais interessados do público geral, que tenham intenção em estudar o tema da construção da figura do herói na Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Heróis nacionais. República. Discurso.

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction of the heroes in the Old Republic with specific focus on three figures of different proportions during the Canudos War: Colonel Moreira César, Cabo Roque and Marechal Bittencourt. For this study and production was used, as theoretical basis, Emilia Viotti da Costa (1999), Euclides da Cunha (1985), Michel Foucault (2003). For this, we show that, in order to have a rise of new memorialistic symbols, heroic the process of disbelieving the previous period begins with the implantation of the Republic in Brazil. We construct in a concise way an article that can contribute with the knowledge of the reader and other interested parties of the general public, who intend to study the theme of the construction of the figure of the hero in the Old Republic.

KEY-WORDS: National Heroes . Republic. Discourse.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo pretende discutir em quais circunstâncias os três homens aqui expostos – o coronel Moreira César, o Cabo Roque e o Marechal Bittencourt – tornaram-se durante a Primeira República, no período que compõe a Guerra de

² Discente do Curso de Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas – Campus XXII – UNEB

³ Professora de Literatura Brasileira – Campus XXII – UNEB; Doutora em Literatura e Cultura – UFBA

Canudos, figuras heroicas com diferentes proporções cada uma. As figuras históricas aqui expostas divergem-se entre si, quanto as patentes militares e à forma como chegaram à sua condição heroica por três vias de ascensão diferentes: violência, propaganda jornalística e martírio (em Monte Santo, interior da Bahia, no seu busto, o Marechal Bittencourt é identificado como um mártir da República). De patentes diferentes, pertencem todos ao mesmo nicho – o Exército – e ascenderam à condição de heróis a partir da instituição da República no Brasil. O coronel Moreira César, o Cabo Roque e o Marechal Bittencourt são figuras presentes em um panteão criado no qual foram inseridos outros nomes dentro da mesma ideologia política que se estabelecia no Brasil naquele período histórico marcado pela turbulência, imposição de um novo regime político-administrativo.

Nesse artigo, não se assume posição sobre as qualidades, méritos ou falhas de nenhum regime político, apenas pretende-se mostrar como em seus primeiros anos a República, por todos os meios acessíveis ao seu alcance, criou símbolos, datas e heróis para justificar sua ascensão meteórica sem transição político-administrativa do regime anterior para o novo, da passagem de um dia para a noite da monarquia para o governo provisório republicano. Em um curto período de tempo, remodelou-se o horizonte memorialístico do Brasil às suas conveniências. Aqui, por meio das três personalidades históricas analisadas, foi intentado mostrar como se deu esse processo durante a Guerra de Canudos.

A REPÚBLICA

A instituição republicana ascendeu como corpo político de forma muito tumultuada, às pressas, tendo de criar rapidamente uma constituição, estabelecer um presidente para governar. Para um panorama mais abrangente, crítico e contundente desse período que formou o background deste período histórico, utilizamo-nos do clássico de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. Nessa obra singular, a autora demonstra com muita propriedade todo o contexto político-social-intelectual que levou à queda da monarquia e a ascensão da República. Nenhuma vertente ideológica escapa ao seu comentário.

Viotti não se prende a nenhuma corrente ideológica sobre o período, critica vários nomes importantes da historiografia brasileira, mas essencialmente mostra como se deu, após o 15 de novembro, a formação do discurso ideológico dos vencidos e

derrotados, cada qual adotando uma linha de raciocínio para si legitimar ou deslegitimar o outro através da produção de obras e discursos que atendessem a sua narrativa particular. Especificamente, sobre a República, mostra como o discurso de demonização do regime anterior vinha de longa data. Foi por meio disso que sua ascensão foi possível sem resistência, com exceção, da oposição intelectual de alguns monarquistas num primeiro momento, e ressentidos com os rumos tomados na República num segundo momento. Depuseram o Imperador e criaram uma instituição que buscava se legitimar muito rapidamente, não como um corpo novo, mas algo que já era supostamente ansiado pelos brasileiros desde há muito tempo. Como a autora escreve:

[...] afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma idéia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. Repetindo as críticas feitas durante o Império ao Poder Moderador, afirmam que as liberdades foram cerceadas com grande prejuízo para a nação. Apontam as deficiências de D. Pedro como estadista. Criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral que possibilita ao governo vencer sempre as eleições, e consideram a República a solução natural para os problemas. A proclamação da República na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século. (COSTA, 1999, p. 387)

Circe Bittencourt demonstra, no artigo “*As ‘tradições nacionais’ e o ritual das festas cívicas*”, como a República agiu para criar símbolos e mitos para seu sistema de governo, alicerçando-se primeiramente no movimento de Tiradentes, cooptando posteriormente figuras proeminentes do regime imperial brasileiro que pertenciam à classe que derrubou o Império, em especial, os militares, integrando ao seu discurso o Duque de Caxias, e relativizando a importância de figuras como D. Pedro I e II. Como explica Foucault refletindo sobre as relações de poder: “O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política.” (FOUCAULT, s/d, p. 99) No caso do Estado republicano, então, pode-se afirmar que estava construindo seu poder através da autolegitimação e da construção de seus heróis.

MOREIRA CÉSAR

Como escreve Euclides da Cunha, “O fetichismo político exigia manipsansos de farda.” (CUNHA, 1985, p. 321) Não foi diferente com o Coronel Moreira, e com os outros aqui analisados. Assim apresenta Euclides à imagem do comandante da Terceira Expedição: “O aspecto reduzia-lhe a fama. De figura diminuta — um tórax desfibrado sobre as pernas arcadas em parênteses — era organicamente inapto para a carreira que abraçara.” (CUNHA, 1985, p. 322) Esta é uma descrição crua de um dos homens mais temidos e respeitados ao longo dos primeiros anos da República.

Não constituía figura típica do homem militar, era antes de tudo “[...] o homem para as crises perigosas e para as grandes temeridades.” (CUNHA, 1985, p. 325), famoso por agir com extrema brutalidade nas revoltas que reprimiu, onde os “fuzilamentos” e as decapitações fizeram parte do imaginário popular construído em torno dessa figura não muito bem retratada por Euclides. Mais do que ver o Coronel Moreira César como um agente perpetrador das vontades do sistema, impondo-as a ferro e bala, é preciso ter consciência do discurso em torno dessa figura que sofria da “[...] desorganização psíquica que o vitimava.” (CUNHA, 1985, p. 325) Discurso é poder, e como explica Foucault, é parte integrante dos sistemas de coerção. Moreira César era representante de um regime que se autolegitimava, por todas as vias possíveis, desde seu princípio:

[...]. Em 1893, já coronel, porque galgara velozmente três postos dous anos, ao declarar-se a revolta da armada, o marechal Floriano destacou-o armado com poderes discricionários para Santa Catarina, como uma barreira à conflagração que se reanimara no Sul e ameaçava os estados limítrofes. Seguiu; e em ponto algum do nosso território passou tão firme e tão estrangulador o guante dos estados de sítio.

Os fuzilamentos que ali se fizeram, com triste aparato de imperdoável maldade, dizem-no de sobra. (CUNHA, 1985, p. 325)

A máquina de propaganda da República se instalou tão logo o regime chegou ao poder. Grande parte disso se deve à atuação do sistema repressivo do Estado que funcionou durante as revoltas da presidência de Floriano Peixoto (Revolta da Armada e Revolução Federalista) e, posteriormente, na Guerra de Canudos, sob Prudente de Moraes. Moreira César serviu aos dois presidentes. A Guerra de Canudos havia chegado

a um momento crítico. Era necessária a resposta definitiva, à altura do perigo que os conselheiristas representavam à República. Interessante observar o que escreve Roberto Ventura sobre isso:

O confronto entre os conselheiristas e as tropas governamentais trouxe à tona o conflito interno ao conceito de República e acirrou a disputa entre liberais e jacobinos. Canudos foi o ponto central de definição da forma republicana no Brasil, pela conversão da campanha militarizada em cruzada revolucionária. A República, manchada pelas revoltas federalistas e da armada, mais uma vez vertia sangue em nome de sua consolidação política. (VENTURA, 2003, p. 171)

Escolheram, então, Moreira César. Mas, como narra Euclides da Cunha, e conforme aparece representado no filme *A Guerra de Canudos*, a Terceira Expedição sofreu com a liderança de seu líder, sendo ele um dos principais responsáveis pela derrota republicana. Escreve Ventura sobre a Expedição e seu líder: “A terceira expedição contra Canudos foi organizada em 1897 com 1300 soldados, e entregue ao comando do coronel Moreira César, herói da repressão à revolta federalista e herdeiro, após a morte de Floriano Peixoto, da mística jacobina” (VENTURA, 2003, p. 171). Como se vê, Moreira César foi escolhido justamente por seus serviços prestados anteriormente e por haver herdado a “mística jacobina” que agia com brutalidade contra os insurgentes.

Não foi apenas o fator da derrota (da Terceira Expedição) e todo o ambiente contrário a Canudos no Brasil de 1897 que forçaram as autoridades republicanas a agirem com ainda mais violência contra o arraial do sertão, mas também a grande pressão midiática contra o arraial. Conforme demonstra Lidiane Pinheiro (2012), houve um crescente interesse pelo Belo Monte nos jornais da região Sudeste, em especial, *O Estado de S. Paulo*, objeto de análise de sua tese de doutorado. O discurso jornalístico foi de vital importância para dar a Canudos o status de ameaça. O “nós” (litorâneos, republicanos, sulistas) e “eles” (conselheiristas) foi contínuo nos jornais, com cobranças por medidas mais enérgicas por parte da imprensa e da opinião pública, que, não esperando a ação das autoridades contra a ameaça conselheirista e monarquista, resolveu tomar a dianteira “provocando as ‘jornadas jacobinas’ no Rio de Janeiro e em São Paulo, em que foram destruídos jornais monárquicos” (VENTURA, 2003, p. 171). Conforme demonstra Pinheiro, firmando-se uma oposição maniqueísta, divulgava-se

que “o Conselheiro batalha contra a instituição republicana garantindo ir ao Rio de Janeiro” (O Estado de São Paulo *apud* PINHEIRO, 2012, p. 166).

A construção, repetição e imposição de um discurso é um ato de poder legitimador. Moreira César foi designado para o conflito nessas circunstâncias, com a função de reprimir os conselheiristas, como havia feito anteriormente, nas revoltas do período Floriano Peixoto. Por elas que se tornou famoso, respeitado e temido, o cortador de cabeças, que defendeu com bala, reprimindo os revoltosos que ameaçavam o regime recém-instalado. Como escreve Euclides:

Cabe à sociedade, nessa ocasião, a camisa-de-força ou a púrpura. Porque o princípio geral da relatividade abrange as mesmas paixões coletivas. Se um grande homem pode impor-se a um grande povo pela influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascina com igual vigor as multidões tacanhas. (CUNHA, 1985, p. 327)

Moreira Cesar foi agraciado como herói por seus serviços repressivos prestados ao regime republicano, era símbolo de uma era que se impunha pela força. Sua atuação de imposição da ordem durante as revoltas do período Floriano e na Guerra de Canudos era de um homem, um burocrata do Estado, em sua defesa, cumprindo seu papel. Sua coroação como herói da pátria, como escreve Euclides: “Escolheram-no para novo ídolo” (CUNHA, 1985, p. 321), foi um marco simbólico do militarismo, que ainda hoje causa exaltações na mentalidade brasileira atual. O coronel caiu, mas seu mito permaneceu.

CABO ROQUE

Assim descreve Euclides sobre o episódio do Cabo Roque:

Nessas incertezas, a verdade aparecia, às vezes, sob uma forma heróica. A morte trágica de Salomão da Rocha foi uma satisfação ao amor-próprio nacional. Aditou-se-lhe depois, mais emocionante, a lenda do cabo Roque, abalando comovedoramente a alma popular. Um soldado humilde, transfigurado por um raro lance de coragem, marcara a peripécia culminante da peleja. Ordenança de Moreira César, quando, desbaratara-se a tropa, e o cadáver daquele ficara abandonado à margem do caminho, o lutador leal permanecera ao seu lado, guardando a relíquia veneranda abandonada por um

exército. De joelhos, junto ao corpo do comandante, batera-se até ao último cartucho, tombando, afinal, sacrificando-se por um morto... (CUNHA, 1985, p. 376)

É importante ter em mente o poder do discurso simbólico criado em torno dessa figura saída da mediocridade para a glória, “transfigurado por um raro lance de coragem”, levado ao panteão dos heróis nacionais em segundos. Lidiane Pinheiro cita a matéria do *O Estado de S. Paulo* sobre o Cabo Roque:

O cadaver do coronel, que era transportado para ser dado á sepultura [...] foi abandonado, ficando juncto a elle apenas o cabo Arnaldo Roque, seu ordenança e leal companheiro e amigo dedicado, que defendeu os restos mortaes do seu desventurado commandante até que, falta de munições, foi egualmente victima da ferocidade dos bandidos (informações transferidas por telegrama da Bahia no dia anterior e publicadas no dia 13 de março). (O Estado de São Paolo *apud* PINHEIRO, 2012, p. 173)

A velocidade com que a lenda surgiu assusta na mesma medida em que se foram erigindo homenagens aos heróis recém-tombados. Continua a autora mostrando a comparação entre o tratamento dado aos heróis pela República e pelo Império:

Em Canudos, Roque, ordenança de Moreira Cesar, soldado da República, morre, sem munição, sobre o cadaver do valoroso chefe.

No Rio de Janeiro, Gentil de Castro [...] é assassinado, e [o visconde de] Ouro Preto e outros monarchistas abandonam-no, para salvarem as proprias vidas [...].

Roque esperava a morte, guardando o cadaver de Moreira Cesar, varado por uma bala do inimigo.

Os estadistas do imperio abandonam um homem, que por elles deu a vida [...]

O paralelo é de hontem, e serve para distanciar da nossa dedicação essa fé monarchica que pára onde o sacrificio principia. (O Estado de S. Paulo *apud* PINHEIRO, 2012, p. 173)

Como se vê no trecho acima, era claro o objetivo de exaltação do regime vigente em detrimento do anterior: o Império arrogante e desumano ante as figuras que tombavam em amor à “fé monarchica”; a República soberana, mãe protetora dos que caíam para protegê-la. É interessante notar que “o cadaver do valoroso chefe”

representa o simulacro da imagem da República e seus valores, pelos quais, o Cabo Roque morreu fuzilado. Criando-se esse antagonismo, como quer mostrar *O Estado de S. Paulo*, entre o tratamento que era despendido por republicanos e monarquistas: os primeiros, valorosos soldados, honrados e leais; os segundos, covardes que fogem abandonando aqueles que por eles deram a vida.

O cabo Roque virou até nome de rua na cidade de São Paulo por ato da Câmara Municipal, de tão meteórica foi sua ascensão à condição de herói. Conforme escreve Euclides da Cunha: “Abriram-se subscrições patrióticas: planejaram-se homenagens cívicas e solenes; e, num coro triunfal de artigos vibrantes e odes ferventes, o soldado obscuro transcendia à história [...]” (CUNHA, 1985, p. 376). Toda a exaltação por um soldado raso que protegeu, sendo varado por tiros dos jagunços, o corpo largado do seu comandante, todo o misticismo dessa cena quase poética tinha o objetivo da criação de uma memória afetiva para com os heróis que caíam pela República. O corpo de Moreira César representava, sob essa cena, mais do que o do comandante, representava a proteção e reverência à instituição a que o Exército estava ligado, e historicamente fez nascer: a República. Proteger o corpo do coronel era proteger acima de tudo esse ideal.

Porém, tão rápido foi erigida a lenda, eis que aparece vivo, são e salvo em Queimadas três dias depois, trocando a “imortalidade pela vida” e “vítima da desgraça de não ter morrido”, nos clássicos dizeres de Euclides. Todo o ato de propaganda jornalística cai por terra. Cabo Roque foi símbolo de um período de reveses na guerra: “[...] fez-se quase uma compensação à enormidade do revés.” (CUNHA, 1985, p. 376) Retomando o discurso de Michel Foucault, pode-se afirmar, então, que o cabo Roque era parte da construção do “discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 2003, p. 8). Tudo isso por meio da imprensa. A criação do mito pela cena gloriosa para esconder o fracasso militar daquela expedição fez parte do ambiente da época, que ansiava por qualquer coisa para saciar seu desejo de esconder as mazelas de uma época. A criação de memória é parte do processo político de qualquer regime:

As tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma renovação histórica comparativamente recente, a “nação” e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e daí por diante. (HOBSBAWN apud BITTENCOURT, 2009, p. 56)

MARECHAL BITTENCOURT

O caso do Marechal Bittencourt é mais emblemático por ter protagonizado um ato de bravura que o elevou à condição de mártir. Oficial de alta patente, ministro da Guerra durante a presidência de Prudente de Moraes e designado para acompanhar, supervisionar o desfecho da guerra, de todos os comentados até aqui era o mais respeitado. É a figura de maior significação para a criação mitológica em termos da hierarquia militar. Numa recepção em sua homenagem:

Alguns altos funcionários do governo, entre eles o presidente da república, Prudente de Moraes, e o ministro da Guerra, Carlos Bittencourt, haviam-se reunido no edifício do Arsenal de Guerra para saudar o general que voltava da linha de frente. De repente, do nada surgiu um soldado do exército, de nome Marcelino Bispo de Melo que avança entre os presentes apontando uma faca ao presidente; o ministro da Guerra interpôs-se entre os dois e acabou ferido mortalmente. (AMORY, 2009, p. 148)

A cena é tão emblemática quanto mitológica. O oficial que se lança em defesa da autoridade máxima da pátria, dando a vida em troca da preservação, simbólica e material, da instituição que representava Prudente de Moraes: a Presidência da República. A esse respeito, é relevante a assertiva de Roland Barthes: “a honra é geralmente uma sobra do poder” (BARTHES, 1989, p. 8). O Marechal transformado em mártir da República tombou morto por uma disputa de poder existente na época, sua glória advém dessa “sobra” reconhecida a ele pelo poder instituído que viu no seu ato a nobreza necessária para exaltá-lo como herói. O ato de Marcelino aconteceu dentro de um contexto de disputa de poder entre a facção aliada ao antigo presidente Floriano Peixoto e o líder do Partido Republicano:

Foi essencialmente uma trama jacobina armada por aliados do ex-presidente Floriano e do líder do Partido Republicano federal, que juntos não conseguiram impedir a candidatura presidencial de Campos Sales, apoiada por Prudente de Moraes. A reação imediata, tanto do governo quanto do povo, contra os jacobinos foi ferocíssima. (AMORY, 2009, p. 148)

A morte do Marechal se deu nesse contexto de disputas entre facções rivais que apoiavam seus candidatos à eleição presidencial. Mas, transcendendo seu ato heroico,

essa disputa política, tornou-se patrono do Serviço da Intendência. Em Monte Santo, há um busto seu, que o exalta como mártir da República. Nesse caso, retomando a Barthes, pode-se dizer que “o poder (a libido dominandi) aí está, emboscada em todo e qualquer discurso” (BARTHES, 1989, p. 9). A representação e as honrarias dadas ao Marechal-mártir são um pequeno vislumbre da atuação do discurso na criação da ordem histórica vigente. O marechal foi inserido, portanto, dentre os grandes homens que morreram ou lutaram pela nobreza de uma causa. A esse respeito, ainda conforme Roland Barthes:

[...] acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas, em suma, que ele é sempre uno. (BARTHES, 1989, p. 9-10)

A morte emblemática do Marechal está diretamente associada ao que caiu para proteger: o poder Executivo e a honra da farda militar (ante um desertor que a macula ao intentar contra o Comandante-em-chefe das Forças Armadas).

Como mostrou Emília Viotti da Costa, desde a implantação do regime republicano, houve a exaltação da República e a demonização do Império, sendo que as figuras clássicas desse processo histórico receberam homenagens, celebrações, títulos, feriados, nomes de ruas etc. Esse processo de construção heroica, como foi demonstrado, verificou-se em todos os momentos, inclusive nos de maior aflição, como o são períodos de guerra e conflitos sociais que ocorreram ao longo da história republicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjectura de qualquer sistema político-histórico requer uma dose de cautela, cepticismo. Todos os sistemas contêm falhas. Com a República brasileira, não seria diferente. A análise de sua promoção propagandística revela a face de um regime que buscava se legitimar a qualquer custo pela propaganda ideológica e pela bala. Nesse processo de poder, é natural a criação de um arcabouço mitológico de figuras heroicas para legitimar sua ascensão ao poder, reconstrução do imaginário popular e nacional. Um regime político só se mantém de pé se consegue criar símbolos afetivos. Com as três figuras históricas expostas e analisadas, procurou-se mostrar

alguns dos procedimentos utilizados em face de um período de grande conturbação da ordem pública. Cada um dos três vem de um mesmo nicho, o Exército, que por vias e meios diferentes foram exaltados à condição de heróis, alguns duraram mais do que outros, mas é claro, o procedimento discursivo pelo qual foram criados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 148.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 53-93.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 385-447.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição Crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 317-376.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. A Microfísica do poder. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfísica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf>. Acessado em: 18 fev. 2019.

FILHO, Fausto Salvadori. Nomes de guerra. Revista apartes, São Paulo, dez/2013. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-4-dezembro2013/no04-nomes-de-guerra/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

GUERRA de Canudos. Direção: Sergio Resende. Produção: Mariza Leão; José Wilker. Roteiro: Sergio Resende; Paulo Halm. Fotografia de Antonio Luiz Mendes. Brasil: Columbia Pictures do Brasil, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7Io0E>. Acesso em: 21 out. 2018

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. *A construção do acontecimento histórico: O discurso do Jornal O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário*. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12909>. Acesso em: 16 out. 2018

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço Biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.171.

Dia da Intendência: Noticiário do Exército: A palavra da Força. Centro de Comunicação Social do Exército. Brasília, DF: 12/04/2016. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/16541/7263485/Dia+da+Intend%C3%Aancia/66a72a36-6b59-4e1e-925d-c01bb90e63d1>. Acessado em: 11/02/2018

**“DEFENDENDO O CONSELHEIRO”: A IMAGEM DO LÍDER
CONSELHEIRISTA ERIGIDA NOS CORDÉIS DO ESCRITOR EUCLIDENSE
JOSÉ ARAS¹**

Ilza Carla Reis de Oliveira²

RESUMO: Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de Mestrado em Estudos Linguísticos (UEFS), de cunho bibliográfico e documental, concluída em 2018, tendo como foco a análise dos discursos em torno do personagem central do movimento de Belo Monte, Antonio Conselheiro. O objetivo foi realizar um contraponto entre a sua imagem construída pelo olhar do outro e pelo seu próprio olhar, a fim de observar o funcionamento desses discursos, a partir dos *corpora* constituído por três das primeiras notícias acerca do líder conselheirista, veiculadas pelos jornais da época, dois poemas de cordel, escritos pelo euclidense José Aras, e seis das prédicas manuscritas pelo próprio Conselheiro, registradas em dois livros. Neste artigo, especificamente, trataremos das formações imaginárias construídas sobre Antonio Conselheiro nos dois cordéis de José Aras, intitulados “Defendendo Conselheiro” e “Repousa Peregrino”, apoiando-se, principalmente, na noção de Formações Imaginárias, no escopo da Análise de Discurso pecheutiana. As análises apontam que o jogo de imagens presentes nos discursos que insurgem dos cordéis - dos sujeitos entre si, do referente (Antonio Conselheiro) e as condições de produção que constituem esses discursos - incidem no que é dito, como é dito e, por consequência, nos efeitos de sentido que emergem a partir desses dizeres.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Formações Imaginárias. Antonio Conselheiro. José Aras. Cordéis.

ABSTRACT: This article presents part of the results of a research on the Master's Degree in Linguistic Studies (UEFS), with a bibliographical and documentary character, completed in 2018, focusing on the analysis of the discourses around the central character of the Belo Monte movement, Anthony the Counselor. The objective was to perform a counterpoint between his image built by the other's gaze and his own gaze, in order to observe the functioning of these discourses, from the corpora constituted by the three of the first news about the Counselor leader, conveyed by the newspapers from that time, and two *cordel* poems, written by the Euclidean José Aras, and six of the sermons written by the Counselor himself, recorded in two books. In this article, specifically, we will deal with the imaginary formations built about Anthony the Counselor in the two José Aras' *cordel* poems, entitled "Defending the Counselor" and "Pilgrim's Rest", relying mainly on the notion of Imaginary Formations within the scope of the Pecheutian Discourse Analysis. The analysis points out that the play of images

¹ Este artigo apresenta parte da pesquisa que resultou na dissertação intitulada *Antonio Conselheiro pelo olhar do outro e por ele mesmo: uma análise discursiva da (des)construção de sua imagem*, realizada sob orientação dos professores Carla Luzia Carneiro Borges e Gilberto Nazareno Telles Sobral, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), defendida em 27/02/2018.

² Docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - DCHT - Campus XXII.

present in the discourses that emerge from the *cordel* poems - of the subjects themselves, of the referent (Anthony the Counselor) and the conditions of production that constitute these discourses - affects on what is said, as it is said and, consequently, in the sense effects that emerge from these sayings.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Imaginary Formations. Anthony the Counselor. José Aras. Cordel Poems.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Transcorridos pouco mais de 120 anos da guerra de Canudos, após tantas pesquisas e publicações a respeito, é inevitável questionar-se: haveria algo ainda a ser dito sobre Antonio Conselheiro e o conflito ocorrido no sertão baiano? Há ainda algo a ser pesquisado? É também o que indaga o narrador/personagem do romance *O pêndulo de Euclides*, escrito pelo baiano Aleilton Fonseca, uma das recentes narrativas inspiradas nos fatos em torno de Canudos e Antonio Conselheiro e na figura do próprio Euclides da Cunha:

Mas tudo isso esgota mesmo a história da guerra? Nada mais há além do silêncio? Nada mais ecoa nos campos calcinados da memória que subjazem nas águas? Só nos resta interpretar as marcas do passado? De certa forma, sim. De certa maneira, não. É certo que textos, objetos e documentos falam por si. E as vozes do sertão? O que elas têm a dizer? Lembrei-me da célebre frase do escritor francês André Gide, que nos ensina: “Tudo já está dito; mas, como ninguém escuta, é preciso sempre recomeçar.” (FONSECA, 2009, p. 14).

Concordamos com o protagonista do romance: Canudos não é um tema exaurido. Voltar o olhar para os acontecimentos de mais de um século atrás é relevante e necessário, tanto para se entender a Canudos daquele tempo, os discursos sedimentados em tantos escritos, os quais ainda ecoam nas vozes do presente, quanto para se pensar a Canudos de hoje, assim como o Brasil atual.

A guerra de Canudos não foi o único conflito ocorrido no Brasil daquele final de século. Nem era Antonio Maciel o único peregrino a exercer a prática de andarilho, pregador e profeta no sertão, arrebanhando fieis. Aliás, conforme se lê em autores como Calasans (1997), Aras (2009), era comum existirem beatos, chamados conselheiros, naquela região, em virtude da escassez de padres de que padecia a devoção daqueles

sertanejos. Porém, o movimento liderado por Antonio Conselheiro, como ficou conhecido o peregrino, entrou para a história, em grande medida, pelo fato de ter sido objeto da narrativa de *Os Sertões*, lançada em 1902, que repercutiu nacional e internacionalmente.

É consenso que a imagem do Conselheiro, principal personagem do conflito armado e sobre quem ainda emergem diversas interpretações, foi, por muito tempo, bastante influenciada pela imagem estereotipada, difundida pelos jornais e publicações a seu respeito, a exemplo do clássico de Euclides da Cunha. Foi movida por essa certeza que decidimos analisar a imagem construída acerca do Conselheiro, assim como pelo fato de esta pesquisadora ter nascido na cidade que recebeu o nome do autor de *Os Sertões*, vizinha da também histórica Canudos, portanto, geograficamente no centro do contexto histórico da guerra. Neste sentido, além das notícias dos jornais, as quais funcionavam majoritariamente como a voz que defendia os interesses das autoridades políticas, latifundiárias e religiosas, desde os anos finais do Império, e ainda mais fortemente após a implantação do novo regime republicando, também acreditamos ser importante analisar a imagem do Conselheiro a partir de outros pontos de vista.

É assim que as pesquisas mais recentes relacionadas a Belo Monte buscam dedicar-se a outras vozes, diferentes das que tiveram maior visibilidade, à época, nas quais Antonio Conselheiro foi “pintado com tintas fortes, como desequilibrado e ignorante!” (VASCONCELLOS, 2008, p, 46). A repetição desses dizeres acerca da imagem de Antonio Conselheiro, registradas nas reportagens da cobertura da guerra, e até mesmo no que se escreveu daí em diante, a exemplo da própria narrativa de Euclides da Cunha, assim como em milhares de artigos e livros publicados depois, evidencia o que Bartelt (2009) denomina de “acontecimento discursivo”, arquitetado ao longo de pouco mais de duas décadas, regularmente, pela mídia impressa. Assim, com vistas a observar outro ponto de vista acerca do personagem de Belo Monte, optamos por analisar os cordéis de José Aras, escritos cinquenta anos depois de findada a guerra, em pleno sertão baiano.

Para empreender a análise, apoiamo-nos na perspectiva teórico-analítica da Análise de Discurso francesa (ADF), especificamente as noções de formações imaginárias e de condições de produção do discurso, por possibilitar refletir sobre como o jogo de imagens, dos sujeitos entre si (cordelista e leitores) e do referente do discurso (Conselheiro), incide sobre a forma como se diz, conseqüentemente, produzindo efeitos de sentido diversos.

“EU TE ADMIRO, MÁRTIR!”: AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE ANTONIO CONSELHEIRO NOS CORDÉIS

José Soares Ferreira Aras, conhecido como José Aras, nasceu em 28 de julho de 1893 – exatamente o ano em que o Conselheiro e seu séquito se fixavam em Canudos –, na Fazenda Lagoa da Ilha, localizada na então Vila do Cumbe, e faleceu em 1979. Em seus 86 anos de vida, como autodidata, uma vez que frequentou apenas dois meses e meio as aulas de um mestre-escola, tornou-se poeta e cordelista, pesquisador e escritor sobre a guerra de Canudos e sobre a formação da Vila do Cumbe, a qual, por seu intermédio, recebeu o nome de Euclides da Cunha, em homenagem ao escritor de *Os Sertões*. Foi Aras também o criador do hino municipal da cidade, assim como do Museu da Guerra de Canudos, no povoado de Bendegó, também por ele fundado, que hoje pertence ao município de Canudos. Também tinha uma habilidade/profissão que o fez peregrinar pelos sertões adentro: previa com facilidade um veio de água, sua profundidade e a qualidade da água.

Mesmo tendo frequentado tão pouco tempo os “bancos escolares”, José Aras se tornou uma personalidade singular na região e deixou escrita uma vasta obra, indo desde um meticuloso registro histórico-crítico dos costumes da região e da guerra de Canudos, até o lirismo de um poeta envolto pelos ares sertanejos. Cercado, inevitavelmente, pelos resquícios e pelas memórias da destruição de Belo Monte, conviveu com sobreviventes da guerra, assim como com muitos de seus descendentes. Tendo, desde menino, ouvido de seus próprios pais relatos da famigerada guerra, tornou-se um dos principais pesquisadores e escritores sobre o tema.

Dentre as suas principais obras estão *Sangue de Irmãos - Canudos por dentro e No sertão do Conselheiro*, esta última com uma compilação de vários textos do autor e publicada postumamente. Para Calasans, renomado pesquisador do tema Canudos, Aras foi o primeiro a considerar a visão dos sertanejos e registrá-la em versos de cordel, uma vez que se dedicou a coleta de depoimentos de sobreviventes e de descendentes de sobreviventes da famigerada guerra, durante suas viagens sertão adentro na busca por veios d’água, trabalho que desenvolvia com grande exatidão. O próprio Calasans é, também, um dos primeiros a se dedicar a um estudo, não só bibliográfico, mas também *in loco*, de entrevistas com sobreviventes da guerra de Canudos.

Leitor de tudo o que se reportava ao fato ocorrido bem próximo a ele, assim como um estudioso da célebre obra *Os Sertões*, na qual Euclides da Cunha descreve o

sertão, sua gente e o líder do movimento sociorreligioso de Belo Monte sob a ótica do Brasil do litoral, Aras se difere do escritor fluminense por ser ele próprio um sertanejo, cujos pés pisaram o chão castigado pelos períodos de seca, chão de onde, ao mesmo tempo, brotam a força e a esperança. Nas palavras do próprio Aras (2009, p. 9), “É aí, nesse termo de terra seca, onde se encontra o homem mais resistente do Brasil, mesmo, durante anos, desprovido de qualquer assistência social, mal alimentado e sem instrução [...]”.

Uma das obras deixadas por Aras, *Sangue de Irmãos – Canudos por dentro*, é prefaciada por José Calasans, o qual reconhece a enorme contribuição do escritor euclidense para sua pesquisa sobre o tema Canudos. O livro apresenta o olhar do José Aras pesquisador do fato histórico que marcou as suas memórias, fruto da curiosidade instigada por tudo o que leu sobre o tema, mas muito também pelo que ouviu, uma vez que teve a oportunidade, poucas décadas depois de findada a guerra, de ouvir os depoimentos de sobreviventes e de seus descendentes, quando estes não eram ainda muito valorizados, pois se dava mais ênfase ao que já se tinha escrito sobre o fato.

No sertão do Conselheiro, obra organizada e publicada postumamente por seu filho, Roque Aras, encontram-se reunidos vários escritos de autoria de José Aras, que vão desde textos de caráter historiográfico, até os diversos poemas que versam sobre os costumes típicos do sertão, personalidades importantes na trajetória de construção e habitação da região, assim como sobre a flora e a fauna sertanejas. É da obra, inclusive, que extraímos os dois poemas de cordel, nos quais analisaremos o ponto de vista do poeta sertanejo acerca do peregrino Antonio Conselheiro. Antes, porém, de nos ocuparmos da análise discursiva dos cordéis, vejamos o depoimento do próprio José Aras (2009, p. 14) sobre como a figura de Antonio Conselheiro lhe foi apresentada, de formas distintas, ao longo de sua trajetória, nos sertões nordestinos:

Desde criança, desejava eu conhecer sua vida, pois as histórias que ouvia despertavam mais a minha curiosidade. Andei por todas as estradas que o Conselheiro andou e por todos os lugares onde construiu, porque ouvi e vi a guerra, e na minha escola achavam que ele era o anti-Cristo. Recolhi alguns documentos para comprovar a veracidade de alguns pormenores de sua vida. Comecei a ler tudo que se referia àqueles acontecimentos. Era sempre o mesmo: o Conselheiro fanático, impostor, louco, assassino, perturbador ou lunático. Todos os escritores diziam a mesma coisa. Imaginei, então, que eles deviam ter procurado informações nas mesmas fontes, isto é, com os

inimigos da pobreza, ou da Monarquia. É que, ainda jovem, iniciando minhas conversas com os sertanejos incultos e humildes das vizinhanças, ouvia de todos sempre o contrário: o Conselheiro era bondoso, caridoso, “dava bons conselhos” etc.

O depoimento acima revela o quanto as imagens acerca do Conselheiro a que teve acesso José Aras, construídas ao longo dos anos em que peregrinou pelos sertões, orbitavam, predominantemente, em torno das mesmas imagens representadas pela maioria dos jornais que cobriram o movimento belomontense, assim como na literatura, a exemplo do que vemos na reconhecida e estudada obra *Os Sertões*, mas também nos cordéis, paródias e anedotas que se produziam sobre o tema Canudos, na época do conflito.

Apesar de sempre ter existido a voz dissonante desse discurso, isto é, os que viam em Antonio Conselheiro um homem “bondoso, caridoso” e que apenas “dava conselhos”, a imagem de louco, fanático e assassino parece ter tido um peso maior. Isto se deve, em parte, em razão de os fatos terem sido, inicialmente, contados enviezadamente, isto é, apenas pelo ponto de vista do vencedor, que nesse caso era o poder instituído, a República, e propagada pelos jornais – mídia de massa – e pela literatura canônica.

Ao refletir sobre os processos de significação e as condições sócio-históricas da produção do discurso, a AD compreende-o como efeitos de sentido produzidos na relação entre sujeitos e sua exterioridade. E ao considerar os processos e as condições de produção desses discursos, afirma que os sentidos não estão no ou por trás de um texto. Seu objetivo é, portanto, compreender como eles (os discursos) funcionam, por que funcionam de determinada forma e não de outra e como emergem os sentidos a partir desse funcionamento. Dessa maneira, com a finalidade de compreender como funciona o discurso e não simplesmente interpretá-lo, não tirar dele um sentido, mas atribuir-lhe sentidos, a AD estabelece-se não como uma teoria descritiva, nem explicativa, mas como uma teoria crítica que trata dos sentidos condicionados a questões históricas e sociais.

Para Pêcheux (1990), entre os diferentes elementos estruturais que compõem as condições de produção de um discurso, estão as formações imaginárias. Segundo essa noção, o que funciona no processo discursivo é uma série de imagens que designam os lugares que os protagonistas do discurso (A e B) se atribuem mutuamente, assim como

do seu referente, isto é, sobre o que ou quem se fala. Uma vez que essas relações imaginárias, que representam a posição dos protagonistas no processo discursivo, intervêm diretamente nas condições de produção do discurso, ocorre o que autor denomina de antecipação daquele que enuncia em relação ao seu interlocutor, fundamentando, assim, a partir dessa antecipação, sua estratégia discursiva.

Conforme Pêcheux & Fuchs (1990), a constituição do sujeito do discurso se dá pela sua identificação com a formação discursiva que o interpela. Desse modo, não é o sujeito físico nem o lugar empírico que funcionam no discurso. Assim sendo, reiteramos que nossa análise considera não o sujeito empírico José Aras, mas a posição-sujeito-cordelista, que, ao ocupar um determinado lugar discursivo, assume uma posição-sujeito divergente da posição-sujeito dos jornais, por exemplo.

Uma vez que é interpelado por uma outra formação discursiva, a partir de condições de produção específicas, ou seja, a partir de um determinado lugar social, inscrito na história, o sujeito cordelista manifesta sua posição ideológica, apresentando nos cordéis uma imagem diferente acerca do Conselheiro. Em se tratando, nesse caso, de dois poemas de cordel, partimos da premissa de que “num texto literário há a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social” (SANTANA NETO, 2013, 50). Assim sendo, o indivíduo que escreve os cordéis exerce a função-autor, interpelado pela ideologia e assujeitado à língua e à história, filiando-se a uma formação discursiva.

Sobre isto, Orlandi (2002) explicita que, uma vez que o discurso não é transparente e o sujeito é disperso e opaco, é na função-autor – mais afetada pelos procedimentos de interdição e de coerção da sociedade – que o texto deve ganhar coerência e unidade e seu autor deve ser visível. O sujeito do discurso assume, assim, o lugar de autor quando seus dizeres são estruturados sobre os princípios organizadores de produção da escrita, controlando o que dizer, o modo de dizer e imprimindo suas marcas de acordo com as circunstâncias dadas. A autoria, desse modo, deixa de ter sentido restrito à ideia de posse ou propriedade do que é dito ou escrito e passa a ser entendida como procedimento de produção do discurso.

Destarte, tem-se aqui a ideia de autor não somente como um ser social, um indivíduo que fala ou escreve um texto, mas como uma instância discursiva, um sujeito materializado no e por meio do discurso. O procedimento de autoria pressupõe, então, as formas de atuação desse discurso em contextos diferenciados, em função do lugar que o sujeito ocupa ou da formação discursiva a que se filia. Logo, a constituição do

sujeito do discurso, compreendido como procedimento de autoria, tem sua fundação na formação discursiva a que pertence e está submetida às regras de condição de produção desse discurso.

Dizemos isso porque, considerando-se o lugar do qual fala o cordelista – sertanejo, nascido no entorno da guerra de Canudos, o qual vivenciou realidade semelhante a de muitos conselheiristas –, pode-se dizer que ele é interpelado por formações discursivas divergentes daquelas assumidas pelos discursos que projetam uma imagem negativa do Conselheiro, ocupando, portanto, uma posição-sujeito diferente.

Isto se observa já nos títulos dos dois poemas de cordel, “Defendendo Conselheiro” e “Repousa peregrino”, os quais já manifestam a filiação ideológica do sujeito cordelista que se dá, conforme Pêcheux (1990), a partir das formações imaginárias dos sujeitos envolvidos nesse processo discursivo: o sujeito-autor e os sujeitos-leitores dos cordéis, assim como do referente, sobre quem se fala, neste caso, Antonio Conselheiro.

Vejamos, a seguir, o cordel “Defendendo Conselheiro” (ARAS, 2003, p. 142):

Amargaste os lábios, na peregrina terra
Abandonaste a pátria, não sonhaste a guerra
Teosofista quiseste sem compor a liça
Marchar seguido pelos filhos das pelejas,
Aconselhando, pregando e construindo igrejas
Consolidando a fé e lutando por justiça.

Nos campos maninhos e várzeas ressequidas
Consolavas e alegravas fieis nas suas vidas
O nome de Jesus lembrando sem cessar
Como apóstolo, ergueste templos, cemitérios
Sem poder ninguém penetrar nesses mistérios
Que, no futuro, talvez possam desvendar.

Depois de peregrinar pelo sertão baiano
Atravessaste o fértil solo sergipano
E naquele estado fizeste a tua história
Suportando a fome e sede, pesado teste,
Entre os cactos e as pedras do nordeste agreste,
Porém foi em Canudos que alcançaste a tua glória.

Herói ou tresloucado da terra de Iracema,
Resolveste escrever neste sertão o teu poema.
Eu te admiro, mártir! Que importam tuas loucuras?
Não foste covarde. Abraçaste o fanatismo?
Teu ideal era libertar teu povo do abismo
Tua palavra era consolo para as criaturas.

Em romarias, os sertanejos pela estrada,
Impelidos pela crença em nova cruzada
E alheios a menoscabos das magistraturas
Iam te seguindo na edificação dos templos
E tu próprio ofereceste o melhor empenho
Mesmo suportando humilhações e amarguras.

Cresce teu vulto; além, espalha-se a tua fama,
Congregada, a plebe apoia e empolgada clama
Em ti ela encontra compreensão, paz e alívio
Viveste a pedir, dando amor e caridade,
Ensinaste a confiar em Deus e ter piedade
Mas, a resposta das elites foi teu martírio.

Observemos, então, $I_A(A)$ (PÊCHEUX, 1990, p. 81), isto é, a imagem do lugar do sujeito cordelista para si mesmo, a qual lhe permite falar em defesa do Conselheiro. Observa-se, nos cordéis, a imagem de um sujeito discursivo que comunga dos mesmos ideais do sertanejo fundador do arraial belomontense, imagem expressa claramente no verso “Eu te admiro, mártir! Que importam suas loucuras?”. Levantando questionamentos, o sujeito cordelista, na quarta estrofe do cordel, mostra que o ponto de vista pelo qual retrata o personagem de Belo Monte é o de um sujeito que se identifica com a luta dos conselheiristas e, ao mesmo tempo, desidentifica-se com os “já-ditos” presentes nas fontes a que já tivera acesso ao longo de sua vida, que os qualificam como fanáticos e subversivos. E é retomando esses já ditos e assumindo uma posição-sujeito divergente que o sujeito cordelista apresenta a imagem do Conselheiro como herói, corajoso, desapegado dos bens materiais e bondoso, disposto a lutar pela justiça em favor de seus pares.

Ainda que de forma breve, empreendamos, na sequência, uma análise no sentido de identificar $I_A(B)$, isto é, a imagem do lugar dos interlocutores (leitores e/ou ouvintes)

dos cordéis para o sujeito cordelista, ou ainda, nas palavras de Pêcheux (1990), “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, posto que essa representação imaginária também é decisiva na construção do discurso. José Aras, ao escrever sobre o sertão e a guerra de Canudos, como já dissemos, o fez a partir de uma determinada posição social. No jogo de imagens de que trata Pêcheux (1990), esse lugar projeta imagens dos sujeitos envolvidos no processo discursivo. Assim, podemos afirmar que o cordelista escreve, a princípio, para os que lhe são próximos e que comungam dos mesmos valores e, muito provavelmente, com pontos de vista semelhantes acerca do Conselheiro.

Do mesmo modo, conforme as antecipações que todo sujeito enunciator faz ao produzir seu dizer, dizemos que o sujeito discursivo enuncia também para aqueles que não necessariamente veem o líder religioso sob o mesmo prisma. Podemos inferir isso uma vez que o cordelista retoma a imagem que já se tem “pré-estabelecida” acerca dos fatos ocorridos em Canudos para, a partir deles, dizer o que diz. Nesse sentido, mesmo que inconscientemente, o sujeito discursivo constrói uma imagem do seu interlocutor também como alguém que sempre ouviu/leu sobre Antonio Conselheiro como um “tresloucado” e “fanático”. Em vista disso, o enunciator parte desse discurso pré-existente para expor seu ponto de vista divergente acerca do líder religioso de Canudos.

Passemos, agora, a uma análise da imagem do lugar de Antonio Conselheiro pelo viés do sujeito cordelista, ou seja, conforme denomina Pêcheux (1990, p. 83), $I_A(R)$ – a imagem que se tem do referente, a qual é fundamental no processo de construção do discurso. Retomemos, aqui, o que propõe o filósofo francês, ao tratar do objeto do discurso, o referente, isto é, do qual se fala/escreve. Para o autor, trata-se de um “objeto imaginário” e não da realidade física propriamente dita, ou seja, trata-se do ponto de vista do sujeito discursivo.

Para o sujeito cordelista, o Conselheiro é “herói”, “mártir”, um homem que tinha como propósito “libertar o povo do abismo”, um “apóstolo”, cuja missão era levar palavras de consolo para os sertanejos que o seguiam e que, assim como ele, eram “filhos das pelejas”, vítimas das agruras e intempéries dos “campos maninhos e das várzeas ressequidas”, além de esquecidos pelos seus governantes, nas palavras do poeta, “alheios a menoscabos dos magistrados”. Nota-se que a imagem de Antonio Conselheiro para esse sujeito não diz respeito apenas a de um homem religioso, cuja missão era aconselhar e consolar os fiéis. Nos cordéis, o sujeito cordelista também faz erigir do Conselheiro uma imagem de líder que conhecia os sofrimentos dos que o

seguiam, de um homem que lutava por justiça social em prol dos seus pares, que gritava contra os descasos das autoridades, indo de encontro aos interesses da elite.

Como o propósito, numa análise discursiva, é ultrapassar a superfície linguística, ou seja, o que está dito, em busca do que ali não está dito explicitamente, mas que significa, devemos, fundamentalmente, considerar os aspectos exteriores ao texto, como já salientamos anteriormente. Nesse sentido, tendo-se em mente que a noção de sujeito, na perspectiva pecheutiana, considera o sócio-histórico e o ideológico como elementos constitutivos desse sujeito, é o lugar que este ocupa na sociedade que determina o seu dizer. A imagem que o sujeito cordelista projeta do lugar do qual enuncia é a de quem, semelhante ao Conselheiro que vivenciava as mesmas agruras daqueles que o seguiam, comunga dos mesmos ideais e, portanto, também se indigna com os descasos dos governantes.

Desse modo, observamos que, interpelado pela formação ideológica de crítica à política vigente e filiado a uma formação discursiva de quem enxerga em Belo Monte um exemplo de luta por justiça, o sujeito discursivo, ao fazer referência às ações do líder conselheirista, delinea a imagem de um homem que tinha por ideal libertar seu povo oprimido pelos coronéis e governantes. Para o sujeito do discurso, portanto, a “loucura” a ele conferida por anos representava nada mais nada menos que um sinal de sua extrema coragem. Consideremos, neste momento, os versos do segundo cordel, “Repousa peregrino” (ARAS, 2003, p. 151):

Dorme Conselheiro, no solo calcinado de Canudos,
As águas de Cocorobó virão cobrindo tudo,
Morreste tal e qual o Frei Caneca, ao badalar do sino,
Mistério, crença e doação, serão registrados na tua glória,
Pois “Canudos não foi vencido”, como conta nossa história,
E pelos oprimidos serás reconhecido no teu hino.

Tu sucumbiste como visionário, fiel à ideologia.
Disse alhures o poeta, que a ideia que mata o homem ou o asfixia
Pode ser mais tarde acolhida, santa, gigantesca e nobre.
Tua missão foi profunda como teu livro, mas muito breve,
Sofrendo com teu povo chegaste ao fim de espírito leve,
Redimindo o devoto, e o injustiçado e o sertanejo pobre.

Teus restos mortais estão a repousar no ressequido solo
Depositados na caatinga agreste que o envolveu no colo
Que mesmo causticante dá a semente, a vida e o doce fruto.
A tua revolta e a tua crença tremularão por sobre as ondas
Teus irmãos que vivem sem terra e sem justiça, farão rondas
Libertando este nordeste da opressão e de um passado bruto.

Imortalizado ficará Canudos – o Belo Monte,
Mesmo sepultado pelas águas do açude, a grande fonte,
Seu baluarte será coberto, mas será reescrita a história
Do crente resoluto, desprendido, manso e revoltado.
A bravura do jagunço se igualou à fúria do soldado
E será em futuro registrada nos bronzes da memória.

Repousas sob a água desse mar, Peregrino, o sono eterno
Dos justos que povoaram o passado e surgem no moderno
No solo que o acolheu bem longe de seu Quixeramobim.
Ao mirar este mar e olhar no firmamento cada estrela,
Cremos enxergar um inocente brilhando na centelha
Ainda sem entender a velha história de Abel e Caim.

Aqui, o sujeito cordelista trata especificamente não dos fatos históricos relacionados à vida do Conselheiro, nem da sua trajetória frente ao arraial de Belo Monte, como vimos no cordel “Defendendo o Conselheiro”, mas da imagem que ficará por herança após sua morte, da história que será contada. Para o cordelista, a visão negativa do peregrino de Belo Monte difundida pelos “vencedores” sucumbirá à glória que sua imagem alcançará. Vejamos as condições de produção, no sentido estrito, em que se dá esse discurso.

O cordel “Repousa Peregrino” é datado de 1950, ano em que se iniciam as obras do açude de Cocorobó, famoso por encobrir com suas águas os escombros da primeira Canudos, construída por Conselheiro e seu séquito e destruída pelo fogo republicado, em 1897, assim como as casas do vilarejo – a segunda Canudos – que se formaram em volta, após o fim da guerra. Nos versos, o cordelista parece maldizer a construção do açude, mas, ao mesmo tempo, reafirma: “Imortalizado ficará Canudos – o Belo Monte, / Mesmo sepultado pelas águas do açude, a grande fonte” (ARAS, 2003, p. 151).

Dois excertos do poema apontam que a imagem de Antonio Conselheiro será reescrita, conforme assinala o verso “Seu baluarte será coberto, mas será reescrita a

história”. Um pouco antes, faz referência à história já contada, cuja versão é dada pelos “vencedores”. Para o cordelista, “Canudos não foi vencido”, pois, ainda que tenha sido destruída, sua história será recontada e imortalizada.

Na segunda estrofe do poema, Conselheiro é descrito como um visionário que morreu “fiel à sua ideologia”, a qual, segundo o cordelista, visava redimir o devoto, o injustiçado e o sertanejo pobre. Observamos, dessa maneira, que, da mesma forma que no cordel anteriormente analisado, o sujeito discursivo é filiado à formação ideológica de quem fala de um lugar de sertanejo politizado, ou seja, que anseia por dias melhores para sua terra e, portanto, reivindica justiça para seu povo. Essa posição é reforçada ao afirmar que a luta do passado – ocorrida no final do século XIX em Belo Monte – perpetua-se no presente, como se lê nos versos seguintes: “Teus irmãos que vivem sem terra e sem justiça farão rondas, libertando esse nordeste da opressão e de um passado bruto”.

Mais adiante, o poeta adjetiva Conselheiro como “crente resoluto, desprendido, manso e revoltado”, o que parece ser paradoxal, a princípio. No entanto, parece esboçar a imagem de um homem manso, como a qualidade daquele que é bondoso, calmo, sereno, mas que também é revoltado – qualidade daquele que é rebelde, insubordinado às leis – isto é, um Conselheiro que se não submetia ao regime que vigorava e que, para ele, oprimia o povo. Nesse sentido, subentende-se que, para o sujeito cordelista, Conselheiro era manso para aqueles que comungavam de seus ideais, que escutavam seus conselhos, porém, revoltado com aqueles que o perseguiam e o tinham por louco e fanático e, especialmente, com o novo regime instalado que ia de encontro aos seus preceitos religiosos e havia tirado da Igreja a autoridade de escolher quem devia reger o país.

Na análise empreendida, constata-se a presença dos já-ditos acerca do Conselheiro, mas que, ao serem retomados pelo sujeito cordelista, são ressignificados, o que ocorre por meio do que Orlandi (2002) define como processo polissêmico no discurso. Ao mesmo tempo em que o cordel reitera a imagem do líder de Belo Monte construída pela mídia jornalística, subverte-a completamente, uma vez que assume outra posição do dizer, isto é, filia-se a uma outra Formação Ideológica. Isso não se dá explicitamente, e sim pelo que não é dito, mas significa ali, como se observa, por exemplo, no trecho “Cremos enxergar um inocente brilhando na centelha/Ainda sem entender a velha história de Abel e Caim” –, o qual faz alusão à imagem de criminoso erigida por décadas pelos jornais e pela literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, pequeno recorte de nossa pesquisa de mestrado, buscamos evidenciar a imagem de Antonio Conselheiro, líder do Movimento de Belo Monte, que atraiu os olhares de toda a nação, em fins do século XIX. Como menciona o poeta cordelista, nos últimos versos do cordel “Repousa peregrino”, tudo se assemelhava à “velha história de Abel e Caim” (ARAS, 2003, p. 151), uma guerra entre irmãos, na qual morreram muitos brasileiros dos dois lados: soldados e conselheiristas. Todavia, por muito tempo, a história contada sob o ponto de vista dos vencedores apresentava estes como bandidos e degenerados e aqueles como heróis da nação. Por uns, visto como um beato, um profeta do sertão; por outros, considerado um subversivo, tresloucado e mal intencionado. Este último retrato vigorou por muito tempo, uma vez que as vozes dissonantes deste discurso não tiveram, naquele contexto, visibilidade.

Nesse sentido, a escolha por analisar os cordéis de José Aras, nos quais a imagem do Conselheiro é diferente do que se propagou, não foi por acaso. Quando tomamos para análise os cordéis “Defendendo o Conselheiro” e “Repousa Peregrino”, observamos que o cordelista enuncia a partir de uma outra posição ideológica, apontada já em seus títulos, subjetivando-se, assim, em sujeito do discurso a partir de outra formação ideológica. No jogo discursivo, portanto, as representações imaginárias do lugar de si – cordelista sertanejo que ouvia relatos dos descendentes de conselheiristas – e do lugar do outro – sertanejos e simpatizantes da causa de Belo Monte – permitem projetar uma outra imagem de Antonio Conselheiro. E não é somente a imagem que o sujeito cordelista tem do seu lugar no jogo discurso que importa, mas também e, principalmente, as formações ideológica e discursiva às quais se filia, determinando o que pode e deve ser dito.

Assim, enquanto a maioria das notícias veiculadas pelos jornais contemporâneos ao Movimento de Belo Monte projeta uma imagem negativa do Conselheiro, os cordéis constroem uma imagem completamente diversa. Segundo o ponto de vista do sujeito cordelista, Conselheiro é um apóstolo, enviado de Deus para libertar o povo sertanejo, que consolava e alegrava os fiéis que o seguiam, cuja palavra era consolo para os oprimidos, pois conhecia o sofrimento dos que o seguiam. No cordel “Repousa Peregrino”, o sujeito cordelista enfatiza que o tempo se encarregará de reescrever a sua história. Nestes dizeres estão também os não-ditos, retomados ali: tudo o que, até então, havia sido propagado acerca do beato, conforme a história oficial registrava à época,

seria revisto. O cordelista, ao partir de uma imagem que já se tinha do Conselheiro, erigida pela mídia impressa e pela literatura até então, apresenta uma outra imagem deste como libertador dos oprimidos, herói, mártir, justo e inocente, a qual deverá ser imortalizada. Assim sendo, observa-se que esses dizeres funcionam discursivamente como que para “desconstruir” uma imagem para “construir” uma outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAS, José [1953]. Sangue de irmãos. ARAS, Roque; MACEDO, Adalgisa Nady Aras (Org.). 2. ed. Revisada. Feira de Santana: EMGRAF, 2009.

ARAS, José. No sertão do Conselheiro. Salvador, Contexto e Arte, 2003.

BARTELT, Dawid Danilo. Sertão, República e Nação. Tradução: Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

CALASANS, José. Cartografia de Canudos. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo EGBA. 1997.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FONSECA, Aleiton. O pêndulo de Euclides. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de discurso: Princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. HAK, T. (Org.). Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61 - 161.

PÊCHEUX, Michel. FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, F. HAK, T. (Org.). Por uma Análise

Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 163- 252.

SANTANA NETO, João Antonio de. A cidade do Salvador e o romance histórico. In: Salvador em discurso: estudos discursivos. SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; SANTANA NETO, João Antonio de (Org.). Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2013.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Antonio Conselheiro, autor. Revista Outros Sertões: Bahia, 2008, v. 1, n. 2, p. 45-61, Dez. 2008.

A VIA, A VIAGEM, O VIADOR EM “A TERCEIRA MARGEM DO RIO”, DE GUIMARÃES ROSA

Sávio O. Da Silva Santos¹

Prof. Dr. Vitor Hugo F. Martins²

“Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a intenção de permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.”

(ROSA, 2005, p. 78).

O conto “A terceira margem do rio”, de João Guimarães Rosa, envolve diversas questões, tanto religiosas, quanto filosóficas, além, é claro, das literárias e ficcionais. O seu enredo é voltado à história de um homem pacato, pai de família, que certo dia manda fazer para si uma canoa. A seguir, deixa sua família e adentra no rio, não com alguma função, nem indo nem vindo. Com alguma intenção secreta, o viador (o pai), “Só quieto”, agora vive às margens do rio, “solto solitariamente”, dentro de sua pequena canoa, sem alimento, nem roupas, apenas ao léu. O narrador dessa estória é um dos filhos do viador.

Tornando o conto misterioso e poético e, principalmente induzindo o leitor às interpretações, é pertinente perceber quatro “porquês”, pontos importantes a serem abordados e interpretados pelo leitor do texto rosiano. Primeiro, o leitor fica indagado com a despedida do pai, poderia estar acontecendo algo no relacionamento conjugal em que se fosse possível a mãe já esperar uma atitude tão radical do pai como a de ir embora? Visto que sua reação contraria a esperança do próprio narrador (o filho). “[...] nossa mãe, a gente achou que ela fosse esbravejar, mas persistiu somente alva de pálida, maçou o beijo e bramou: - *Cê vai, ocê fique, você nunca volte!*”

Logo após, porque o filho, narrador, quer ir junto com o pai, mas este não lhe diz muito? Apenas lhe faz um gesto: “[...] ele só retornou o olhar pra mim e me botou bênção [...]”;”. Por fim, porque ao invés de não viajar de uma vez para outro local, se sua intenção era afastar-se da família, ele opta por ficar no *entre* do rio? E por último, o viador, se o conto dá

¹ Discente do VI semestre em Letras Vernáculas com habitação em Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado da Bahia, campus XXI.

² Orientador, professor titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XXI.

adjetivos positivando o pai, por que ele abandonara sua família? “*Nosso pai era homem cumpridor, ordeiro, positivo.*”

Sabe-se logo no início da estória que há um rio, um pai e um filho. Trata-se na verdade de um tema preferido de Guimarães Rosa, a viagem. Externa e interna. A via, ou seja, o porquê do modo usado pela personagem principal para pagar a promessa ou realizar tal proeza. A viagem. É necessário entender que o conto é relatado sobre a visão do narrador, sendo este um dos seus três filhos, portanto, não afirmaremos com exatidão a explicação do ato do pai que baseia o enredo. No entanto, observaremos com a perspectiva da religiosidade, analisando os pontos importantes que estão postos na obra e que fundamentarão as deduções postas sobre o conto.

Através dos estudos biográficos fica comprovado que Guimarães Rosa é um homem do campo. Grande parte de suas obras tem seus enredos voltados aos acontecimentos no meio rural, as pessoas que moram nessas localidades rurais tem seus mitos, histórias, crenças, etc. Seria possível afirmar que seus contos são baseados em histórias que percorrem estes lugares, já que os moradores de roça na maioria das vezes seguem os preceitos da religião católica, tal qual, o pagamento de promessa faz parte de suas adorações.

Primeiramente falaremos sobre “A via”, o caminho o modo o qual o pai usou para distanciar-se da família por longos anos, a canoa.

Encomendou a canoa especial, de pau de vinhático, pequena, mal com a tabuinha da popa, como para caber justo o remador. Mas teve de ser toda fabricada escolhida forte e arqueada em rijo, própria para dever durar na água por uns vinte ou trinta anos.

A citação acima ao afirmar que seria pau de vinhático, ou seja, uma madeira usada para fabricar móveis e conhecida por durar muito tempo, significando que a madeira teria que durar por um tempo indeterminado. Outro ponto a ser notado na citação rosiana, é que a canoa teria que caber justo o remador, sendo assim, se ele estivesse pagando uma promessa, estaria justamente segundo o critério religioso, pagar a promessa sozinho. Além de logo em seguida dizer que foi arqueada em rijo, ou seja, que foi toda moldada para não se curvar ou emborcar e nem quebrar com as pancadas que poderia receber.

[...] Resistindo, mesmo nas demasiadas enchentes, no subimento, aí quando no lanço da correnteza enorme do rio tudo rola o perigoso, aqueles corpos de bichos mortos e paus de árvores descendo de espanto de esbarro.

O conto aponta algumas sugestões dadas pelos pensados pelos personagens para justificar o feito do pai, sendo estes: doideira, pagamento de promessa ou doença que pudesse contagiar a família. Não querendo nem se afastar nem estar perto, mas ficando no entre do rio, podendo ser um jeito achado pelo pai para pagar a promessa e não perder tudo o que tinha a família, toda de uma só vez. O rio é citado em diversas obras rosianas, em: *A terceira margem do rio*, ele é representado com adjetivos: grande, fundo, calado e largo. Sempre com simbologias filosóficas, adentrar ao rio seria se transcender, ultrapassar um limite pseudo social, fazendo relação dessa elevação com uma promessa.

“A Viagem”, o deslocamento do pai ou abandono se for analisado na perspectiva da esposa dele. Antes de a canoa ficar pronta, a família acredita que ele agora viraria caçador ou pescador, “*seria que, ele que nessas artes não vadiava, se ia agora propor para pescarias ou caçadas?*”, mas logo que a canoa fica pronta e ele se direciona ao rio com ela, a mãe já diz algo referente a perda do marido, ou seja, ela já sabia que ele iria embora, mesmo ele não levando consigo roupas, alimento nem dinheiro.

Sem alegria nem cuidado, nosso pai enalçou o chapéu e decidiu um adeus pra gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula ou trouxa, não fez alguma recomendação. Nossa mãe, a gente achou que ela ia esbravejar, mas persistiu somente alva e pálida, mascou o beijo e bramou: “*Cê vai, ocê fique, você nunca volte!*”

O sinal com o chapéu em forma de adeus, não forma uma simbologia afirmando nunca mais voltar, então, já era esperada essa atitude dele, principalmente pela esposa. Pode induzir problemas familiares, porém a forma usada para se afastar, não explica o sentido da ação do pai. A viagem neste conto é uma das partes mais importantes, ele não leva comida, nem roupa, estaria ele deixando as coisas materiais e se expondo a necessidade espiritual ou ele já imagina que seu filho levará comida para a margem do rio?

Saindo da perspectiva analisada através do narrador, se o pai estivesse mesmo pagado uma promessa, ele realmente abandonou sua família? O conto relata que ele não se distanciou, não estava nem perto nem longe, se a família depois vai para cidade, pra longe dele, quem abandonou na verdade? Reflexões podem ser tiradas a partir da viagem do pai, porém deixa dúvidas também, o sentido individual de transcender ou o pagamento de promessa, se o quesito da religiosidade fosse o pagamento de promessa em troca de algo, o que ele ganhara com isso depois de tantos e logos anos a deriva, se seu final é triste?

Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.

Voltando a uma análise anterior onde foi relatado que tinham opiniões que pudessem explicar a façanha, como: doideira, promessa e doença. Esta citação deixa evidente que doença não era, pois o pai só ficava no meio do rio e não encostava a canoa sequer do outro lado, seja para descansar ou para se alimentar. Permanecer no *entre* do rio durante anos, foi a viagem mais longa e dolorosa para o próprio pai, já que aparentemente ele estava preso a si mesmo em ter que permanecer ali.

Por fim, o personagem principal, “O Viador”. O pai conhecido pela maioria das pessoas como homem ordeiro e positivo e depois visto como um louco, após viajar. Ao decorrer do conto aparecem mais qualificações dele, sendo um homem pacato, aparentemente triste, “só quieto”. As coisas que ele pensava, com certeza não eram expostas nem aparentadas, nem muito menos sinal de doideira, descartando assim essa hipótese. Nem na própria casa ele impõe sua posição de pai, “*nossa mãe era quem regia e que ralhava no diário com a gente*”. Os homens que moram em localidades rurais costumam ser pacatos. Atitudes como estas são comuns entre eles, façanhas até maiores que a citada no conto, tudo em favor de uma promessa.

Há necessidade de se propor estar no lugar do outro. Dentro do conto, se colocar na posição do pai e entender o porquê de tudo aquilo também, mas apenas o filho se dispõe a estar no lugar dele, neste ponto adentra as questões transcendentais, ao final do conto, o filho que cobrava tanto de si pela atitude do pai e esperava ele voltar, toma a decisão de colocar-se no lugar dele, no entanto não esperava a reação do pai em aceitar, nem muito menos que seria tão difícil estar no lugar dele.

Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... o senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas as vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...

O leitor ainda que fora de algum campo de visão teórico a questão de religiosidade e filosofia, compreende que Guimarães utiliza da literatura como ferramenta de reflexão. Não se pode concluir nada sobre uma obra como o conto: *a terceira margem do rio*, nem concretizar apenas uma análise interpretativa. Mas, precisamente a busca intensa e constante por algum objetivo pode ser precipitada, visto que nem sempre o próprio ser está preparado para decisões que poderão realmente mudar uma trajetória de vida, tanto social, quanto psíquica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROSA, Guimarães. Primeiras Estórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

HORAS ABERTAS, CORPOS FECHADOS: A RELIGIOSIDADE DO CANGAÇO¹

Miguel Angelo Almeida Teles²

RESUMO: O escopo deste trabalho objetiva a realização de um estudo sobre a relação entre religiosidade e a crença dos cangaceiros que permearam os sertões nordestinos desde o século XVIII até meados do século XX, considerando José Gomes Filho, o Cabeleira (1751-1776) e Cristino Gomes da Silva Cleto, o Corisco ou Diabo Louro (1907-1940) respectivamente, o primeiro e o último chefe representante do grupo de cangaceiros.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão. Cangaço. Religiosidade

ABSTRACT: The scope of this work aims at a study on the relationship between religiosity and the belief of men called cangaceiros that permeated the northeastern sertões from the eighteenth century until the middle of the twentieth century, considering José Gomes Filho, Cabeleira (1751-1776) and Cristino Gomes da Silva Cleto, the Corisco or Devil Blond (1907-1940) respectively, the first and the last representative head of the group of cangaceiros.

KEYWORDS: Sertão. Cangaço. Religiosity.

INTRODUÇÃO

Praticamente isolados no seu mundo, entregues aos desmandos dos coronéis e dos seus paus mandados e sem a ajuda efetiva dos poderes constituídos, os homens do sertão buscavam amparo, força e proteção no encosto do sobrenatural. Cercavam-se de signos sagrados e profanos como arma de defesa na sobrevivência perante sua fraqueza humana em lidar com os poderosos da terra.

Todos esses ensinamentos e religiosidade advêm de um catolicismo antigo, dos catecúmenos herdados dos colonizadores europeus, dos índios e negros que povoaram os sertões. Tal religiosidade era doutrinada nos escritos das *Horas Marianas*³, da *Missão Abreviada*⁴ e o do *Lunário e Prognóstico Perpétuo para todos os Reinos e Províncias*⁵ e

¹ Trabalho apresentado no Seminário Angicos 80 anos: o Crepúsculo do Cangaço.

² Miguel Angelo Almeida Teles, fotógrafo, documentarista e pesquisador de temas sertanejos como vaqueiros e cangaço. Sócio do IGHB. Aluno do VI Semestre do Curso de Licenciatura em História, UNOPAR.

³ ROQUETE, José Ignácio. As Horas Marianas ou Ofício Menor de Nossa Senhora trazia orações e práticas alusivas às devoções da Mãe de Deus.

⁴ COUTO, Manoel José Gonçalves. Editado em Portugal em 1859, além das biografias dos santos, trazia várias orações, bastante utilizadas pelos sertanejos.

impulsionada por lendas, superstições, ladainhas, novenas, Santas Missões, terços na boca da noite e ofícios na madrugada. O medo do inferno, do diabo, do purgatório, do pecado carnal, da perseguição de espíritos inferiores, do feitiço, criava nesses homens um combinado de crença e religiosidade pautadas na fé, preceitos e regras de um sincretismo religioso repassado entre gerações através dos tempos.

A vida atribulada, repleta de arroubos, crimes e assaltos causavam no homem do cangaço um alarme doentio, repleto de agouros e presságios, acreditando em tudo, porque em tudo acreditava, e assim, nutria a sua fé a seu modo. Nas aflições e nas horas dos aperreios, o cangaceiro fazia pactos com santos de sua devoção e com espíritos protetores, assumindo os mais diversos compromissos para posteriores pagamentos das promessas alusivas aos pedidos por ele alcançados. Em um emaranhado de crucifixos e patuás e apoderando-se a tudo que lhes dava proteção, o cangaceiro prestava contas às suas diletas divindades e, convicto em extinguir a dívida, retribuía os favores com a doação de dinheiro nos oragos das igrejas, ouvindo missas, confessando os pecados e comungando, contudo sem perder a fé na oração forte que trazia repassada por algum preto velho que lhe fechara o corpo.

Entretanto, nas refregas, encangotados na mesma confiança dos rosários e bentinhos, utilizavam da própria fé para rogarem aos céus por uma pontaria certa, encomendando assim, a alma de algum desafeto ou integrante das volantes, abrindo o caminho do infeliz para o outro mundo. Eram as contas do rosário contribuindo com a mira da espingarda. Eram Deus e o diabo palmilhando os sertões nos rastos dos cangaceiros.

Nos sertões nordestinos, para alguns crendeiros, Deus e o diabo concorrem na força e no poder de igualdade. Nas horas tidas como abertas – seis horas, meio-dia, dezoito horas e meia-noite – o capeta anda solto no mundo arrebanhando almas para seu reinado no inferno. Visando amealhar súditos, o “coisa-ruim” utiliza-se de artimanhas e tentações satânicas para impressionar com seus poderes excepcionais aqueles que almejam força e imunidade contra seus inimigos, no fechamento do corpo. Porém, segundo ainda se afirma por lá, o diabo dá, mas um dia cobra! Pelo sim ou pelo não, ao bocejarem, por lá ainda fazem cruzeiros sobre a boca escancarada para evitar que o diabo adentre nela.

⁵ CORTÊS, Jerónimo. Orientava os leitores na agricultura, previsão do tempo, fases da lua, biografia dos santos, antídotos contra venenos de animais peçonhentos, tratamento de moléstias, eclipses solares, festas religiosas, etc.

Em suas anotações poéticas⁶, o ex-cangaceiro Antonio Ignácio da Silva, vulgo Moreno, (2008, p. 10) sintetiza com a perspicácia de um versejador sertanejo, a vida errante dos homens do cangaço, quando descreve “todos os cangaceiros do grupo de Lampião/ andando nas matas verdes/ na sombra da solidão”, viviam sem pouso certo para o corpo e sem refrigério para a alma. Sem moradias, capelas ou sacerdotes que lhes guiassem nos ensinamentos da fé cristã e dos dogmas do catolicismo, os cangaceiros enalteciam uma religião eclética que confessavam, com desusada fé nos santos, nas rezas, nos patuás e nas promessas que faziam. Seguiam uma série de ritos e temiam os abusos que eles mesmos criavam. Nas dúvidas, esmiuçavam os acasos, confrontavam os acontecimentos e faziam analogias para depois apurar as abstratas crenças que surgiam das suas suposições.

Diante do imaginário e das superstições que envolviam o mundo sertanejo do cangaço, o misticismo transitava livremente pelos caminhos da religião. Desta forma, esta pesquisa de cunho bibliográfico objetiva delinear a relação entre a religiosidade e a credence de homens ditos cangaceiros, que palmilharam sertões nordestinos desde o século XVIII até meados do século XX, considerando José Gomes Filho, o Cabeleira (1751-1776) e Cristino Gomes da Silva Cleto, o Corisco ou Diabo Louro (1907-1940) respectivamente, o primeiro e o último chefe representante do grupo de cangaceiros.

O FECHAMENTO DO CORPO

Cercados de insegurança em um espaço agressivo, brutal e atribulado, os cangaceiros buscavam proteção nas forças misteriosas do além, através de uma religiosidade heterogênea, que munida de muita fé no sobrenatural e vinculada às credences, superstições e misticismo atuavam como supostas formas de defesa do corpo e do espírito.

Segundo Eliade, (1992, p. 17) “o homem toma conhecimento do sagrado, porque este se manifesta como algo absolutamente diferente do profano”. Assim, o autor sugere para esta revelação do sagrado, o termo *hierofania*, traduzindo apenas o que está implícito no seu conteúdo etimológico, como “algo de sagrado se nos revela”. Desta forma, ainda segundo o autor, o sagrado desponta para certos indivíduos por meios de símbolos e signos, na crença de que tais instrumentos os tornarão fortes e poderosos. Assim,

⁶ Manuscrito ofertado ao autor pelo ex-cangaceiro Antonio Ignácio da Silva, vulgo Moreno. Chegara a nossas mãos por obséquio de Carla Gomes, por ocasião da entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2008.

O homem das sociedades arcaicas tem a tendência para viver o mais possível do sagrado ou muito perto dos objetos consagrados. Essa tendência é compreensível, pois para os “primitivos” como para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o *sagrado* equivale o *poder* e, em última análise, à *realidade* por excelência. O sagrado está saturado de ser. Potência sagrada quer dizer ao mesmo tempo realidade, perenidade e eficácia [...] (ELIADE, 1992, p. 18).

Portanto, para os homens do cangaço, as proteções conseguidas sob a influência de rezas fortes, patuás e mandingas conferiam a esses crendeiros uma fé visceral nessa combinação mística. Acreditavam que amparados pela intercessão desses protetores sobre-humanos, que arremetiam em seu favor contra as forças malignas do universo, estariam fortalecidos e agraciados com o sortilégio do fechamento do corpo.

Buscando a concepção da expressão “*fechar o corpo*”, Ferreira (1986, p. 482) nos remete a “torná-lo invulnerável a facadas, tiros e mordidas de cobra, mediante orações e feitiçarias”. Do mesmo modo, Cascudo (1972), além de pactuar com as afirmações de Ferreira (1986), reporta-se também a outras prerrogativas de imunização corporal e espiritual do indivíduo, numa combinação de rezas, regras e preceitos, onde,

O corpo fechado pode resultar de amuletos conduzidos ao pescoço, livrando o portador de todos os perigos, morte súbita, águas vivas e mortas, faca fria e bala quente, agravo (injúria) ou por ter submetido o imunizado ao cerimonial do feitiço, da muamba, catimbó, macumba, de variadas formas quase dependendo de cada ‘mestre’ a maneira e cerimonial do ato. (CASCUDO, 1972, p. 294).

Todo este processo de autodefesa do corpo e do espírito, mediante um valor pecuniário, acontece em uma cerimônia reservada entre o mestre e o aspirante, cujas formalidades rituais da cerimônia do “fechamento do corpo” são pormenorizadas por Cascudo. Deste modo,

O cliente paga o calço da sessão, a quantia estipulada para fechar o corpo. Fecha-se a sala, acende a velaria, o mestre abre a sessão. Depois da defumação, goladas de *cauim* (aguardente), o *mestre* sopra a água e despeja numa bacia nova de flandres. O candidato se descalça, entra na bacia, equilibrando-se, com o pé direito sobre o pé esquerdo [...].

Com um pé em cima do outro, dentro da bacia que tem água soprada pelo mestre, como em obediência a um rito de pajelança onde o sopro, *peiuuá*, é a essência, a

materialização da força espiritual do pajé, reza o Creio em Deus Padre até a passagem *morto e sepultado*, substituindo pela frase guardado e fechado seja o meu corpo para todos os meus inimigos e desencarnados. O mestre, apanhando a chavezinha de aço, aproxima-se, dizendo num recitatório semi-cantado: “Fecha-te órgão, pelo Vacujá/ pra todos os males que no mundo há/ Fecha-te corpo, guarda-te irmão/ Na santa cova de Salomão.

E faz o gesto, de fechar com a chave, todas as articulações junta por junta dizendo em cada operação o mesmo versinho. Findando o serviço, entregam ao cliente uma garrafinha contendo um pouco da água que estava na bacia. Deverá ir jogá-la no mar à meia-noite. O mestre de outra parte fará o mesmo. Nessa noite o candidato beberá cauim legítimo, aguardente com raiz de jurema. (CASCUDO, 1972, p. 294-295).

Na obra “Meleagro”, Cascudo menciona mais uma variante da oração para resguardar o corpo contra todos os tipos de desgraças, ofensas, calamidades, aflições e doenças materiais e imateriais, recolhida pelo folclorista pernambucano Pereira da Costa, em sua obra *Folclore Pernambucano*:

Trago o meu corpo fechado com as chaves do Santo Sacrário; dentro dele se encontra o meu Jesus Sacramentado, como no Sacrário se encerra; e assim como vós ó meu Jesus, o meu corpo será guardado, a minha alma não será maltratada dos meus inimigos e o meu sangue não será derramado, porque tenho o meu Santíssimo Sacramento para o guardar, e a Virgem Maria para me livrar de malefícios, bruxarias e feitiços; e no meu corpo não entrarão, coberto com o sagrado manto da Virgem Maria, borrifado com o seu sagrado leite e trancado como o meu Jesus Sacramentado, com as chaves do Santo Sacrário e com o Credo em Cruz. *Pax Domini, misericórdia, Aleluia.* (COSTA [19--] apud CASCUDO, 1951, p. 62).

Além de todo o sincretismo religioso que envolvia o fechamento do corpo, os cangaceiros se valiam de uma série de benzimentos, rezas e talismãs, acreditando que tais fomentos adicionados à aludida ação, fortaleciam segundo suas crenças, a proteção do corpo e da alma. Assim, as orações fortes, bentinhos, patuás e escapulários eram utilizados pelos homens do cangaço para afastar os males, atrair sorte ou proteção, cujos signos variavam segundo a crença de cada possuidor.

AS ORAÇÕES FORTES, ‘BRABAS’ E AS REZAS CURADORAS

Embora biografados como criminosos com atributos de violentos, os cangaceiros professavam uma intensa religiosidade legada dos pais e avós com ênfase no catolicismo e nos preceitos da Igreja Católica. A vida delituosa e a incerteza do alvorecer, temendo o espectro da morte, faziam os cangaceiros buscarem nas orações a assistência divina para os males do corpo e do espírito. Por outro lado, utilizavam o suposto anteparo sobrenatural para propagarem entre os persigas a crença do “corpo fechado”, obtendo desta forma temor e respeito perante aqueles homens com fé e credices idênticas.

Segundo Cascudo,

[...] a oração é sempre uma fórmula de pedido a Deus. A oração forte, amuleto e talismã, guardada numa sacola, defende de todos os males ou, lida ou rezada, abala os céus, cedendo a divindade aos rogos deprecatórios do suplicante, para o bem ou para o mal. (CASCUDO, 1972, p. 622).

Repletas de mistérios e de intenso ocultismo, as orações manuscritas, obra de escribas sertanejos sobre o domínio de alguma credice supostamente poderosa, eram conservadas com zelo nos bornais ou carteiras dos cangaceiros e declamadas tão-somente em momentos de aflição extrema, como último recurso contra algum perigo ou ameaça. Outras, ensacadas em couro ou tecido, eram conduzidas como bentinhos no pescoço, com desvelo para não abrir o invólucro, incorrendo ao crendeiro o castigo de perderem as forças, abrirem o corpo e sucumbirem.

Conhecidas também como rezas forçosas, as rezas fortes faziam parte do grande arsenal crendeiro dos valentões, cangaceiros e salteadores que confiavam cegamente nos desmedidos poderes dessas rezas que conduziam consigo, sem a efetiva preocupação com o perigo, na confiança que tais rezas o faziam envultar⁷. Em viagem, fugindo de tocaias e cercos tais rezas eram pronunciadas para o livramento de encontros fatais, assim como, deter a rota do projétil, fechando e protegendo o corpo contra qualquer arma. Acreditavam que “[...] por sua virtude, nunca seriam feridos nos combates ou nas brigas, ou não morreriam em fogo, nem afogado, ou de morte súbita e que tudo lhe sucederia prosperamente”. (CASCUDO, [20--], p. 156).

⁷ Suposta capacidade mágica de certos indivíduos que, em situações complicadas, se tornam invisíveis perante seus perseguidores e transmutam-se em pedras, arbusto ou tocos de madeira com auxílio de algumas rezas ou encantamentos.

Dentre as rezas forçosas mais conhecidas e consideradas como uma das mais fortes entre os cangaçeiros, a Reza da Pedra Cristalina, encontrada nos pertences do rei do Cangaço, e transcrita na obra do Professor Estácio de Lima. Observamos que, assim como o catedrático, acatamos a ortografia e a pontuação do documento transcrito na integralidade na obra, corroborando com a ressalva da manutenção ao respeito e ao cuidado quanto à “forma, as palavras que surgiam pela metade ou as falhas do texto”. (LIMA, 2006, p. 136).

Minha pedra christalina que no mar fosse achada entre o calix e a hostia consagrada, tremo a terra mas não treme nosso Senhor Jesus Christo no altar assim treme os coração de meus inimigo quando olharem para mim eu tibenzo em cruz inão tu a mim entre o sol ialua e as Estrellas as três pessoas distintas da Santíssima tridade meu deus na travissia avistei meus inimigos meu deus oqui fasso com elles Com o manto da Virgem Maria sou cuberto e com o sangue do meu senhor Jesus Christo sou valido tens, vontade de atirar porém não atira si mi atirar agua pello cano da Espingarda correrá si estiver vontade de mifura a faca da mão cahira si miamarrar os nós dizatarão e si mitrancar as portas si abrirão.

offiricimento

S salvo fui salvou sou e salvo serei com a chave do sacrário e me fecho.

1 PN 3 AM i 3 Gloria apatre iofereço a 5 Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo. (LIMA, 2006, p. 136-137).

Outra oração estimada e considerada “forte demais” pelos crendeiros era o Rosário Apressado destinado à Nossa Senhora da Conceição. Unicamente verbal era proferido de maneira célere e contínua, sem qualquer engano ou detença na pronúncia – por até três vezes, segundo o preceito da oração – era tomado como uma resposta negativa da divindade e tido como mau augúrio.

Ó Virgem da Conceição, Senhora Concebida, Mãe de Deus, Reino da Vida, Senhora dai-me a mão que minh'alma caída está; meu corpo estremecido sem a vossa consolação, vos aflita e ofendida fostes, Virgem e ao pé da Cruz e aflita e ofendida chamo por vós, mãe de Jesus, Ó Virgem da Conceição, vós não fostes aquela que dissestes, pela vossa sagrada boca, que quem por vós chamasse cento e cinquenta vezes por dia havia de ser valida? Pois é chegada a ocasião em toda tribulação. Valei-me, Ó Virgem da Conceição. (CASCUDO, 1972, p. 624).

Mais adiante o folclorista potiguar cita a Oração do Rio Jordão como bastante conhecida no ambiente do cangaço, ora transcrita,

Estavam no Rio Jordão ambos os dois. Chegou o Senhor São João: Alevanta-te, Senhor, que lá vem os inimigos teus! Deixa vir, João, que todos vêm atados de pés e mãos e almas e coração. Com dois eu te vejo, com três eu te ato. O sangue eu te bebo, coração eu te parto. Vocês ficarão humildes e mansos como a sola dos meus sapatos (diz três vezes batendo com o pé direito). Deus quer, Deus pode, Deus acaba tudo quanto Deus e eu quisemos. (CASCUDO, [20--], p. 642).

No que concerne aos sucessos causados por animais peçonhentos da caatinga, habitat natural das jararacas e cascavéis, não foi encontrada na bibliografia pesquisada, ou qualquer outra fonte, nenhum relato sobre algum cangaceiro morto ou ofendido por alguma serpente venenosa. Segundo a credence popular, estes homens tinham “força” diante das víboras, por serem curados contra o veneno das serpentes, clamando por São Bento: “Valei-me! Meu Senhor São Bento, Valei-me! Valei-me! Valei-me! Livrai-me das cobras e dos bichos peçonhentos.” (OLIVEIRA, 1970, p. 121).

Ainda como exemplo de oração forte, foi recolhido em um caderno de anotações manuscrito pelo ex-cangaceiro Antonio Ignácio da Silva, vulgo Moreno, o seguinte rogo: “Jesus, Filho de Maria Santíssima, Mãe do Salvador, dai-me resistência para eu escrever as palavras do Senhor. Valei-me Jesus Mãe de Deus Salvador nas horas necessitadas na sombra dos sete amor. P. F. E. Santo. Amém.” (SILVA, 2008, p. 5).

Outra forma de rogo bastante utilizada no cangaço eram as Rezas Curadoras. De ação exclusiva para cura ou prevenção de doenças e males, as aludidas rezas são utilizadas até hoje por curandeiros e rezadeiras em virtude da desconfiança nutrida por alguns perante a eficácia da alopatia.

Estas rezas diferem das “orações fortes” e concernem apenas às rezas e aos ensalmos, como parte da terapêutica religiosa para cura das doenças e males do corpo. Ratificando, César afirma que por aquelas paragens,

O termo oração nunca é proferido pelos rezadores e curadores. Aplicam sistematicamente a expressão reza com os seus derivados rezar e rezador. Chama-se o rezador para rezar a vaca engasgada; a rezadeira para rezar o mau olhado do menino; o vaqueiro para rezar no rastro de uma rês com bicheira. (CÉSAR, 1975, p. 159).

Prevalece ainda, entre as poucas rezadeiras sertanejas, a reza da espinhela caída, bastante utilizada no cangaço. Como regra, o rezador utiliza um barbante para aferir a distância da ponta do dedo mínimo até o cotovelo e confronta com o intervalo entre os

ombros. Excedendo na medida, o cristão está com o mal e procede-se a reza, acompanhada de três Ave-Marias, três Pai-Nossos e três Glórias ao Pai, com oferecimento às Cinco Chagas do Nosso Senhor Jesus Cristo.

Eu entro na palavra de Deus Padre, com as palavras de Deus Filho e de Deus Espírito Santo, espinhela caída eu te levanto com arcas e tudo, com os poderes de Deus Padre, com os poderes de Deus Filho e com os poderes de Deus Espírito Santo, Amém!. (SUSSOL, 1995, p. 213).

No tratamento do “impaludismo” ou “sezão,” o cangaceiro escavava o solo e depois recobria a abertura com a própria terra, pronunciando: “Sezão ti enterro aqui/ Ti afasta de mim/ Tu só torna vortá/, Si di novo eu aqui vim.” Em seguida, colocava um feixe de lenha para nunca mais retornar ao local. A eficácia da reza dependia do exato cumprimento dos preceitos e/ou da infelicidade do cristão em realizar o ato nos rastros de um corno. (MACHADO, 1974, p. 191).

As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) traziam aos cangaceiros grandes incômodos com as infecções que elas ocasionam. Por considerarem as doenças venéreas uma “doença do mundo” ou “doença feita”, o tratamento era realizado exclusivamente à base da farmacopéia cangaceira, pois as forças das rezas não dispunham de poderes para curá-las. (MACHADO, 1974, p. 191).

As orações “brabas” são as orações adversas das instituídas pelo credo cristão da fé em um único Deus, repletas de menções e segredos obscuros e que reporta exclusivamente às forças demoníacas e misteriosas do inferno. Dentre elas, encontramos duas orações brabas, temidas e condenadas pela maioria dos crendeiros nordestinos e citadas no Livro de São Cipriano: “A oração da Cabra” Preta, a qual numa mistura com Santa Justina pede auxílio às forças satânicas e ao “Credo às Avestas”, lida “de trás pra frente” numa versão contrária ao “Credo Cristão”.

Em alusão aos amuletos, os cangaceiros dispunham de uma infinidade desses talismãs presos ao pescoço, pelos quais nutriam uma desmedida fé. Impregnados de suor e poeira só eram retirados, via de regra, na hora do coito, sobre a pena de incorrer no crendeiro uma série de castigos e desventuras, invalidando assim, os poderes do seu patuá.

Constituído de um pequeno envoltório confeccionado em tecido ou couro, os patuás traziam fragmentos de hóstias consagradas, relíquias, rezas forçosas e curadoras, facultando ao crédulo o fechamento do corpo, tornando-os valentes, audazes e temidos, os quais abduziam as coisas-feitas, os malogros e as moléstias. Desta forma, segundo Eliade,

Manifestando o sagrado, um objeto qualquer torna-se *outra coisa* e, contudo, continua a ser *ele mesmo*, porque continua a participar do meio cósmico envolvente. Uma pedra *sagrada* nem por isso é uma *pedra*; aparentemente (para sermos mais exatos, de um ponto de vista profano) nada a distingue de todas as demais pedras. Para aqueles a cujos olhos uma pedra se revela sagrada, sua realidade imediata transmuda-se numa realidade sobrenatural [...]. (ELIADE, 1992, p. 18).

Além da proteção oferecida por orações, patuás e bentinhos, deparamos na iconografia do cangaço (JASMIN, 2006), com um legado de signos e símbolos visualizados nas armas e chapéus dos cangaceiros. Postulados na superstição para proteção dos armamentos, esses homens esculpiam o Signo de Salomão na parte externa das coronhas dos rifles e fuzis, em que a cada sete dias o benziam com sete cruzes e com o polegar sobreposto no centro da figura, rezavam um Pai Nosso e uma Ave Maria. (CÉSAR, 1975, p. 172). O chapéu, além de proteger o cérebro e órgãos do sentido contra as inclemências do tempo, era ornado com ícones cabalísticos, medalhas e moedas, postulando a salvaguarda do corpo. Sede da razão e da sabedoria, a cabeça era enaltecida como guia espiritual cristã, em apologia aos santos sacramentos da Igreja Católica relacionados como batismo, comunhão, crisma e extrema-unção.

Obstinados em manter o físico concatenado ao espiritual e, o corpo imune aos agravos do ferro quente⁸ e do ferro frio⁹, os cangaceiros, homens de credo e religiosidade apurada, seguiam à risca os mandamentos e preceitos pertinentes à manutenção do “corpo fechado”. Cismados que o universo feminino anulasse tal mandinga, temiam e respeitavam o sexo oposto com uma desmedida fobia, em detrimento a uma passagem bíblica, escriturada no Antigo Testamento, onde:

A mulher, a que padece o seu fluxo de sangue menstrual, estará separada sete dias. Todo aquele que a tocar estará imundo até à tarde; e todas as coisas sobre que ela tiver dormido ou sobre o que se tiver assentado, durante os dias da sua separação, serão polutos. E se, com efeito, qualquer homem se deitar com ela, e a sua imundícia estiver sobre ele, imundo será por sete dias; também toda a cama, sobre que se deitar, será imunda. (BÍBLIA SAGRADA, LEVÍTICO 15:19-21).

Deste modo, o comportamento dos homens do cangaço relacionado às regras impostas às mulheres os levava à abstinência sexual nos três dias que antecediam um assalto ou ataque.

⁸ Ferimentos causados por armas de fogo.

⁹ Ferimentos produzidos por armas brancas como punhal, faca, etc.

Assim, nos deslocamentos dessas empreitas, margeavam as estradas e caminhos vicinais com o firme propósito de evitar algum encontro casual com o sexo oposto ou até mesmo com certos vegetais da flora sertaneja como o mororó (*Bauhinia fortificata*) e as flores do maracujá (*Passiflora edulis*) por acharem as mesmas parecidas com a genitália feminina. Ainda nesse universo, o medo crenteiro aconselhava o exame minucioso nos arreios, receosos que algum desafeto camuflasse entre a manta e a sela alguma peça íntima das mulheres. (CÉSAR, 1975, p. 32). Ainda segundo César, (1975, p. 173), “quando se tem inimigo, não se deve viajar antes do terceiro dia que visitou uma mulher, que bebeu aguardente ou que sentou numa banca de jogo”.

Nessas marchas, professando outras superstições para o resguardo do corpo, os cangaceiros norteavam suas jornadas, traçada por um encandeamento de preceitos legado dos mais velhos, sobre o lado apropriado no perpassar dos caminhos. Nas encruzilhadas do caminho, pisavam sistematicamente no flanco direito e distantes do cruzamento, para não calcarem a cruz formada com a intersecção das veredas, entretanto, só ultrapassavam a sombra de uma árvore, estando à mesma do seu lado esquerdo. (CESAR, 1975, p. 53)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando relacionar a religiosidade e a credence dos cangaceiros, compreendida entre o Séc. XVIII até meados do Séc. XX, encontramos nas obras pesquisadas e referenciadas neste artigo uma variedade de rezas e orações que associadas aos amuletos e preceitos, confirma a analogia entre a superstição e o devocionismo ao sagrado desses homens, que apesar de salteadores e assassinos, nutriam-se também de uma grande munção espiritual.

Assim, ficara manifesta a necessidade desses indivíduos em materializar a religiosidade, abstraindo a própria fé no espiritual e transpondo para os bentinhos e patuás a corporificação do sagrado. Ensimesmados, os homens do cangaço admitiam em suas crenças que esses aparatos além de oferecer um resguardo sobrenatural, fomentavam uma maior proximidade com o santo de sua devoção. Deste modo, acercados da fé nesses objetos consagrados, corroboravam nas suas convicções que tais talismãs e orações tinham o poder mágico de imunizá-los contra o ferro quente, o ferro frio, os achaques do corpo e os males do espírito.

Evidenciou-se também, nesses indivíduos, o temor com relação às mulheres, assim como tudo que evocasse o sexo oposto em razão de uma passagem bíblica concernente ao

mênstruo feminino, visto que tal impureza deixava o corpo e a alma suscetíveis às perversidades naturais e sobrenaturais.

Verificou-se que o esfacelamento do cangaço, em consequência da morte do seu comandante em 1938 - Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião - implicou nas rendições e prisões de homens remanescentes dos bandos, terminando assim por criar as condições determinantes para a compreensão dos aspectos estruturais, religiosos e sociais na historiografia cangaceira. A facilidade na obtenção das informações, em razão do acesso e do contato direto entre historiadores e ex-cangaceiros em reclusão, proporcionara aos estudiosos uma diversidade de conhecimentos, subsídios utilizados para os capítulos da vasta bibliografia da história brasileira e nordestina sobre o tema. Entretanto, nota-se, a partir do que foi constatado, que se torna imperativo aprofundar as pesquisas sob a perspectiva da religiosidade e credences dos cangaceiros, visto que é um tema pouco explorado e demanda um olhar crítico a esse respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA sagrada. Trad. Francisco Zbik. Rio de Janeiro: Delta, 1980. 1126 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.

_____. Cinco livros do povo. 3 ed. João Pessoa: UFPB, 1994. 456 p.

_____. Meleagro. Rio de Janeiro: Agir, 1951. 196 p.

CÉSAR, Augusto. Crendices: suas origens e classificação. Rio de Janeiro: MEC, 1975. 280 p.

ELAIDE, Mircea. O sagrado e o profano. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fortes, 1992. 191 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1986].

HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800. Petrópolis: Vozes, 1974. 140 p.

_____. O misticismo moreno no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1991. 181 p.

JASMIN, Élise. Cangaceiros. São Paulo: Terceiro Nome, 2006. 150 p.

LIMA, Estácio de. O mundo estranho dos cangaceiros: ensaio bio-sociológico. 2 ed. Salvador: ALB, 2006. 336 p.

MACHADO, Maria Cristina R. da Matta. Aspecto do fenômeno do nordeste brasileiro IV. Revista de História. São Paulo: v. XLVII, n. 97, p.161-200, jan./mar. 1974.

MADEIRA, Paulo. Crenças incríveis. 2 ed. Brasília: THESAURUS, 2010. 304 p.

MARIZ, Celso. Ibiapina: um apóstolo do nordeste. Ed. Fac-similar. 3.ed. João Pessoa: SEC; UFPB, 1997. 324 p.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. Lampião cangaço e nordeste. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970. 442 p.

RIBEIRO, René. Antropologia da religião e outros estudos. Recife: Massangana, 1982. 312 p.

SILVA, Antonio Ignácio da. [Caderneta de anotações sobre a vida, versos e orações do cangaceiro Moreno]. Belo Horizonte: [s. n.], 1909-2010. 1 doc. (não paginado), Original, 20 cm.

SUSSOL, Max. O livro dos benzimentos brasileiros. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1995. 416 p.

LUTA PELA TERRA E INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA – BA

Mateus Silva Ferreira¹

RESUMO: O seguinte trabalho objetivou discutir a implementação da proposta da agroecologia no assentamento e trazer conceitos sobre a luta pela terra e a inserção da Agroecologia no assentamento Terra Vista na Bahia. Nessa lógica de discussão a desigualdade social no Brasil se iniciou com o processo de colonização e domínios das terras, que mantém a elite brasileira no domínio territorial e político, por meio de três mecanismos: questão latifundiária, monocultura e trabalho escravo, fazendo uma economia voltada aos seus interesses, tornando a terra uma mercadoria. O objetivo da pesquisa consistiu em compreender o contexto histórico de formação, planejamento, desenvolvimento e inserção da agroecologia no assentamento Terra Vista, bem como sua importância para a sustentabilidade da economia, das relações sociais, culturais, políticas e ambientais. O trabalho se desenvolveu a partir da observação, percepção da posse, do manejo da terra e da potencialização das relações humanitárias, com a aplicação do DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Em primeiro momento buscou-se o levantamento de dados secundários, identificação dos Stakeholders, e a construção da linha do tempo. O segundo passo se constituiu com a participação em rodas de conversas e convívio no campo. O processo de luta iniciou-se no ano de 1992 e a conquista da terra efetivou-se no ano de 1994, durante a ocupação, os acampados sofreram cinco despejos truculentos e, após a conquista, os assentados puderam desenvolver as atividades agrícolas. Inicialmente, os métodos de produção se baseavam no estilo convencional, mas no ano de 2002, decretou-se que seria proibida a utilização de agrotóxicos, queimadas, desmatamento, dentre outras formas que degradasse a biodiversidade. A conquista da terra e a agroecologia proporcionaram a recuperação da biodiversidade e as bases de fundamentação para as duas escolas, ainda foi utilizada na capacitação e formação dos assentados no período de transição. Assim, a formação pontual não é suficiente para a mudança, vê-se a necessidade de uma formação contínua e mais efetiva. Entendendo a necessidade de mudança do modelo e compreendendo que a transição é um processo lento e complexo, vê-se a necessidade do trabalho contínuo de conscientização dos agricultores, através de um trabalho técnico mais efetivo, com valorização de seus saberes e incentivando-os a conhecer melhor seu agroecossistema.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável. Agroecologia. Reforma agrária. Transição.

ABSTRACT: The following work aimed to discuss the implementation of the agroecology proposal in the settlement and bring concepts about the struggle for land and the insertion of Agroecology in the Terra Vista settlement in Bahia. In this logic of discussion, social inequality in Brazil began with the process of colonization and land domains, which keeps the Brazilian elite in the territorial and political domain, through three mechanisms: land

¹ Graduado em Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Uruçuca e Mestrando o Mestrado Profissional em Educação do Campo. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

ownership, monoculture and slave labor, making an economy focused their interests, making the land a commodity. The objective of the research is to understand the historical context of formation, planning, development and insertion of agroecology in the Terra Vista settlement, as well as its importance for the sustainability of the economy, social, cultural, political and environmental relations. The work was developed from observation, perception of ownership, land management and enhancement of humanitarian relations, with the application of DRP (Participative Rural Diagnosis). Firstly, we sought to collect secondary data, identify Stakeholders, and build the timeline. The second step was to participate in conversation circles and socializing in the field. The fighting process started in 1992 and the land was conquered in 1994, during the occupation, the campers suffered five brutal evictions and, after the conquest, the settlers were able to develop agricultural activities. Initially, production methods were based on the conventional style, but in 2002, it was decreed that the use of pesticides, burning, deforestation, among other ways that would degrade biodiversity, would be prohibited. The conquest of land and agroecology provided the recovery of biodiversity and the foundations for the two schools, it was also used in the qualification and training of settlers in the transition period. Thus, punctual training is not enough for change, there is a need for continuous and more effective training. Understanding the need to change the model and understanding that the transition is a slow and complex process, we see the need for continuous work to raise awareness among farmers, through more effective technical work, valuing their knowledge and encouraging them to know your agroecosystem better.

KEYWORDS: Sustainable development. Agroecologia. Land reform. Transition.

INTRODUÇÃO

O assentamento Terra Vista possui 56 famílias assentadas e está localizado na cidade de Arataca - BA, situada no bioma da Mata Atlântica que é um dos mais biodiversos do mundo. Os assentamentos são resultados de superação dos problemas sociais, onde oprimidos se organizam para conquistar e superar problemas ocasionados por um contexto histórico de desigualdade.

Compreendemos que assentamento é basicamente um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

O Direito Agrário no Brasil tem a preocupação primeira voltada para a função social da propriedade e na adequada e justa distribuição da terra a todos que dela necessitam. Este contexto fático e jurídico tornou e tem tornado necessário o posicionamento do Estado em relação a medidas de modo a redistribuir e reordenar a estrutura agrária, através de um processo denominado de Reforma Agrária.

O Estatuto da Terra – Lei 4.504/64-, em seu Artigo Art. 1º traz a seguinte definição,

§ 1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (Presidência da República, 1964).

No Brasil, o assentamento das famílias no campo acontece por meio da reforma Agrária, a qual é o sistema que regula e promove a divisão "justa" da terra. No Brasil a reforma agrária atua para corrigir uma distribuição fundiária injusta, distribuição que se encontra praticamente inalterada, deixando nas mãos dos latifundiários a posse da terra, que explora de forma exaustiva os bens naturais com a utilização da monocultura, uso de agrotóxicos, desmatamento, queimadas e modificação genética das sementes crioulas, etc.

A desigualdade social no Brasil se iniciou a partir da exploração dos bens naturais para alimentar o mercado externo. Tudo se inicia com a divisão das terras brasileiras em capitâneas hereditária no ano de 1534, esse modelo colonial implantado pela coroa portuguesa constituía na divisão do território em faixas de terras e essas eram concedidas aos nobres de confiança de D. Pedro III e depois a Lei da terra em 1850 que foi uma forma de comprovar ser o titular do lote, nesse período, para se obter uma propriedade era preciso de capital, de modo que possibilitava somente a monarquia ter a posse das terras.

A posse da terra se tem a partir de ocupações e acampamentos, que são movimentos sociais organizados que lutam pela democracia e qualidade de vida para todos. O resultado da luta ocorre quando a União efetua a desapropriação de grandes propriedades latifundiárias que na maioria das vezes se encontram improdutivas e direciona para interesse social. Em seguida o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), loteia e distribui a propriedade para as famílias, além disso, presta assistência financeira e consultoria.

Para entender melhor sobre as lutas dos movimentos sociais, seguindo este raciocínio, Ferreira (2003) define “Movimentos Sociais a partir das ações de grupos organizados que objetivam determinados fins”. Ou seja, de acordo com o autor, os movimentos sociais se definem como tal por conta da ação coletiva de um grupo organizado e que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio da luta política, em função de valores ideológicos compartilhados questionando uma determinada realidade que se caracteriza por algo impeditivo da realização dos anseios de tal movimento.

As ocupações são ações organizadas de forma coletiva que busca acesso a terra. As ocupações é o processo que as pessoas se reúnem em um mecanismo de luta, na maioria das vezes essas se aliam em algum movimento social como o movimento dos trabalhadores rurais

sem terra (MST) ou movimento de luta pela terra (MLT), entre outros. Os assentamentos foram definidos em meados da década de 2000 pelo Estado brasileiro da seguinte maneira,

Um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em áreas destinadas a Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissensorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação do sistema de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

A relação dos assentados com a agroecologia é grande, entendendo que a agroecologia é a ciência multidisciplinar que discute as relações do modo de produção do desenvolvimento da sociedade e natureza, é a junção dos conhecimentos tradicionais com os científicos. Agroecologia é mais que um modo de produção de alimentos saudáveis, como os orgânicos, esses sujeitos da Terra Vista, trabalha nessa perspectiva. Dessa maneira, compreende que a agroecologia fundamenta em um projeto de vida que inclui uma educação que vai além da formação para o mercado, promove discursões sobre cultura, cooperação do trabalho, segurança alimentar, soberania alimentar, sistemas agrícolas consorciados com a agrobiodiversidade, educação do campo, discute a desconstrução do preconceito de gênero, sexualidade, racismo, entre outras formas de opressão. Agroecologia é um movimento de produção, saúde e luta.

A história nos mostra que a luta pela organização passa por um percurso de resistência da classe trabalhadora juntamente com as ações políticas. Segundo Fernandes. (2012, p. 496),

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a coleta de dados dessa pesquisa, buscamos analisar e compreender as informações a partir do contexto histórico de formação, planejamento, desenvolvimento e inserção da agroecologia no assentamento Terra Vista, bem como sua importância para a

sustentabilidade da economia, das relações sociais, culturais, políticas e ambientais. O presente estudo apresenta reflexões e orientações acerca do uso da pesquisa qualitativa e as informações foram alcançadas através de visitas, convívio e rodas de conversas. Para coleta de dados, utilizou-se a aplicação das ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como a coleta de dados secundários, stakeholders e linha do tempo.

Constata-se a necessidade de fortalecer a participação da população, que assume o processo de decisão e gestão de seus destinos, portanto DRP “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades reflitam sobre a sua realidade e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p.6). Trata-se de um novo redesenho de posturas, de compartilhar conhecimentos e experiências. Implica, portanto, potencializar e emponderar os participantes a desenvolver suas capacidades de juntos identificarem suas problemáticas e potencialidades, compartilhando conhecimentos e experiências e, com isso gerenciando suas potencialidades de superação das problemáticas identificadas.

Em primeiro momento realizou-se o levantamento de dados secundários, que se consistiu em buscar informações através de estudos e panfletos, identificação e indicação dos stakeholders, os quais são qualquer grupo ou indivíduo que estão ligados com processo de conquista, visa identificar e conhecer as suas influências no desempenho estratégico das tomadas de decisão, são aqueles que afetam ou afetaram o movimento. No caso, escolheram-se os moradores mais antigos que participaram desde o começo da luta, esses foram indicados pelos moradores com o decorrer da apresentação da proposta do estudo. Os encontros com os stakeholders se deram a partir do momento em que foi mencionado sobre o desenvolvimento da pesquisa, através de visitas em alguns espaços do assentamento como domicílios, bares, roça e avenidas. Esses indicavam outros que participaram do processo de ocupação, formação e desenvolvimento do local. Após esse processo utilizou-se a linha do tempo, que é uma ferramenta que ajuda a relembrar de fatos e momentos da história do lugar, estruturando os acontecimentos e simplificando o entendimento.

“Para a construção da linha do tempo, podem ser feitas entrevistas com os moradores mais antigos, procura por fotos e filmes que retratem a história do lugar, jornais antigos, entre outros”. De acordo com Silva e Peneireiro; et al, 2014.

Para montar a linha do tempo, traça-se uma linha e, ao conversar com os participantes, procura-se saber quais os principais fatos que aconteceram marcando-os ao longo da linha. A linha pode ser horizontal ou podem representar altos e baixos (momentos bons ou ruins) dos fatos apontados.

RESULTADO DA PESQUISA

O início da luta pela terra se iniciou no ano de 1991, onde se alugou uma residência na cidade de Itabuna, na Avenida Ilhéus para criação do grupo motor, que tinha como finalidade passar três meses fazendo reuniões preparando o povo para a ocupação da Fazenda Bela Vista.

Em 08 de março de 1992, numa madrugada, a Fazenda foi ocupada por 350 famílias de diversas cidades do sul da Bahia como: Camacã, Itajuípe, Ubaitaba, Aurelino Leal, entre outras. De dezembro de 1992 a 1993, os acampados sofreram cinco despejos cruéis e desumanos pela a polícia militar. Muitas pessoas foram agredidas, presas, perderam as estruturas da ocupação e seus pertences. Em 22 de dezembro, tendo restado apenas 28 famílias, a fazenda foi ocupa da pela sexta vez. No assentamento a violência e discriminação se deram a partir da força do Estado, da polícia militar, meios de comunicação e da UDR (União Democrática Ruralista), que causou muitas controversas nas ideologias do movimento, retratando o ato dos camponeses como vagabundos e vândalos invasores de terra que as queriam para vender e não para trabalhar.

O fortalecimento do processo de enfrentamento dos trabalhadores e trabalhadoras se deu através do MST, inovando a luta, passando de posseiros para luta de massa e unindo com a política, conseguiram derrubar o primeiro coronel Elis Cavanhaque, foi a primeira vitória na região do cacau. A partir de ocupações, os movimentos de luta pela terra conquistaram terras de latifundiários falidos, assim incentivando e mostrando a real necessidade de ocupar as fazendas de cacau dos coronéis da região sul da Bahia.

O assentamento Terra Vista é uma grande vitória do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e é a partir de julho de 1994, após o presidente Itamar Franco, assinar a desapropriação para interesse social que estabelece o Assentamento Terra Vista. Essa vitória fez o MST expandir as suas forças e determinou uma grande derrota aos coronéis do cacau. Essa conquista foi um marco histórico, uma referência e uma inovação na estratégia de luta dos assentados e do MST. Saíram da luta de posseiro que era considerada muito violenta para uma ocupação de massa e de resistência coletiva e com isso se deu outro nível de enfrentamento.

Após a conquista, alguns assentados que participavam de outras ocupações como Loanda, Mariana e Espírito Santo, foram deslocados para o Assentamento Terra Vista. No ano de 1992, outro processo de luta pela terra também se consolidava, que foi o Tancredo Neves na cidade Wenceslau Guimarães.

Com a violência e discriminação que se estendia por todo território sobre a reforma agrária, surgiu a necessidade de atuar em outras frente. E com isso, era preciso trabalhar em outros campos como: Educação, capacitação e formação política. Através da educação que entenderam que era preciso construir um novo projeto de agricultura e humanização no campo.

Para o Movimento, não bastava somente ocupar, derrubar as cercas, enfrentar a burguesia e o Estado, mas sim adotar um modelo de produção que contrapusesse o uso de técnicas fornecidas pelo pacote tecnológico. Nessa vertente a Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo, porém, para se chegar ao atual estágio, exigiu-se toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento. Para tanto, faz-se necessário compreender em qual contexto se vivia, para então desvendar os reais objetivos do processo de modernização da agricultura e, por conseguinte, os impactos provocados por ela, no espaço nacional.

Podemos afirmar que a Revolução Verde não é apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também existe uma intencionalidade inserida dentro de uma estrutura e de um processo histórico. Neste sentido, será imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde.

Em questão educacional o assentamento Terra Vista possuem duas escolas, uma para formação infantil, fundamental I, fundamental II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é o Centro Integrado Florestan Fernandes e o Centro Estadual de Educação Profissional da floresta do cacau e do chocolate Milton Santos que atende a formação no ensino médio integrado aos cursos técnicos de Zootecnia, Informática, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Alimentos e Agroindústria. Esses têm como principais objetivos atenderem simpatizantes da agroecologia, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periféricos, filhos de agricultores e assentados.

A educação no assentamento é tratada como um mecanismo transformador das relações da realidade do assentamento, envolvendo no currículo das escolas conhecimentos que inclui trabalho fundamentado na agroecologia e nos conhecimentos tradicionais vinculados aos científicos. A Figura 1, refere-se aos resultados coletados e organizados na linha do tempo a partir das informações dos stakeholders.

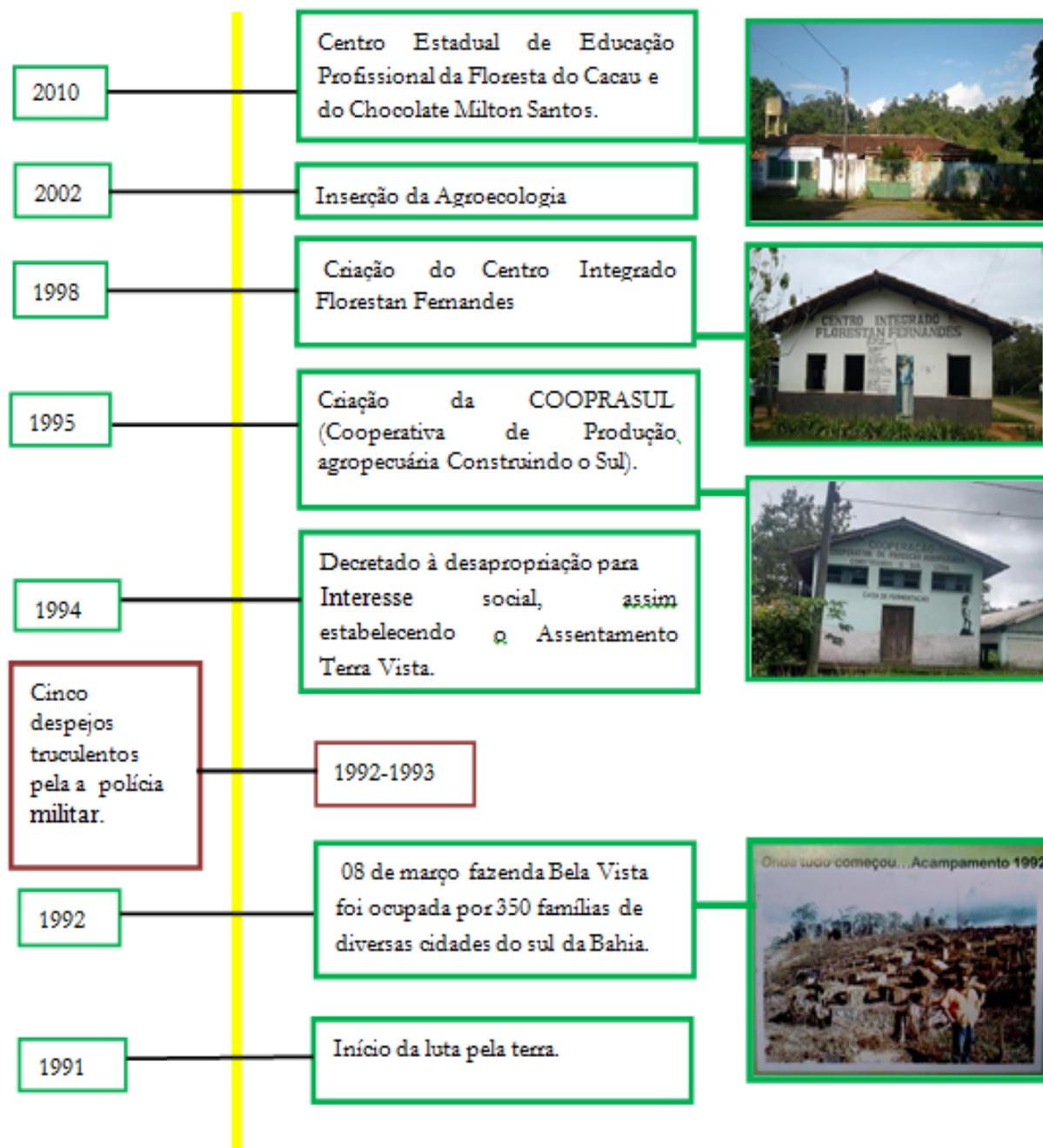


Figura 1: Linha do Tempo do contexto histórico de luta e conquista da terra, organização do trabalho e educação.

INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA

O projeto de agricultura se baseou na agroecologia, educação e trabalho fundamentalmente construído para a segurança da vida no campo e nas zonas urbanas. Com os andamentos de desenvolvimento do assentamento, viu-se o desafio de mudar a palavra de ordem do MST e do assentamento. Antes **ocupar e resistir**, agora **ocupar, resistir e produzir**. Com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) que

começou a programar o processo produtivo do assentamento. O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária foi criado com o objetivo de promover a produtividade agrícola dos assentados e introduzi-los no mercado, assim emancipando vidas.

O modelo produtivo adotado inicialmente se baseava nas propostas de produção da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), de princípio foram plantado milho, abacaxi, café, mandiocas, entre outras e 7,5 de lâminas de água para piscicultura que pertencia ao coletivo e 100 hectares de pastagem para criar 200 vacas que também pertenciam ao coletivo.

A comercialização da mandioca não apresentou bons resultados, pela falta de uma casa de farinha, o leite teve bons resultados, mas a distribuição e viabilidade econômica impediram a comercialização, a produção de café foi baixa, devido os assentados terem pouco conhecimento sobre a cultura, o plantio de abacaxi sofreu o ataque da fusariose (*Fusariumsubglutinans*) e os peixes produzidos foram utilizados para pagar a Coelba e a fábrica de ração.

As discussões de um novo modelo de produção sustentável teve início no ano de 2002. Não demorou muito para ser realizada uma assembleia geral, onde foi deliberada a proibição de uso de tecnologias que pudessem ocasionar impactos ambientais. De início muitos desacreditaram, mas com o decorrer das capacitações perceberam que era capaz de desenvolver uma economia sustentavelmente, mas ainda há controversas de alguns que acreditam que as práticas de produção baseadas em fertilizantes químicos são menos trabalhosas e mais rentáveis.

Inicialmente, o Assentamento teve apoio do instituto INGÁ (Instituto de Gestão das Águas e Clima) e do IPB (Instituto de Permacultura da Bahia) que proporcionaram a capacitação dos assentados no processo de transição do convencional para o agroecológico. A vassoura de bruxa (*Moniliophthera perniciososa*) causou um grande declínio na produção do cacau e através do sistema cabruca perceberam que a incidência do fungo era reduzida, assim os métodos empregados pelo agronegócio não apresentavam as exigências edafoclimáticas que a cultura necessita.

No assentamento há áreas de pesquisas participativas em cacau, junto com o Instituto Cabruca e Biofábrica, onde a produção saiu de 12 a 13@/ha do convencional e atingiu 83@ a 93@/ha, incluindo nas pesquisas 18 variedades de cacau no sistema cabruca e no sistema agroflorestal. Das 18 variedades de cacau, 10 foram pesquisadas no sistema cabruca e 8 no sistema agroflorestal. O objetivo da pesquisa foi identificar as melhores variedades de cacau

resistentes à doença da Vassoura de Bruxa e que proporcionem a produção de amêndoas de qualidade para a obtenção do chocolate fino.

Outra pesquisa que está se desenvolvendo nesse espaço é a produção de hortaliça orgânica, essa vem incentivando os assentados a produzir utilizando os insumos orgânicos do próprio assentamento, assim contribuindo para o fornecimento de alimentos para as escolas locais através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

SISTEMA AGROFLORESTAL E CABRUCO

Logo após a posse da terra, foi discutido que a área do assentamento Terra Vista não seria dividida em tamanhos iguais para as famílias, mas sim, pela força de trabalho que essas pudessem fornecer para manter todo espaço produzindo, assim, possui áreas coletivas e individuais, as áreas coletivas foram constituídas em 1995 com a criação da COOPRASUL; e as individuais, são administradas pelas famílias.

Os sistemas de produção adotados pelos assentados integram uma ampla diversidade de culturas frutíferas e arbóreas. De princípio, com a vassoura de bruxa as técnicas utilizadas se expiravam nas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, essas não demonstravam resultados significativos na produção, mas através de estudos realizados para controlar a incidência do fungo, perceberam que a partir do sombreamento do cacau por outra cultura o ataque era reduzido e ao mesmo tempo produzia biomassa para cobertura e fertilidade do solo. Esse sistema de controle do fungo e de produção é conhecido como cabruca. O sistema cabruca é um sistema ecológico de cultivo que implementa estratos florestais de interesse econômico juntos com culturas agrícolas.

O sistema agroflorestal foi adotado por alguns através do conhecimento tradicional herdado dos mais idosos, outros através de capacitações e vivências em outras comunidades. O SAF's e cabruca apareceram para construir uma renda para os assentados através de sistemas que produzam, recuperam e preservem o ecossistema.

A “TEIA” dos povos que é um grupo de articulação criado a partir da I Jornada de Agroecologia da Bahia no assentamento Terra Vista em 2012, em parcerias com outras comunidades tradicionais e instituições aprovou o projeto de implantação de unidades produtivas de cacau agroecológico através do sistema cabruca e agroflorestal. A atitude tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável a partir da recuperação da agrobiodiversidade em áreas de ocupações, assentamentos, reservas indígenas, quilombos, entre outras comunidades.

PRINCIPAIS TÉCNICAS EMPREGADAS PARA ADUBAÇÃO

Com o objetivo de obter uma melhor produtividade na agricultura e manter o equilíbrio entre a produção de matérias-primas e a preservação da natureza, existem diferentes técnicas para melhorar o solo e que mantêm o seu uso sustentável. Afinal, o seu uso de maneira predatória ou incorreta pode acarretar problemas como a desertificação, a arenização, a intensificação de erosões e outros problemas.

As técnicas empregadas são os restos de compostos de casqueiro de cacau que são coletados nas roças, esterco, pó de cerra, cobertura morta que serve tanto para adubação, quanto para a proteção do solo contra a chuva e sol, biogel e calcário. Outra técnica empregada na adubação são as queimadas controladas para a plantação de banana, mandioca e hortaliças. Utilizam-se as queimadas para a limpeza de áreas que possuem gramíneas densas. As gramíneas dificultam o preparo inicial da área e nem todos possuem instrumentos que realizam a limpeza rápida como a roçadeira. Assim o trabalho com facão é trabalhoso e cansativo, tornando-se necessário realizar a queimada controlada.

SOBERANIA ALIMENTAR

A soberania alimentar é tratada como um dos pontos mais cruciais na produção no assentamento. As Sementes crioulas trouxeram independência produtiva. A semente crioula é aquela cujo germoplasma vem sendo multiplicado por agricultores através do tempo. Pode ser original do próprio local em que vem sendo cultivada, de outras regiões ou até de outros países. Seu cultivo conduz à adaptação ao ambiente em que se encontra o que ocorre como resultado da seleção natural, da seleção artificial pelo agricultor ou da combinação de ambas. As sementes crioulas não tiveram sua estrutura genética modificada pela indústria, em um processo de melhoramento genético, e não são, conseqüentemente, patenteadas por nenhuma empresa.

Antes as compradas em casas de fazendeiro e armazéns não apresentavam um replantio garantido e eram facilmente atacadas por indicadores biológico, conhecido também como pragas. A soberania alimentar proporcionou aos agricultores escolherem as culturas que eles quisessem plantar, assim hoje, os quintais, praças, escolas, matas ciliares, e sistemas de produção apresentam uma diversidade de culturas como: cacau, açaí, abacaxi, cupuaçu, bananeira, jambo, coco, café, abacate, caju, cajá, graviola, jaca, pitanga acerola, taioba, batata,

aipim, limão, laranja, etc. Além de arbóreas como ingá, seringueira, pau-brasil, jequitibá, etc. Que são usadas para sombreamento do cacau e recuperação da biodiversidade local.

GRUPO DE PRODUÇÃO

A coletividade e diversificação de produtos proporcionaram um avanço econômico para os assentados. O Grupo de produção possuía o selo de certificação orgânica e os alimentos produzidos eram vendidos em feiras da cidade de Camaçã, Arataca, Itabuna, etc. Além das feiras os produtos eram comercializados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE é um programa do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. Tem como principal objetivo a melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais.

Nessa perspectiva, o grupo já realizou uma reunião no ano de 2018 para buscar uma forma de comercializar, já que houve cortes no PAA e PNAE e nas feiras livres as vendas não estão sendo satisfatórias. Por isso, buscar alternativas sustentáveis é prioridade para essas pessoas que precisam de uma renda para a sobrevivência.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Quando ocorre o plantio de algumas culturas desconhecidas realiza-se consultas com os mais experientes sobre a influência da lua e os segredos para uma melhor produção. Exemplos de conhecimentos tradicionais é o plantio da batata doce em forma de ramas, que consiste em cortar em pedaços, deixando somente sete folhas em cada muda e para facilitar a colheita é só escolher a direção e plantar de forma que as batatas cresçam para o lado escolhido. Outro exemplo é a influência da lua cheia no plantio da banana d'água e cana, caso plantado nessa lua as culturas é danificada com rachaduras profundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a luta pela terra e conquista, emancipou a vida de famílias que antes viviam em realidades precárias. A coletividade e organização social possibilitaram a criação

de um novo modelo de educação que constrói a partir da realidade da educação do campo, de uma diversidade de saberes e valores culturais, sociais e ambientais. A luta e transição do convencional para o agroecológico proporcionou a autonomia produtiva dos assentados, recuperou a biodiversidade local e vem incentivando a produção sustentável em outras comunidades tradicionais junto a TEIA dos povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; et al. Dicionário de Educação do Campo. 2 ed. Editora expressão popular. São Paulo, 2012.

FERNANDES, Bernado Mançono. Dicionário de Educação do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2 ed. Editora expressão popular. São Paulo, 2012.

FERREIRA. Delson. Manual de sociologia: Dos Clássicos á Sociedade da Informação. 2 ed. ATLAS S.A. São Paulo, 2003.

SILVA, Elisa Marie Sette; PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; et al.; Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária – Brasília -DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1a edição, 2014.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar. 3 ed. Brasília, outubro de 2010.

Presidência da República. Casa Civil, Estatuto da Terra. Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: Janeiro de 2018.

RESENHA

**Resenha do Livro “OS VERDES ÀS PORTAS DO SERTÃO: DOCTRINA E AÇÃO
POLÍTICA DOS INTEGRALISTAS NA BAHIA (1932 – 1945)”**

de Amélia Saback Alves Neta

Por Manoel Reinaldo Silva Rego¹

**UM OLHAR SOBRE O SURGIMENTO E ASCENÇÃO DO INTEGRALISMO NO
SERTÃO DA BAHIA**

Com a possibilidade de ampliação das pesquisas em História, principalmente com o crescimento dos cursos de pós-graduação nesta área, vem surgindo, na Bahia, vários trabalhos sobre do povo sertanejo. Nesta perspectiva é que se enquadra o livro de Amélia Saback A. Neta.

O livro “Os verdes às portas do sertão” originalmente é fruto de uma dissertação de mestrado em História, apresentada na Universidade do Estado da Bahia, em 2011. Nela a autora aborda como os integralistas desenvolveram sua ação política em um momento em que várias disputas políticas e ideológicas se acirravam no Brasil. Este contexto é analisado principalmente a partir de duas cidades baianas - Serrinha e Alagoinhas.

Sendo fiel ao título, o trabalho em questão é uma vertente sobre os integralistas na Bahia, que adentraram no sertão, em Serrinha e Alagoinhas, não deixando de mencionar a autora a atuação dos Integralistas em outras cidades baianas. A autora lança mão de várias formas de fontes para discorrer sobre a política integralista no sertão da Bahia, buscando compreender o conteúdo programático desta agremiação política, bem como suas ações no sentido de ampliar o quadro de militantes e a difundir de suas idéias.

O recorte cronológico utilizado, entre 1932 e 1945, compreende na História do Brasil o desdobramento e consolidação do governo Vargas e, na Bahia, a ascensão do Juracisismo como nova corrente política, que se tornou uma das mais longevas deste Estado. O período estudado foi justificado pela pesquisadora, relacionando-o ao Manifesto Integralista de 1932 e o fim, em 1945, quando se acentuou as referências ao fascismo europeu e ao fim da Segunda Guerra.

Amélia Sabbak faz, a partir da trajetória política e intelectual de alguns dos quadros do AIB (Ação Integralista Brasileira), um mosaico sobre o confronto ideológico e programático dos Camisas-Verdes no sertão da Bahia. O primeiro desses intelectuais é Rubem Nogueira,

¹ Mestrando em História Social na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

que se dedicava à atividade jornalística e partidária na capital e também no interior do estado, em Alagoinhas.

São perceptíveis no livro as primeiras ações do Governador Juracy Magalhães, com intuito de convencer Getúlio Vargas do perigo que essa corrente política representava para o ideário da Revolução de 1930 na Bahia.

A obra, ao que parece, tinha como objetivo inicial abordar a formação e a movimentação da (AIB) nas cidades de Serrinha e Alagoinhas e nas regiões circunvizinhas. Porém, demandas do trabalho levaram a pesquisadora a estender o estudo para várias cidades do interior do estado da Bahia. É nesse contexto que a autora aborda sobre os Integralistas no cenário da Segunda Guerra Mundial.

O livro “Os Verdes às portas do sertão” possibilita um entendimento de como Juracy Magalhães se posicionou durante esse período como interventor e posteriormente governador eleito pela Assembléia Legislativa da Bahia. Menciona também uma vertente do contraditório afastamento, por renúncia, do referido político baiano, ligado a Getúlio Vargas, durante a proclamação do Estado Novo.

Outro fator que a obra em discussão menciona é o combate brando feito pelo governo baiano aos comunistas após o levante de 1935. Na maioria dos estados da federação, os militantes do Partidão eram severamente combatidos e perseguidos após a frustrada tentativa de tomada de poder no referido ano. Porém, Juracy Magalhães estava também preocupado com a atuação dos Integralistas, principalmente seu adentramento ao interior do Estado.

Com isso, o pragmático político não se interessou no combate aos comunistas com as mesmas energias orientadas pelo poder central vindo do Rio de Janeiro. Assim, as duas agremiações políticas, os integralistas e os comunistas, que só tinham em comum a oposição ao juracisismo e seu PSD, encontraram um terreno fértil para campanhas de desmoralização recíproca.

Inclusive, essa tese de acomodação dos comunistas por Juracy Magalhães na Bahia no início da década de 1930, já é mencionada pelo próprio político, em seu livro de memória “O último tenente”, e por Patrícia Carneiro, no trabalho sobre a construção do juracisismo, fruto de sua dissertação de mestrado apresentada à UFBA em 2005. Aliás, a obra ora resenhada é um dos trabalhos a que Amélia recorre para mencionar sobre o tema.

Porém, é em “Impasse da Estratégia” de Zacarias de Sena Júnior que se encontra uma explicação mais completa sobre a temática. Zacarias menciona que o impasse entre Vargas e os governadores do Nordeste já vinha por outros motivos. Além disso, o próprio PCB vinha

buscando aproximação com os tenentes e interventores, insatisfeito com os rumos da Revolução de 1930.

Além disso, segundo esse autor, no que diz respeito à ação dos comunistas na tentativa de tomar o poder na Brasil em 1935, a Bahia tinha suas singularidades no contexto. Entre eles, estava o envolvimento de familiares do chefe do executivo estadual com a ALN (Aliança Libertadora Nacional), pois, um irmão de Juracy chegou a responder IPM (Inquérito Policial Militar) acusado de participar do levante comuna. Além disso, na Bahia não houve registro de que os Comunistas deste estado estavam envolvidos com aqueles acontecimentos.

Era preocupante para Juracy Magalhães a força e o crescimento dos Integralistas no Estado que ele governava, ao ponto de um entrevistado por Zacarias relatar que os Comunistas destituíram um palanque Integralista em Salvador (p. 53). Talvez, isso só pôde acontecer diante do fato da força policial baiana fazer vistas grossas ao fato.

Eul So Pang, em um estudo clássico denominado de “Coronelismo e Oligarquias na Bahia (1889 a 1934)” é categórico em defender que a Revolução de 1930 só teve o efeito de disciplinar os coronéis dentro dos partidos políticos. Na verdade, é nessa nova forma de organização e disputa política no Pós-Revolução de 30 que Amélia concentra sua análise a partir de um partido, o Integralista.

Porém, a obra nos conduz a um entendimento da movimentação dos principais grupos políticos baianos naquele contexto: o PSD, de Juracy Magalhães, o PCB, ligado a intelectuais e a setores da classe operária, os autonomistas, políticos que perderam o poder na Bahia com a chegada de Vargas ao Palácio do Catete no Rio de Janeiro. E por último, os integralistas, objeto de análise da autora.

Liderado por um quadro político oriundo da capital e do interior, que de certa forma não enquadrava em nenhuma das agremiações anteriores e elegeram os comunistas como principal alvo de combate, os integralistas, na grande maioria, eram pessoas que tinham atividades intelectuais na capital e que iam para o interior com objetivo de difundir a proposta e conquistar adeptos, organizando núcleos pelo sertão. Muitos desses intelectuais tinham sua origem em cidades sertanejas, sendo filhos de antigas lideranças políticas locais e a tarefa, com isso, era facilitada.

Como é explorado na literatura sobre a temática, as pesquisas clássicas tendiam a relacionar o Integralismo Brasileiro ao fascismo europeu. O livro “Os Verdes às Portas do Sertão” alonga ao avançar demonstrando que o fascismo brasileiro tem suas especificidades, a depender do local ou região. Além disso, as pesquisas clássicas muitas vezes concentram seu objeto nos grandes centros urbanos, em especial no Sul e Sudeste do Brasil.

No sentido inverso caminhou a autora do livro ora resenhado. Amélia atenta para um campo de estudo que ainda tem que ser muito pesquisado na história política brasileira: a ação dessa política de direita nas pequenas e médias cidades sertanejas.

O livro se torna importante para o contexto atual, na medida em que a autora mostra como o anti-partidarismo, o anti-liberalismo e o anticomunismo são a principal bandeira ideológica de uma agremiação política. Aliás, foi contra os comunistas que “os camisas verdes” tiveram mais energia para combater em suas ações políticas.

Além do histerismo de os responsabilizarem por tudo de errado que acontecia, os comunistas sofriam acusações graves, desde questões ligadas à corrupção moral ao fato de estarem a serviço de grupos estrangeiros (ser agente de Moscou). Posteriormente ao levante de 1935, eles até que poderiam ter referência. Porém, outra coisa, que também é atual e foi utilizada na época, é a criminalização das oposições, no sentido de desmoralizá-las sem precisar de uma referência acusatória concreta. Comenta Amélia que esse procedimento de campanha de desmoralização dos adversários era uma tática constante dos integralistas e das outras agremiações partidárias.

Da mesma forma, é importante notar como os integralistas defendiam uma bandeira ideológica a partir de uma educação carregada de supostos valores morais e patrióticos, tão presentes na atual momento do país.

O livro tem como principais fontes de análise jornais da época, como o Serrinhense, o Momento, Seiva e o Imparcial. É perceptível, a partir da análise da autora, como as linhas editoriais desses jornais mudavam de acordo com a conjuntura histórica do conturbado período entre Guerras e durante o momento beligerante.

De certa forma, este livro vem somar com outra obra, esta publicada pela EDUFA, Editora da Universidade Federal da Bahia, em 2009, “Integralismo na Bahia: Gênero, Educação, e Assistência Social em o Imparcial 1933/1937”, que também é resultado de uma dissertação de Mestrado, no caso de Laís Mônica, Reis Ferreira concluída na UFBA em 2006. A obra de Laís Mônica demonstra, principalmente a partir do jornal “O Imparcial”, como os integralistas desenvolveram a estratégia de difundir suas idéias e o espaço do poder na Bahia.

Alguns pontos diferem o trabalho das duas autoras. O primeiro deles é que Laís Mônica volta sua análise para a atuação da mulher no Movimento Integralista. A autora demonstra a contradição existente dentro da concepção da agremiação da AIB. Se para um lado os “camisas verdes” tinham um discurso antiliberal, por outro acabaram defendendo posições do liberalismo vigente na época, ao defender a participação da mulher na política.

Essa defesa era justificada pelos intelectuais deste partido, segundo eles, em razão da necessidade de as mães, esposas e noivas defenderem seus maridos, noivos e namorados das garras do comunismo que queria profanar o Brasil. Com isso, as mulheres tornavam-se as guardiãs da família e da Pátria.

Outro ponto abordado pela autora, no que se refere à atividade das mulheres na atuação do partido, é a prática assistencialista fundamentada na caridade. Aliás, essa prática já era bem conhecida pelas famílias na sociedade conservadora voltada para uma caridade orientada pela Igreja Católica.

Laís Mônica menciona em sua abordagem que os Integralistas tinham em seu foco as camadas populares da sociedade baiana, ponto que não foi explorado por Amélia Saback. Porém, há um argumento em comum entre as duas autoras: a interiorização do movimento integralista, que, por várias razões, não via somente a capital como possibilidade de ação. Entre estes motivos estava a concorrência com as outras agremiações.

Talvez tenha sido isso que causou uma das grandes rivalidades com Juracy Magalhães, que, diferentemente das maiores lideranças expressivas da Bahia antes de 1930, não percorria o sertão fazendo alianças com pequenos e médios líderes políticos: os coronéis menos expressivos.

Voltando ao “Os verdes às portas do sertão”, cuida-se de uma obra com 170 páginas e foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, Amélia Sabak apresenta as ações políticas dos integralistas rumo ao sertão e seu confronto ideológico com os liberais e comunistas. Neste capítulo, a autora concentra sua análise, principalmente, em duas cidades: Alagoinhas e Serrinha.

O segundo capítulo intitulado “A província mártim no integralismo”, a autora aborda o crescimento dos integralistas no interior do Estado da Bahia e o que levou Juracy Magalhães a modificar seu olhar sobre essa agremiação política. Se em 1933 o antigo interventor os via com simpatia, a partir das eleições de 1936 seu olhar sofre uma guinada. As ações dos integralistas passaram a ter um acompanhamento, com perseguição por parte da polícia baiana. No terceiro capítulo, que a autora denominou de “verso e reverso da história: produção da memória comunista acerca do integralismo”, é o momento em que Amélia utiliza a produção dos comunistas como fonte de análise do integralismo. Ela aborda com os jornais *Seiva* e o *Momento*, ligados ao partido comunista, começa a fazer campanha de desmoralização dos *camisas verdes*. Estas revistas eram espaço reservado à intelectualidade baiana, com objetivo de fazer críticas e combates ao fascismo.

Além disso, a autora utiliza como fonte obras de cunho memorialistas dos comunistas, como é o caso do livro “O partido comunista que eu conheci”, de João Falcão, e o livro de Jorge Amado, “Farda fardão Camisola de dormir”.

É também neste último capítulo, o mais extenso, que a autora analisa o combate aos integralistas no período da Segunda Guerra Mundial. Utilizando da memória deixada por comunistas e principalmente usando jornais como fonte, Amélia discorre sobre atuação desta intelectualidade na desmoralização *dos camisas verdes* e seus séquitos, merecendo a pena utilizada por Jorge Amado nos jornais ligados ao PCB.

Ao ler a obra de Amélia, percebe-se o processo de continuidade e atualidade no comportamento político do brasileiro de nossos dias. Por exemplo, quando vimos os movimentos de extrema-direita, como MBL e Vem Pra Rua no processo de Impedimento de Dilma Lana Rousseff, elegendo a camisa amarela como a indumentária de protesto, percebe-se que esses grupos políticos não podem ser considerando uma “onda conservadora” como muito os denominam.

Em verdade, trata-se de um processo de continuidade e reinvenção de uma direita que ressurge no contexto de crises políticas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NETA. Amélia Saback Alves. Os verdes as portas do sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932 – 1945). Editora Saga, Salvador; 2018.

ENTREVISTA

“EU NÃO ME INTERESSAVA “SEU MANÉ!” – LEMBRANÇAS E DESLEMBRANÇAS DE JOÃO DE RÉGIS

Manoel Antonio dos Santos Neto¹

RESUMO: Atividade desenvolvida pelo Núcleo de História Oral do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC, as entrevistas realizadas com moradores de Canudos, em especial descendentes de conselheiristas objetivava fixar a memória desses moradores sobre o conflito ocorrido no período de 1896/1897. João de Regis era um dos mais lúcidos e importantes memorialistas da trajetória do seu povo, cujos depoimentos se caracterizavam pela profunda honestidade do seu testemunho e pela lealdade dedicada a lembrança dos seus antepassados. O reconhecimento da tradição oral como fonte histórica estratégica para a recuperação e inserção do discurso popular na produção historiográfica, confere a estas entrevistas gravadas no ano final do século XX e no princípio do século XXI, a importância de uma fonte documental de grande relevância para quantos desejem encaram o desafio de reescrever o histórico das lutas populares no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: História. Memória. Cultura Popular. Oralidade.

ABSTRACT: The interviews carried out with residents of Canudos, especially descendants of counselors, aimed at establishing the memory of these residents about the War that took place in the period of 1896-1897, developed by the Oral History Nucleus of the Euclides da Cunha Studies Center (CEEC). Joao de Regis was one of the most lucid and important memorialists of the trajectory of his people, whose testimonies were characterized by the deep honesty of his testimony and the loyalty dedicated to the memory of his ancestors. The recognition of oral tradition as a strategic historical source for the recovery and insertion of popular discourse in historiographical production, confers to this interview recorded in the final year of the twentieth century and in the beginning of the twenty-first century the importance of a documentary source of great relevance for those who want to face the challenge of rewriting the history of popular struggles in Brazil.

KEYWORDS: History. Memory. Popular Culture. Orality.

INTRODUÇÃO

Foram muitas as conversas que mantive com João de Régis. Não eram encontros frequentes, contudo, sempre foram prosas prolongadas. Na sua casinha das Umburanas aonde ainda não dispunha do conforto e praticidade da energia elétrica, aliás, ele morreu sem esse benefício, João sabia bem receber seus convidados. Possuía a natural cortesia dos sertanejos, aquele acolhimento prudente e amigável, inicialmente desconfiado, depois expansivo e generoso. Magro e alto, acaboclado, olhos agateados e vivazes, fala mansa e de timbre agudo,

¹ Historiador e Coordenador do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC/UNEB.

era amigo de uma prosa boa, mais eloquente se tornava ainda se o assunto fosse a história de sua terra e do seu povo.

Vestia quase sempre camisa social, sem arregaço, a manga esticada até os pulsos, calças comuns de pano, sandálias de couro. Como a complementar sua indumentária a inseparável bengala de pau da caatinga, amparando-o nos seus passos tardos, idas e vindas em muitas manhãs e noites, verões e invernos, chuvas e estiagens. Era o homem típico do sertão. Sangue e hábitos. Vida morigerada, modestíssima, transcorrida integralmente na luta pela subsistência.

João Reginaldo de Matos, o João de Régis, nasceu em Canudos no dia 12 de junho de 1907, filho de Reginaldo José de Matos, natural de Mirandela e Joana Batista de Jesus, canudense de fundas raízes. O pai era agricultor, plantando o comum na região, ou seja, milho, feijão, abóbora, fava. Criava miúncas – bodes, cabras, galinhas de capoeira, porcos – para reforçar a economia doméstica, com vistas o sustento da família Bom catingueiro costumava caçar bichos do mato muito apreciados na culinária sertaneja - tatu, preá, veado, capivara, etc. A mãe, dona Joana, filha do famoso Mané da Guerra, criada nos conformes sertanejos se tornara dona de casa. Parideira e rija, forjada na labuta que norteia a existência das mulheres pobres do sertão. Os Guerras eram vizinhos e amigos de Joaquim Macambira, homem pacato e morador da Fazenda Arrojado. Mais tarde ambas as famílias se tornariam notáveis e lendárias, como integrantes do séquito e do “Exército” conselheirista.

Caso pesquisadores e estudiosos persistissem aceitando sem reparos as afirmações de Euclides da Cunha, segundo a qual Canudos seria nos idos finais do século XIX uma pequena fazenda de gado a beira da Vasa Barris, abandonada pelos seus proprietários e habitada por indivíduos mal-encarados e de duvidosa procedência, prosseguiríamos incorrendo no equívoco do escritor fluminense. Todavia se a informação euclidiana prevaleceu como verdade absoluta durante algumas décadas - requintada gaiola a aprisionar a história, na sentença de José Calasans - a ousadia e o trabalho de alguns pesquisadores possibilitaram a correção de algumas imprecisões factuais contidas no texto de “Os Sertões” e em outras publicações, sendo fundamental neste aspecto a audição concedida aos testemunhos populares, fontes orais incorporadas a matéria historiográfica. O povo conhecia a sua história e quando foi instado a narrá-la o fez com inequívoca honestidade, conquanto muitas vezes, cedendo ao encanto da imaginação, que não deixa de ser memória, tão somente enfeitada aqui e ali por sonhos e quimeras.

Eu e com João de Régis encontramos respostas e explicações para muitas das nossas indagações e dúvidas. Pacientemente, pedagogicamente seria mais justo dizer, nos esclarecia

as dúvidas levantadas quando estava ao seu alcance fazê-lo, se mostrando angustiado quando não tinha a certeza ou mesmo a informação buscada. Nesses momentos, por vezes parecendo desejar erguer-se da cadeira, exclamava lastimoso: “Eu não me interessava seu Mané!”, confessando que embora presenciasse muitas conversas entre os mais velhos, esses diálogos passavam despercebidos para o jovem João em seus verdes anos, envolvido então com seus afazeres e desfrutando os dias de mocidade.

Dos muitos fatos recolhidos de oitiva e protegidos nas reminiscências dos dias pretéritos, a morte do Coronel Moreira César, para a qual tinha uma versão ouvida da boca do “povo da luta”, era tema que acalorava seu jeito pacífico de narrar. Particularmente enfatizava o traslado do corpo do mítico oficial, da Fazenda Velha onde morrera, para as Umburanas, onde foi abandonado em lugar muito próximo a morada dos antepassados de João e sua atual residência, sendo posteriormente incinerado no mesmo terreno. No dedo do defunto ainda insepulto, lembrava Régis, sob a inclemência do sol, um anel refulgia intensamente. Coisas da Guerra.

Nos nossos últimos encontros reiterava sempre sua preocupação com a inexistência de energia elétrica no lugar que vivia, não por si, “já estava velho”, mas por Duru, sua filha e companhia constante, mulher corpulenta, olhos claros como os do pai, anfitriã delicada e atenciosa, recebendo a todos com copos de chá – capim santo, cidreira, manjeriço – quentes e deliciosos, adoçados com mel de abelha. Também não faltava o cafezinho, igualmente ofertado com capricho, sem falar na água de pote ou moringa, friazinha, boa de beber. Ele nos deixou em dezembro de 2002, ano celebrativo do centenário de publicação do livro “Os Sertões”, do qual tinha um exemplar carinhosamente conservado em sua casa. Coisas da vida.

As entrevistas que ora resolvemos trazer a público foram realizadas em Canudos, nas Umburanas, em períodos distintos. A primeira nos dias 22 e 23/08/1999 e a segunda, quase dois anos depois, em 26 e 27 de março de 2001. Juntamo-las, porquanto, a segunda complementava a primeira. Participou dos encontros o professor José Carlos Pinheiro, co-entrevistador e companheiro de trabalho do CEEC, colaborando igualmente nos registros sonoros das conversações ocorridas.

As transcrições realizadas após reiteradas audiências do material gravado foram inicialmente literais. Posteriormente a versão textual foi editada, momento no qual foram supressas as falas repetidas, trechos inaudíveis, rasuras ortográficas e erros de digitação. Bom dizer que procuramos conservar as expressões próprias do falar sertanejo, onde aparecem

vezes por outras expressões correntes no português arcaico, decorrência da presença ibérica na colonização do *hinterland* brasileiro.

A fidelidade das transcrições aos testemunhos fonográficos pode ser comprovada na comparação dos dois documentos, ambos encontráveis no acervo do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC e disponíveis para consulta.

Podemos dividir a entrevista em três etapas. Na primeira, João nos fala sobre suas origens, seus familiares e nos insere no cenário da Guerra de Canudos.

A segunda é inteiramente dedicada ao Conflito, sobre o qual conta com desenvoltura o que ouviu e aprendeu de oitiva. Na terceira e última etapa da conversa tratamos da reconstrução da cidade até a sua submersão sob as águas da Barragem do Cocorobo, registrando também episódios referentes a presença de Lampião naquelas paragens, assim como, a passagem da Coluna Prestes nas imediações de Canudos.

No mais informar que parte dos encontros com João de Regis aconteceu durante o Projeto de Salvamento Emergencial do Parque Estadual de Canudos em 1999, atendendo solicitação da equipe de Arqueologia, coordenada pelo Prof. Paulo Zanettini, que trabalhando na área inundada, cujas ruínas emergiram devido à grave seca daquele período, considerou procedente e importante ouvir antigos moradores, objetivando maior precisão nas buscas por antigas edificações e outros vestígios da Vila Conselheirista. Com a palavra João Reginaldo de Matos, João de Regis.

ENTREVISTA

E1 – *Bom dia, Sr. João. Eu gostaria de saber seu nome completo, o nome dos seus pais, e sua profissão. Pode ser?*

JR – Meu nome é João Reginaldo de Matos. Eu nasci em Canudos, no dia 12 de junho de 1907. Meu pai era de Mirandela², que antigamente se chamava Saco dos Morcegos, o nome dele era Reginaldo José de Matos e minha mãe Joana Batista de Jesus, nascida aqui em Canudos. A minha profissão antigamente era trabalhar na roça, plantar milho, feijão, trabalhar na lavoura.

E1 – *O senhor também foi tropeiro?*

² Distrito do município de Banzaê, distante 296 quilômetros de Salvador. Mirandela era primitivamente habitada por índios quiriris. A fundação do povoado ocorreu em 1656.

JR – Tinha uma tropinha de jegue. Plantava alho, cebola e ia vender em Ribeira do Pombal³ porque lá dava muito dinheiro. Depois carregava de milho, feijão e farinha e vinha vender aqui. Foi nisso que trabalhei.

E1 – *Eu gostaria que o senhor me contasse a história da sua família, pode ser?*

JR – O começo de minha família foi assim. Aqui na Fazenda Arrojado morava um senhor por nome Joaquim Macambira⁴, então esse Joaquim Macambira era um grande fazendeiro que tinha nesta região. Meu avô era conhecido por Mané da Guerra morava nas Umburanas⁵, ali perto da minha casa. Então, quando foi um dia a tardezinha - nesse tempo minha mãe era moça, tinha mais quatro ou cinco filhas, eles eram muito amigos de Joaquim Macambira, esse povo. Diz à história que meu pai mais minha mãe me contavam que chegou à Fazenda Arrojado aquele homem vestido naquele camisa azul, com aquela imagem no pescoço e com uma malinha. Então o homem perguntou a eles se naquela região não tinha um lugar aonde ele rezasse um “terço na boca da noite e um ofício de madrugada”. Então eles disseram: “Tem, aqui perto. No Canudos, perto da Fazenda Canudos mora uma velha por nome Maria Quitéria” – hoje eu me arrependo de não ter perguntado a minha avó, a minha mãe, o que era que Maria Quitéria era de minha avó, ou era mãe ou era avó, mas não tenho certeza para dizer- então ele mandou chamar. Naquele tempo morava a mãe de Manoel Ciriaco⁶ que chamava Felismina, morava também José Macário que era tio de minha mãe. Mandou chamar essas famílias e foram para Canudos e foi o começo de Canudos. Chegou lá ele rezou o terço na boca da noite, o ofício de madrugada, então tinha aquela capelinha que era feita de taipa com a imagem de Santo Antonio⁷, ele perguntou se não queriam que ele remodelasse aquela igreja, eles

³ Localidade situada na região de Alagoínhas. Situa-se a 271 quilômetros de Salvador. Elevada a categoria de cidade em 1938.

⁴ Dos mais notáveis e conhecidos moradores de Canudos, onde já vivia com numerosa prole antes da chegada de Antonio Conselheiro. Diziam ser homem pacato, bem relacionado na região e que teria intermediado a compra da madeira em Juazeiro, junto ao Coronel João Evangelista Pereira de Melo para a construção da Igreja Nova em Canudos. Seu filho e homônimo comandou o célebre ataque a “Matadeira” episódio imortalizado por Euclides da Cunha em “Os Sertões” e Francisco Mangabeira no seu **Poema Épico**. Uma de suas filhas, Maria Francisca, esteve sob cuidados do Comitê Patriótico da Bahia, após o fim do conflito, tendo retornado posteriormente a sua antiga morada.

⁵ A Fazenda Umburanas situa-se próxima ao riacho do mesmo nome. Em terras desta propriedade João de Régis viveu durante muitos anos e os seus últimos dias. Lá também residiam os Guerra, cujos descendentes ainda vivem em Canudos, assim como os de João de Régis. A Umburana está localizada próxima a área reservada ao Parque Estadual de Canudos.

⁶ Os irmãos Manoel e José Ciriaco – este mais conhecido como Tizé – eram ambos remanescentes da Canudos Conselheirista. Após a Guerra passaram a viver na cidade reconstruída. Manoel, retratado por Pierre Verger, aparece numa reportagem de Odorico Tavares para a Revista “O Cruzeiro”. Nela o jornalista pernambucano radicado na Bahia compara-o fisicamente ao político francês Clemenceau.

⁷ Este pequeno templo foi reformado e ampliado por Antonio Conselheiro, que desejava ter no lugarejo de Canudos, espaço sagrado onde pudesse reunir o povo e fazer suas orações.

combinaram que sim. Foi o começo de Canudos, que eu sei contar. Pois bem, naquele tempo, ele já tinha andado pela aquela região ali do município de Cícero Dantas⁸, Pombal, ele já tinha passado naquela Fazenda Bendó⁹ que era de uma mulher que se chamava, eu ainda conheci essa mulher, eu rapazinho novo, ela chamava Umbelina, mas o apelido era Belinha, então naquela baixa do Bendó tinha aquela madeirame, ele já conhecia daquele madeirame, ele foi lá para querer comprar e ela deu aquele madeirame, por sinal contam os mais velhos que traziam a madeira, que ela deu até boi para ele trazer para matar e fazer comida para o povo.

E1 – Foi Antonio Conselheiro que perguntou se havia um lugar onde pudesse rezar um terço na boca da noite e um ofício de madrugada, ou foi o pessoal que estava aí que perguntou a ele?

JR – Foi ele que perguntou se não tinha nenhum lugar aonde rezasse um terço na boca da noite e um ofício de madrugada, ele foi que perguntou.

E1 – Foi a Joaquim Macambira ou foi a Antonio da Mota¹⁰?

JR – Foi a Macambira, foi a Joaquim Macambira. Antonio da Mota morava cá pertinho de minha mãe, cá no Riacho da Umburana¹¹, o senhor não sabe onde é a casa de João Butão¹²? É bem ali detrás da casa de João Butão, onde era a casa de Antonio da Mota.

E1 – Essa fazenda Bendó não era de um tal Cazuzza? Seo Ioió¹³ me falou isso. A madeira do Bendó foi para fazer a Igreja Nova, do Bom Jesus, ou para fazer a Igreja Velha, de Santo Antonio¹⁴?

⁸ Seu topônimo antigo era Bom Conselho, estando situada no Agreste Baiano. Teve seu nome alterado em 1905, como homenagem ao Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins, grande proprietário de terras e poderoso chefe político na região. Dista 302 km da Capital

⁹ Nos esclarece Dionísio Nóbrega que Bendó “é um termo quiriri que significa baixas”. As demais informações fornecidas por João de Régis, estão corretas e inteiramente compatíveis com os dados pesquisados pelo estudioso aqui citado.

¹⁰ Comerciante de “couro e balcão” e dos mais antigos moradores de Canudos, como noticia o professor Calasans, no seu livro “Quase Biografia de Jagunços – O Séquito de Antonio Conselheiro”. Assassinado em 1896, junto com seus familiares, acusado de fornecer informações às tropas repressoras acantonadas em Uauá, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira. O crime que vitimou Antonio da Mota e sua família, perpetrado por moradores de Canudos, dentre eles um sujeito chamado Vicentão, em que pese a barbaridade, jamais foi punido. Suspeita-se, que em verdade, Mota foi vítima de crime de mando, em face de disputas comerciais com Antonio Vilanova. O Conselheiro, muito embora houvesse condenado a violência cometida contra os Mota, não se empenhou na punição dos criminosos.

¹¹ Rio temporário que corta as terras da Fazenda Umburanas, das mais antigas propriedades da região.

¹² Morador da 2ª Canudos. Vizinho e amigo de João de Régis.

JR – A Igreja Velha, o começo. Olhe, Ioiô falou assim, mas aí houve um engano, porque o seguinte foi este: a Fazenda era de Belinha, quando o Conselheiro veio aqui ela já era viúva, ela chamava Umbelina por apelido Belinha, então ela foi que deu a madeira, Ioiô atrapalhou-se nisso. Ioiô é mais novo, Ioiô conheceu a família dela como eu conheci dois filhos que ela tinha, então eu dei esse depoimento que foi Belinha que deu a madeira, acho que depois perguntaram a Ioiô e ele disse que essa madeira do Bendó tinha sido da Fazenda de Sinhozinho. Sinhozinho era filho da Belinha, ela morreu e ele herdou a Fazenda, quando perguntaram a Ioiô, ele é mais novo do que eu, não tinha aquela certeza, já deu esse depoimento que foi da Fazenda de Sinhozinho do Bendó que saiu a madeira.

E1 – *A madeira foi na verdade para construir a igreja de Santo Antonio?*

JR - Era, a Igreja de Santo Antonio.

E1 – *A madeira era para fazer o quê?*

JR – A madeira era da cumeeira. Essas madeiras grandes, ainda sobrou madeira, porque tanto veio madeira de lá, como aqui da parte de Jeremoabo também veio umas madeiras. Da parte de Cícero Dantas, que era Bom Conselho, veio também umas madeiras.

E1 - *Bom. Então vamos esclarecer para ficar bem claro, “seo João”? A madeira que ele pegou no Bendó, na mão de dona Belinha, foi para construir a Igreja de Santo Antonio, certo*

JR – Sim senhor. A primeira obra.

E1 – *Isso na mão de dona Belinha. Depois ele continuou a pegar madeira no Bendó?*

JR – Depois, agora aí é que eu não tenho certeza. Eu julgo que ele não pegou mais madeira no Bendó.

¹³ João Siqueira Santos (1909-2007). Foi dos mais notáveis e respeitados memorialistas de Canudos. Aprendeu com seu pai e sua mãe – a primeira professora do Cumbe – prosseguindo suas conversações com sobreviventes do Conflito. Era um narrador entusiasmado, detalhista e de prodigiosa memória, também conheceu Virgulino Ferreira, o Lampião, segundo depoimento que nos prestou em 1999.

¹⁴ Contrariando a informação prestada por João de Régis, o pesquisador e escritor Dionísio Nóbrega informa que a madeira enviada do Bendó, por dona Belinha, foi para a cumeeira da Igreja Nova de Canudos.

E1 – *Me diga uma coisa João: e quem transportou essa madeira do Bendó para cá?*

JR – Ela vinha no lombo de homem, os homens traziam nas costas. Foi por isso que Antonio de Isabé, quando ele vinha, vinha por aí, por Massacará, Varginha, vinha sair no Rosário¹⁵, bem ali perto do Rosário, ainda hoje tem uma umburana que chama o “Banco do Conselheiro”, ainda hoje está lá. Ele nasceu assim, esse pau, ele virou assim e assim subiu, ficou aquele banquinho. Ainda hoje muita gente tem ido espiar, aquele Dionísio¹⁶ mesmo e outras pessoas têm ido espiar, eles vinham por ali. Foi onde o pai de Antonio de Isabé¹⁷ que morava no Bom Jardim, ele menino com a idade de cinco anos, ele quando vinha, vinha de Humildes a Varginha, da Varginha tinha que vencer sete léguas para o Rosário só de areia, só tem meia légua duro, no mais é tudo areia. Antonio Conselheiro sempre rezava para aquele povo de Serra Branca¹⁸ e daquelas fazendas próximas, ele sempre rezava um terço a boca da noite e um ofício de madrugada, e aquele pessoal ficou muito fiel a ele. Foi quando o pai de Antonio de Isabé trouxe ele para tomar a benção a Antonio Conselheiro.

E1 – *E aí o pessoal foi ficando aí?*

JR – Aí...

E1 – *Mas Antonio Conselheiro não ficou morando aí não, ele foi embora, não é?*

JR – Não. Depois que ele chegou que começou, ele não saiu mais daí. Se saiu era para ir buscar madeira.

E1 – *Mas eu estou dizendo, quando ele começou a construir essa igrejinha, que ele mandou buscar a madeira do Bendó, ele não morava aí não, ele estava de passagem, não é?*

¹⁵ O povoado de Maçacará está localizado no município de Euclides da Cunha. Sua origem decorre de uma Missão Franciscana que lá se instalou em 1689, com o intuito de catequizar os índios caimbés. Rosário, antiga fazenda, é distrito do município de Canudos, sendo local de passagem de tropas, notadamente do coronel Moreira César, durante a Guerra de 1896/1897.

¹⁶ João de Régis se refere ao pesquisador e escritor José Dionísio Nóbrega, membro do Instituto Geográfico da Bahia. Dionísio é um profundo conhecedor da genealogia sertaneja.

¹⁷ Antonio de Isabé era antigo morador da região de Canudos. Vivia no lugar denominado Bom Jardim, próximo a Euclides da Cunha. Ele morreu com mais de 100 anos e foi testemunha presencial da Guerra de Canudos. Contava também que tomou a benção a Antonio Conselheiro e que conhecia Lampião, a quem prestou alguns favores.

¹⁸ Povoado pertencente ao município de Euclides da Cunha. Ponto de passagem da Expedição Moreira César.

JR – Não, ele vinha de passagem. Ele veio de lá quando ele foi preso e Cícero Dantas disse ao Prudente de Moraes¹⁹ que mandasse prender Antonio Conselheiro, porque ele tinha matado a mãe e a esposa, ele lá no Itapicuru, então a Polícia veio prender ele e levou para Salvador, e de Salvador para Quexeramobim. Quando chegou lá o Juiz discriminou que ele era órfão, que a mãe tinha morrido quando ele ainda era criança.²⁰

E1 – *Mas ele batizou muita gente aqui, antes de morar mesmo, não?*

JR – Não, ele batizou quando já estava morando. Olhe, quando ele veio para aqui, que ele chegou na casa de Joaquim Macambira, minha mãe era moça. A mãe daquela estátua, de Manelzão²¹, que tem ali no Alto do Mário, também era moça. Esse pessoal todo se casou aí no Canudos, quem fazia o casamento era aquele padre de Monte Santo.

E1 – *Berenguer*²²

JR – Não.

E1 – *Monte Santo ou do Cumbe?*

JR – Cumbe nesse tempo não existia não!

E1 – *Como era o nome do padre Não está lembrado?*

JR – O padre Sabino²³. Foi quem casou minha mãe, foi quem casou a mãe daquele Manelzão, foi o padre Sabino. Então os primeiros filhos que elas tiveram deram a ele para ser o padrinho, ele foi padrinho de um irmão meu e de um cunhado daquela estátua.

¹⁹ Lideranças políticas do período. Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, detentor de grande poder e influência regional. Prudente de Moraes era o Presidente da República (1894/1898). Em verdade a prisão de Antonio Conselheiro e seu traslado para Salvador ocorreu em atendimento ao Delegado de Itapicuru, este pressionado pelas oligarquias e alguns moradores locais, que se mostravam inquietos com as reuniões promovidas pelo Beato num lugar chamado Missão da Saúde, quando reunia seus adeptos para rezar e pregar.

²⁰ O acontecimento de Itapicuru transcorreu de fato em 1876. Antonio Conselheiro somente fixou morada em Canudos, partir de junho de 1893, após o combate de Macete, ocorrido em maio do mesmo ano.

²¹ Antigo morador da localidade. Em verdade a “estátua” a que se refere João de Régis é um painel existente no Parque Estadual de Canudos, próxima a pequena elevação conhecida como Pelados, onde consta uma fotografia de Manoelzão.

²² Francisco César Berenguer, vigário de Monte Santo por mais de quatro décadas Expressiva e influente liderança religiosa e política na região.

E1 – *E aí me conte uma coisa “seo” João, ele deixou o povo aí construindo uma igreja? Não teve um beato que ficou aí construindo a igreja? O beato Paulo José²⁴?*

JR – Tinha esse Beato, mas eu não tenho conhecimento que ele saísse daí. Se saiu eu não sei.

E1 – *Mas eu digo a Igreja de Santo Antonio.*

JR – “Apois”, a Igreja de Santo Antonio. Porque eu tenho para mim que desde que ele começou a trabalhar nessas obras, ele não saiu mais daí ele saía para ir buscar as madeiras.

E1 – *E quando foi que ele veio morar aí, de vez?*

JR – “Apois”, desde que ele chegou, desde que começou esses trabalhos.

E1 – *Mas não foi em 1893 não, em junho? Quando ele veio do fogo do Maceté²⁵?*

JR – Ah, pois, Ele já estava trabalhando aí. Ele vinha com essas madeiras.

E1 – *Sim, mas ele não morava aqui.*

JR – Morava.

E1 – *Ele não estava lá para o lado do Maceté, Tucano, essa zona?*

JR – Não. Ele quando vinha, ele já vinha com essas madeiras do Bendó para aqui.

E1 – *E o fogo do Maceté?*

²³ Vicente Sabino foi Vigário do Cumbe. Visitava regularmente Canudos, onde, inclusive, possuía morada. Na cidade conselheirista rezava missas, realizava casamentos e batizados e exercia todas as funções privativas do seu cargo. Em razão disso foi feito prisioneiro por Moreira Cesar que o submeteu a vários constrangimentos.

²⁴ Fiel seguidor do Conselheiro, Paulo José da Rosa ou Hora (?) foi encarregado pelo mesmo de erguer a Igreja de Santo Antonio, missão da qual se desincumbiu com desvelo.

²⁵ Pequeno povoado hoje pertencente ao município de Quijingue, onde se deu em 1893, um confronto entre conselheiristas e tropas policiais da Bahia. Após esse “fogo”, ocorrido no mês de maio, Antonio Conselheiro rumou para Canudos, aonde teria chegado em junho do mesmo ano, para fixar morada definitiva.

JR – O fogo do Maceté foi que a República entrou. Quando botaram as tabelas o pessoal se revoltou, aí veio soldado, veio o Governo.

E1 – *Mas isso não foi em Natuba²⁶?*

JR – Foi em Natuba O pessoal de lá se juntou e quebraram as tabelas, enrabaram com os soldados. Foi quando veio o reforço da Força que o governo mandou, quando o reforço vinha eles sabiam que o Conselheiro não gostava da Lei da República, vinha do Bendó com essas madeiras com aquele grupo de gente, quando eles estavam descansando, aí eles já vinham correndo para vir para o Canudos como vieram, aí se juntaram com o Conselheiro e foi quando aquele pessoal chegou. Dizem que o Conselheiro fez um risco assim com a bengala e disse: “Não saltem dessa bengala para lá! ”. Deram aí esse fogo que mataram dois policiais.

E1 – *O senhor soube que o pessoal do Conselheiro prendeu o tenente que veio aí para Maceté? Sr. Ioiô me contou que o tenente levou dois dias preso lá no Cumbe e quem tomava conta dele era um negro chamado Simão, vindo de Santo Amaro, o senhor ouviu falar nisso?*

JR – Mas o Cumbe não era uma fazenda, então?

E1 - *Era um vilarejo, não é? Um lugar pequeno.*

JR - Só podia ser muito pequeno. Eu digo que o Cumbe era muito pequeno por isso, porque quando frei Apolônio²⁷ veio da Itália e chegou em Salvador, tiraram ele para vir aqui para a abrir uma Missão de Jeremoabo, naquele tempo só existia Jeremoabo. Naquele tempo só existia Jeremoabo, Jacobina e Vila de Itapicuru, esses lugarzinhos poucos. Então, quando ele terminou a Missão no Jeremoabo, ele veio, tinha aqueles índios no Massacará, ele veio para Massacará abrir uma Missão. Daí o sogro de Ioiô convidou ele para ele vir, não é o sogro é o avô de Ioiô, convidou ele para vir abrir uma Missão em Euclides da Cunha numa fazenda

²⁶ Antigo topônimo de Nova Soure, cidade situada no agreste baiano. Após ser extinta em 1931, foi recriada em 1935, com o nome atual. Neste lugarejo é que ocorreu o célebre episódio da quebra de tabuletas de impostos, manifestação popular contra o fisco estadual, comandada por Antonio Conselheiro e seus seguidores, que reputava injustas tais cobranças contra pequenos comerciantes e agricultores, quando os mesmos vendiam seus produtos nas feiras.

²⁷ Capuchinho italiano nascido no lugarejo de Todi, região da Úmbria na Itália no ano de 1747. Missionário com intensa atividade nos sertões. Foi o construtor das capelinhas que encimam a Serra do Piquaraçá, palco de peregrinações anuais de milhares de sertanejos. Apolônio de Todi faleceu em 1828.

deles, mas aí era seco, não tinha água, ele não abriu a Missão e passou para Monte Santo. O Monte Santo não existia, nesse tempo era Piquaraçá. Pois bem, Antonio Conselheiro ainda trabalhou naquela obra do Monte Santo²⁸.

E1 – *Me diga uma coisa “seo” João, quando Antonio Conselheiro chegou aí para morar, quem é que já morava aí?*

JR – No Canudos?

E1 – *Sim.*

JR – Essa Maria Quitéria. Agora tinha também aqueles fazendeiros como Joaquim Macambira, morava lá, José Ciríaco morava aí na Macambira, minha mãe mais meu pai, meu pai não, meu avô, meu pai era de Mirandela, quando meu pai chegou no Canudos já tinha muita gente. A família de Manoel Ciriaco; Antonio da Mota que morava aí, Diocleciano que morava bem ali naquela ponte diante da Umburana, ele tinha um engenho, Deocleciano, a mulher dele eu conhecia, morreu eu já era casado quando ela morreu, ela chamava até Mariquinha. Já morava muita gente por aí, naquela região.

E1 – *Me diga uma coisa: João Abade, Pajeú esse povo que veio pra luta, Pedrão, veio morar aí quando?*

JR – Depois que o Conselheiro estava aí. Esse povo era tudo desconhecido.

E1 – *Tudo desconhecido.*

JR – Era tudo desconhecido. Pedrão mesmo era da Várzea da Ema²⁹. Pajeú eu nem sei de onde é, por que de primeira eu não me interessava. Se fosse coisa que eu me interessasse saber podia saber de muitas coisas, mas a questão é que eu não me interessava.

²⁸ Antonio Conselheiro realizou inúmeras reformas nas edificações erguidas pelo Frei Apolônio de Todi no século XVIII, ao longo da Serra do Piquaraçá.

²⁹ Povoado onde nasceu Pedrão, situado próximo a Chorrochó, município ao qual hoje pertence. O cangaço também atraiu muita gente do lugarejo. Várzea da Ema era originalmente uma fazenda pertencente ao Coronel Petro, Petronilo Reis, sendo constantemente atacada por Lampião e seu bando, após desavenças com Petro, antigo comparsa e coiteiro de Virgulino.

E1 – *Fora daqui esse povo que veio com Antonio Conselheiro, esse povo era de onde?*

JR – Esse povo veio de toda parte. De Mirandela, meu pai mesmo era de Mirandela, pois bem, deste lado de Pombal, essa costa aí do rio Itapicuru, por aí onde o Conselheiro já tinha feito algumas obras, esse povo despejou tudo para Canudos. Foi onde esses homens cismaram, o Governo cismou, porque era só o pessoal viajando para Canudos. Naquele tempo chovia bem, existia muita grandeza, pois bem, naquele tempo foi quando chegou Antonio Vilanova, que Antonio Vilanova era de Quixeramobim³⁰, mas ele estava morando em Senhor do Bonfim mais o irmão, sabendo que Antonio Conselheiro estava aqui, eles vinham abastecer Antonio Conselheiro com comida e tudo, e foram crescendo, crescendo, crescendo...

E1 – *Me diga uma coisa “seo” João, pelo que o senhor ouviu falar, pelo que lhe contaram seu pai e sua mãe, esse povo vinha para aqui para quê? Vinha atrás de milagres?*

JR – Este povo vinha para aqui, porque você sabe, os fazendeiros naquele tempo eram muito perversos, eles nem pagavam bem e nem tratavam bem dos trabalhadores, só queriam que os trabalhadores ficassem na roça. Aqueles fazendeiros, aqueles capitães, mas o povo vinha para aqui, sempre eles tinham aquele apoio, o Conselheiro mandava aqueles pobres que chegavam, ele ajudava a fazer as casas. Meu pai mesmo era carpinteiro, a vida dele no Canudos era trabalhar, fazer casa, aquelas casinhas.

E1 – *Essas casas eram feitas de quê?*

JR – Eram feitas de enchimento. Armavam a casa, faziam um quadro, enfiavam a cumeeira, os paus todos, quando acabar enfiava, varavam e enchiam de barro, enchiam aquelas paredes todas de barro, quando acabava envarava com caroá, cipó, muitos lugares com couro de boi, que naquele tempo couro de boi não dava dinheiro, eles passavam a mão e iam tirando aquelas correias para envarar.

E1 – *Seu pai trabalhava de carpinteiro?*

³⁰ Os irmãos Vilanova, de batismo Antonio e Honório Assunção, eram cearenses do Assaré. Estabeleceram-se como comerciantes em Vila Nova da Rainha, atual cidade de Senhor do Bonfim, atraídos pelas boas possibilidades de negócios naquele lugar. Com o crescimento populacional e fortalecimento do comércio na “urb conselheirista”, transferiram-se para Canudos, levando com eles o topônimo da Vila onde residiram anteriormente.

JR – Era.

E1 – *Aí, tinha muita gente trabalhando de quê aí? Ferreiro?*

JR – Tinha ferreiro, tinha aqueles que tinham sua profissão, uns trabalhavam de fazer casa, outros trabalhavam de tirar madeira e vender, outros trabalhavam em roça.

E1 – *Tinha roça de quê, Sr. João?*

JR – Era de pegar no pé de milho e entortar, porque naquele tempo chovia muito e aí naqueles altos mesmos dava legumes.

E1 – *Naqueles altos aonde, o senhor fala?*

JR – Ao redor de Canudos. Naqueles baixados, tudo quanto era aqueles baixados ali era roça. Naquele riacho era canavialzão, era bananeiralzão, existia muita grandeza.

E1 – *E quando o povo começou a ficar aí, o povo já pensava na Guerra, pensava que o governo vinha para aqui?*

JR – Ah! Não pensava nisso não.

E1 – *Pensava não.*

JR – Aí eles não pensavam não. Aí eles não pensavam nisso.

E1 – *E como é que povo soube que os soldados estavam vindo para o Uauá?*

JR – Porque foi quando Antonio Conselheiro mandou comprar aquelas madeiras, Joaquim Macambira foi, comprou as madeiras e pagou.

E1 – *Comprou a madeira na mão de quem?*

JR - Na mão de um negociante em Juazeiro.

E1 – *É o coronel Janjão*³¹?

JR – Não.

E1 – *O coronel João Evangelista?*

JR – Não. Esse coronel João Evangelista ajeitou para ele comprar essas madeiras, que era um negociante, de Juazeiro. Entonce as madeiras de cedro para janela e porta ele trouxe, e as madeiras que é essas linhas grandes, que é essas que ficou para ele vir trazer aqui, mas foi quando teve esse Juiz em Juazeiro, que foi juiz em Bom Conselho, teve lá uma dúvida com Antonio Conselheiro. Aí ele passou as mãos e prendeu as madeiras, mandou as madeiras não vir. Aí então o Conselheiro mandou uma carta ou um portador, dizendo que se não viesse trazer as madeiras que ele ia buscar, que estava precisando da madeira, aí o juiz mandou um telegrama ou uma carta para Prudente de Moraes...

E1 – *Para Prudente de Moraes ou para Luís Viana?*

JR – O Presidente.

E1 – *Quem era esse juiz? Era Arlindo Leone?*

JR – Era o de Juazeiro.

E1 – *Ele mandou a carta não foi para Luís Viana não, o governador?*

JR – Ah! Foi para Luís Viana. Que mandasse “fornecimento” para Juazeiro, que Antonio Conselheiro queria invadir Juazeiro, aí ele mandou oitenta praças, já tinha cinquenta, fez centro e trinta, inclusive um médico e dois guias, foi quando eles vieram. Aí esse povo do Conselheiro andava pelo mundo, eles sabiam que eles vinham aí foram encontrar no Uauá. Foi a primeira derrota.

³¹ João Evangelista Pereira de Melo era abastado comerciante em Juazeiro da Bahia. A ele foi encomendada e antecipadamente paga a madeira que iria servir na construção da Igreja do Bom Jesus, erguida pelo Conselheiro e seus auxiliares em Bello Monte. A não entrega da encomenda gerou o tal “incidente desvalioso”, ao qual se refere Euclides da Cunha em seu livro clássico, resultando no envio da Expedição Pires Ferreira, que teve como resultado o Confronto de Uauá.

E1 – *Aí agora o senhor vai me contar uma estória. E porque é que mandaram matar o pessoal de Mota?*

JR – Agora aí é que não sei. Uns dizem, mas não é estória certa não, que foi porque Antonio Vilanova comprava couro, pele de bode para Juazeiro, e Antonio da Mota comprava couro de bode para Feira de Santana, tinha contato em Feira de Santana, entonce é conversa, não foi meu pai que contava, não foram pessoas, foi conversa que eu ouvi contar. Aí entonce, uns dizem que foi o Conselheiro que mandou. Antonio da Mota ficou doente, trouxeram ele baleado para a fazenda dele aí na Umburana, aí para Umburana, que esse homem parece que, diziam que ele tinha hóstia no corpo e não sei o quê, conversa do povo. Aí diz que o Conselheiro dizia: “Minhas gentes arredem da porta desse homem! Ô asa vocês deram para o inimigo! Isso aqui vai se acabar, porque vocês fazem uma injustiça dessa!”. Cansaram de ouvir o Conselheiro dizendo isso na porta onde ele habitava.

E1 – *Agora tem uma estória de que foi ele que mandou avisar aos soldados lá no Uauá, que o pessoal de Antonio Conselheiro estava indo daqui para encontrar lá no Uauá, não é não?*

JR – Saiu essa estória, aí eles maldaram isso. Os jagunços tinham muita gente perversa. Eu sei que esses, contava Paulo Monteiro³² que esse que matou esse pessoal, disse que ele saiu daí de Canudos, um dia de noite, vestindo uma roupa de mulher, e saiu com uma trouxa de pano como quem ia lavar para poder sair, para que não matassem ele.

E1 – *Me diga uma coisa João: ainda antes do Uauá um pouco, mas nesse tempo aí em Canudos tinha o quê? Tinha professora, tinha escola?*

JR – Tinha professora, era aqui perto da Natuba, e desse meio daí que tinha a professora.

E1 – *Nesse tempo o Manoel Quadrado³³ já estava aí?*

JR – Já.

³² Antigo morador de Canudos. Pequeno proprietário rural. Possuidor de grande saber sobre a história do lugar e da gente canudense. Faleceu na sua cidade aos 99 anos.

³³ Caboclo das beiradas do São Francisco. Informa a tradição oral haver ele nascido em Chorrochó, Bahia. Era o *Tratador do Conselheiro*, sendo profundo conhecedor das plantas medicinais da caatinga, razão pela qual gozava de grande respeito e admiração junto ao povo canudense.

E1 – *Manoel Quadrado era caboclo, não era?*

JR – Era.

E1 – *De onde “seo” João?*

JR – Aí agora é que não sei, mas diz que era acaboclado.

E1 – *Tinha muito caboclo aí dentro?*

JR – Aí eu não sei, se já tinha muito caboclo.

E1 – *Mas dizem que os índios ajudaram a carregar as madeiras aí.*

JR – É. Ajudavam. De Cícero Dantas, de Mirandela, de Massacará, tinha muitos aí que ajudaram a carregar madeira.

E1 – *Seu pai era caboclo também?*

JR – Não. Meu pai era moreno, mas não era caboclo não.

E1 – *“Seo” João, me diga uma coisa: depois do Uauá, como é que foi, o povo ficou aqui assustado? Antes disso: quem foi daqui comandando o povo lá para o Uauá?*

JR – Uns dizem que foi Quinquim do Coiqui, que era avô de Paulo Monteiro. Quinquim do Coiqui e outros, mas eu não tenho certeza quem ia comandando.

E1 – *Agora lá foi um acabamento, morreu muita gente, não é verdade?*

JR – Só morreram sete soldados, o médico e dois guias. Agora, dos daqui foi um acabamento, porque naquele tempo eles não tinham armamento nenhum, eles brigavam era de chuço, era de foice, facão, de pedra. Os bacamartes que tinham era muito pouco, poucos tinham espingardas, o mais não tinha.

E1 – *Depois do fogo do Uauá como é que ficou o povo em Canudos?*

JR – Aí o povo já ficou vigiando. Porque com as notícias que a Força vinha eles já iam esperar de longe. Como andava uns boiadeiros aqui contando gado e iam passando dois soldados de Juazeiro para Capim Grosso³⁴, aí eles pegaram os soldados e trouxeram aqui para Canudos, essa era estória que meu pai e meu avô contavam. Aí foram levar os dois soldados ao Conselheiro: “Olhe aqui dois soldados do Governo que nós trouxemos”. Então o Conselheiro perguntou: “Me digam uma coisa, o que é que esses homens já fizeram a vocês? Vão procurar quatro cavalos, peguem dois rapazes de confiança e vão botar esses dois soldados aonde vocês acharem”. Eles então disseram: “Mas nós queremos ficar com as armas, com as manulincha”. Eles ficaram com as duas manunlichas, por isso que quando vieram os fogos, os jagunços já tinham aprendido a atirar.

E1 – *No fogo do Cambaio³⁵, com Febrônio, o povo estava lutando com que armas?*

JR – Eles já tinham essas Manulinchas³⁶. No fogo do Uauá, dos soldados que mataram eles arranjaram mais algumas, com as duas que eles já haviam pegado antes todos já tinham aprendido a atirar. Quando eles matavam um soldado já sabiam. Quem ficou com essas duas era um tio meu, ele se chamava José Guerra e um filho de Joaquim Macambira. No fogo do Uauá eles arranjaram mais algumas. Tinha algumas pessoas, como tinha aqui em Santa Luz, naquele tempo era Santa Luzia, um coronel chamado José Leitão, esse coronel gostava muito do Conselheiro, fornecia couro, mantimentos de comida, armamento, manunlichas e combleias³⁷ e um tal de “chuchu”. O chuchu era uma espécie de espingarda de cartucho de um tiro só, a bala dela é como uma bala de revólver, mas é grossa, a bala é curta e grossa, a combléia a bala é grande. Eram essas armas que em Canudos tinha muito. A casca da bala da combléia é conhecida porque é grossa, a gente achava muito casca de bala de combleia. Naquele tempo já existia o fuzil, mas era muito pouco, no meio das balas que a gente arranjava a do fuzil era mais fina que a do manunlichas.

³⁴ Município situado na região de Juazeiro.

³⁵ Confronto entre as tropas da 2ª Expedição Militar, comandada pelo Major Febrônio de Brito e os conselheiristas. Muito embora sofressem pesadas baixas os canudenses causaram forte impressão no Oficial Comandante fazendo com que o mesmo optasse pela retirada dos seus comandados. Ganhou, por esta decisão, o epíteto de “Major Fuzão”.

³⁶ Corruptela de Mannlicher. Arma criada pelo engenheiro austríaco Ferdinand Ritter von Mannlicher e largamente utilizada pelo Exército Brasileiro durante a Guerra de Canudos.

³⁷ Designação popular para o rifle Comblain utilizado pela Arma de Infantaria do Exército Brasileiro e inventado por Hubert-Joseph Comblain de Liège, Bélgica e produzido em várias variantes conhecidas como o Comblain brasileiro, chileno ou belga.

E1 – *Quer dizer que no fogo de Febrônio também morreu muita gente?*

JR – Morreu. No fogo do Uauá só morreu dez soldados.

E1 – *Então, porque Febrônio correu?*

JR – Ele teve medo, lá no fogo brigaram todos, voltaram e vieram para a Lagoa do Sangue. Aí ele viu a disposição daqueles homens desarmados querendo matar de cacete, outros de facão, outros com o machado, os que tinham espingardas eram muitos poucos, nem todos eram de espingardas, aí parece que ele conheceu que não vencia a guerra.

E1 – *Como se chamava a Lagoa do Sangue antes do combate?*

JR – A Lagoa do Sangue chamava Lagoa do Cipó, mas depois quando tiraram o mapa da Fazenda Canudos, entonce a fazenda Canudos partia da Serra Pique, a fazenda Canudos que era dessa baronesa, quando tinha o nome dessa fazenda, partia a fazenda Canudos da Serra Pique ao *Chão Talo*, do Chão Talo partia rumo direito a Braúna Furada, da Braúna Furada, rumo direito a Serra da Barreira, da Serra da Barreira rumo direito a Lagoa de Maracujá, é ela, o nome era Lagoa do Cipó, mas botaram rumo direito a Lagoa do Maracujá, da Lagoa do Maracujá rumo direito ao Posto da Gangorra que fica de junto da Serra do Cambaio, aí rumo direito do mesmo ponto a Serra do Angico, aí ficaram chamando Lagoa de Maracujá, depois agora Lagoa do Sangue, morreu tanto que quando choveu a água ficou vermelha, ficou o nome Lagoa de Sangue.

E1 – *E quem tirou aqueles corpos de lá?*

JR – Foram os mesmos jagunços. Eles tiraram foram enterrar ali onde tem uma cruz, porque ali um chão era duro e lá era uma terra de sal, a terra era...

E1 – *Salgada?*

JR – Sim, salgada.

E1 – *E o Moreira César “seo” João? Que foi ficar lá perto da sua porta?*

JR - O Moreira César até aquela data... Renato Ferraz andava por aqui, conversava com Mané Ciriaco, conversava com José Ciriaco e com esse pessoal, com Pedrão, e daquela ocasião que tinha tanta gente, mas daquela ocasião eu sempre viajava aqui fazendo serviço para trabalhar numas minas, eu não ligava nada daqui. Quando foi um dia chegou Dionísio. Aí disse: “Seo João Régis eu vim aqui porque me disseram que Moreira César tinha sido enterrado aqui na sua porta”. Aí eu disse: “Olha, Moreira César não foi enterrado, Moreira César foi queimado”. Ele disse: “Não, Moreira César foi enterrado, porque Pedrão disse ao professor José Calasans que tinha enterrado o cadáver do coronel Antonio Moreira César, e eles querem fazer uma obra e querem uma certeza do lugar aonde foi”. Eu digo: “Olhe, pois eu vou lhe dizer, Moreira César não foi enterrado, foi queimado, porque isso eu afirmo porque eu ainda conheci o *imbuzeiro*, e eles contam que ele morreu no Alto do Mário, ele e Tamarindo, entonce eles iam levando eles para enterrar na fazenda Rosário, mas foi quando eles ficaram com aquela muniçãozinha e aquelas coisas, eles vieram, os jagunços, chegaram aqui deram fogo, aí os que traziam Moreira César largaram ele aí no chão, aí passaram foram acompanhar Tamarindo, lá tomaram Tamarindo, lá cortaram Tamarindo, mas lá tinha um freguês por nome Caetano que morava assim perto, aí enterrou. E Moreira César secou, ficou largado no chão, secou. Passado uns tempos os jagunços vieram, pegaram ele e encostaram num pé de imbuzeiro, ele ficou. Ele tinha um anel e uma joia no dedo, que quem passava de longe, por um caminho que tinha ali, quem via dizia: “olhe, olhe o brilhante de Moreira César, de longe via aquela tocha. Depois que ele estava encostado outros passaram e derrubaram e ele ficou no chão, foi quando Chiquião que era tio da minha esposa, eu conheci muito, foi ele quem me disse que queimou, mais o finado Valério Pai de João Guerra, e o finado Nicolau que iam passando e disseram: “vamos queimar”! Aí juntaram uns bagaços de imburana, aí jogaram em cima do corpo e queimaram que não sobrou nada.

E1 – E quem matou Moreira César?

JR – Moreira César? Há muitos depoimentos. Eu mesmo tenho um livro que tem quatro depoimentos. Um é o de Eutímio do Rosário. Quem matou Moreira César foi um soldado. Ioiô da Professora dá outro depoimento que quem matou Moreira César foi um soldado. Renato Ferraz também dá outro depoimento que ele estando no Maceté, um freguês por nome Henrique contou a ele que quem matou Moreira César foi um soldado. O depoimento que eu dei e que está no livro é o seguinte: aqui em frente tinha um Jeromão, esse Jeromão - o

clavinote³⁸ desse Jeromão foi vendido há pouco tempo - o pessoal dele, eu ainda conheci esse clavinote dele, esse Jeromão ele disse que fazia, – porque Moreira César disse que era encantado –, disse que era, ele passava a mão e fazia bala de couro de boi, pegava o couro de boi arredondava e fazia bala, pegava, cortava ponta de novilho, a pontinha, fazia bala para botar no clavinotão. Disse que quando eles estavam na trincheira, disse que eles diziam, isso eu ouvi outros contarem, José Ciriaco, e outros contavam, quem estava na trincheira dizia: “atira Jeromão! ”. Aí disse que Jeromão dizia: “Não é tempo”. “Lá vem o homem, o homem é o cão, atira Jeromão! Não é tempo!”. Quando ele subiu a ribanceira do rio e disse: “Viva a República brasileira!”, de dentro de Belo Monte diz que ele disparou o clavinotão, quando disparou o clavinotão diz que ele deu aquela guinada na sela e soltou a rédea do cavalo, aí foi que os outros chegaram e pegaram e levaram ele para a tenda branca.

E1 – *Aí começou uma correria danada, não foi?*

JR – Aí, pronto. Depois que ele morreu passou o comando a Tamarindo, mas os jagunços já com aquele armamento, com aquela coisa que tinha, aí criaram...

E1 – *E os médicos que desapareceram aí?*

JR – Aí foi que morreu foi muitos médicos, muita gente mesmo. Agora, Ioiô da Professora ele conta, que Moreira César mandou matar aqueles médicos, eu já vi Ioiô da Professora contar, que quando Moreira César embarcou em Salvador, aí ele disse, disse que a viúva estava na calçada e disse: “Vai infeliz, vai, tu vai para Canudos, mas eu tenho fê em Deus que tú vai, mas não volta”. Isso é o que Ioiô da professora fala.

E1 – *Depois de Moreira César, “seo” João?*

JR - Foi Arthur Oscar. Pois bem, Moreira César tinha capacidade de ter vencido Canudos, porque se assim como ele chegou, dormiu no Rancho do Vigário³⁹, 19 quilômetros para Canudos, saiu cinco horas e chegou duas horas da tarde, pois bem, o que ele devia ter feito: tentado descansar a força e deixado para atacar no outro dia. Foi quando ele disse: “Tenho que

³⁸ Arma de fogo muito utilizada pelos sertanejos à época. Também conhecido como clavina.

³⁹ Fazenda situada no antigo caminho entre o Rosário e Canudos. No local passaram o Coronel Moreira César e os seus comandados.

amarrar meu cavalo no Santuário do Conselheiro hoje”. Ora, um soldado que, um pobre que vem carregado com fuzil chega para pegar aqueles que estão descansados, tinha razão de...

E1 – *Ele morreu descendo do Alto do Mário lá para baixo, não foi? O Moreira César?*

JR – Não, Moreira César, ele morreu mesmo no Alto do Mário, foi, foi isso.

E1 – *Ele desceu do Alto do Mário para a Fazenda Velha⁴⁰, desceu para a briga, não é isso?*

JR – Não, ele foi baleado lá e trouxeram ele para...

E1 – *Para o Alto do Mário, para a Fazenda Velha, não foi não?*

JR – Do Alto da Favela chamado para o Alto do Mário.

E1 – *Agora me diga uma coisa “seo” João, porque Alto do Mário?*

JR – Aí é que eu não sei. Uns dão o nome de Alto do Mário, outros dão o nome de... o nome que eu alcancei foi Alto do Mário.

E1 – *“Seo” Ioiô, me contou que o pai dele conheceu um rapaz que morava ali e que se chamava Zé Mario, e que quando ele morreu começaram a dizer: “O Alto do Zé Mário, Zé Mário, Zé Mário”, e ficou Alto do Mário. O senhor já ouviu falar isso?*

JR – Eu nunca ouvi falar isso, nem daqueles mais velhos, nunca. Manoel Ciriaco, Zé Ciriaco velho, o pai de Zé Ciriaco novo.

E1 – *Ninguém chamava? Zé Ciriaco chamava como?*

JR – Alto do Mário, todo mundo era Alto do Mário.

⁴⁰ O fotógrafo, e pesquisador Claude Santos, recentemente falecido, elucidou as dúvidas que existiam sobre a localização desses locais. O Alto da Favela é a elevação situada após o Vale da Morte. O Alto do Mário localiza-se um pouco abaixo do Alto da Favela. Quanto a Fazenda Velha, local onde faleceu Moreira César, encontra-se próximo a localização da Canudos Conselheirista. Todos os locais estão sobejamente identificados dentro do Parque Estadual de Canudos.

E1 – *E me diga uma coisa, onde é o Alto da Favela?*

JR – Apois, ainda eu lhe digo que eu não posso dizer aonde é o Alto da Favela, porque se Moreira César disse, está na história do livro de Moreira César⁴¹, o Alto da Favela é no Alto do Mário, por detrás do Alto do Mário, mas como pode ser se Moreira César saiu do Rancho do Vigário cinco horas, duas da tarde chegou no Alto da Favela e ali estendeu a lona onde ficaram os médicos e os enfermeiros, pois bem, quando ele foi baleado trouxeram ele e Tamarindo para ali para o Alto da Favela, mas quando viram que ali estava muito perto da rua, arribaram para o Alto do Mário que ficava mais longe. Lá foi onde morreram todos dois, Coronel Tamarindo e o Coronel Antonio Moreira César.

E1 - *Mas o senhor dizia que Moreira César perdeu a luta porque deu muita carreira para chegar aí, não é?*

JR – Se ele chega, assim quando ele chega, ele vem também mais devagar, mas ele queria entrar assim a peito, se ele faz como Artur Oscar, Artur Oscar quando veio fez acampamento no Alto do Mário, lá fez acampamento, botou àquela peça grande, ela mais para ali...

E1 – *A “Matadeira”?*

JR – A Matadeira. Eu alcancei ainda, parecia duas cavas de cesta, diziam que eles puxavam ela, quando ela disparava diz que ela afastava, que ela era em riba da carroça, não tiraram ela em riba do carro de boi. Está provado que no Angico⁴², quando eles vinham voltando com ela, lá numa ribanceira num riacho o carro de boi pendeu, aí quebrou o eixo, aí ela ficou muito tempo, lá no Angico, foi quando o doutor trouxe ela do Angico, ficou muito tempo lá. Artur Oscar tinha as horas dele atirar, tinha as horas daquela peça atirar, tinha vez daqueles canhões atirar, mas ele queria chegar e entrar!

E1 – *Moreira César?*

JR – É. Moreira César.

⁴¹ O depoente provavelmente se refere a obra de Oleone Coelho Fontes “*O Treme- Terra, Moreira César e a República de Canudos*”, cuja 1ª edição, publicada pela Vozes, veio a público em 1996.

⁴² Angico – Planta nativa da caatinga. Usada na medicina popular. Nome científico. A casca transformada em xarope é comprovado expectorante.

E1 – *Me diga uma coisa “seo” João, e a história da degola?*

JR – A degola, o povo conta que sobrou quatro pessoas, mas minha mãe e minha avó não contavam que viram essas quatro pessoas que sobraram. Elas contavam que teve um que escapou, esses elas viram. Elas ficavam dentro do rio e os homens também. Quando foi um dia levaram o freguês amarrado, o freguês com as mãos amarradas para atrás das costas, disse que tinha assim um serrotzinho que era onde descia, tinha uma vereda, e tinha estes e os matos comiam por riba e o gado descia para vim beber água, aí ele correu e então sabia da vereda e então saiu lá, ele correu foi tirar as costas na Canabrava.

E1 – *Me conta uma coisa “seo” João: depois que acabou isso tudo aí, ficou esse povo todo aí sem enterrar, quem foi que enterrou esse povo aí? Dizem que era uma fedentina danada, não é?*

JR – Quem veio enterrar esse povo foi Ângelo dos Reis⁴³, um grande fazendeiro aqui de Várzea da Ema, entonce ele matou uma vaca e retalhou, comprou oitenta litros, uma carga de cachaça de oitenta litros, que naquele tempo cachaça era em barril, um barril era quarenta litros de cachaça, aí veio de lá com carga de farinha e tudo, entrou aí uma caravana de gente, aí eles faziam aquelas valetas, dizia Zé Ciriaco, Mané Ciriaco e os outros, faziam aquelas valetonas e ajuntavam as pessoas. Aquela cachaça era para eles beberem “mode” a fedentina.

E1 – *Me diga uma coisa “seo” João, seu pai e sua mãe escaparam como dali?*

JR – Como eles escaparam? Meu pai mais minha mãe por uma providência. Canudos já estava esgotado, porque o Conselheiro morreu no dia 22 de setembro...

E1 – *Morreu de quê?*

JR – Morreu, disse que deu uma diarreia.

E1 – *Não foi de bala não?*

⁴³ Ângelo dos Reis – Na afirmação do historiador José Calasans “fazendeiro abastado e generoso, proprietário da Fazenda Formosa, distante 10 léguas de Canudos”. *Outras Figuras de Belo Monte*. Trecho extraído livro *Quase Biografia de Jagunços – O Séquito de Antonio Conselheiro*. A obra foi inicialmente publicada pela EDUFBA, através do Núcleo de Estudos Baianos.

JR – Não foi não. Pois bem, tem gente que teima que o Conselheiro não morreu, mas eu digo que o Conselheiro morreu porque naquele tempo, aquelas pessoas mais velhas, como bem Zé Ciriaco, Mané Ciriaco, Jeromão e milhares deles, Zé Macário, muita gente que sobrou da guerra, pois bem, aqueles que viram que o Conselheiro morreu. Só tinha a estrada de Uauá aberta. Minha mãe cansa de contar que os soldados se deitavam ali onde tem aquela “estátua” e gritavam: “Dona Pimpona! ” –Dona Pimpona era mulher de Honório Vilanova –: “Para que é boi no “curráli?” “Boi no curráli é pra faca”. Aí os soldados respondiam: “Boi no curráli é pra faca ou então é pra capar”. Diz: “Olhe, vão embora que só tem a estrada de Uauá aberta! ”. Entonce, os que enterraram Antonio Conselheiro, por isso que eu digo que é uma prova que ele foi enterrado, Zé Ciriaco e esses outros, eles e Mané Ciriaco, esses, Antonio Vilanova, Honório Vilanova passaram, esses que escaparam, que escapou foi muita gente, mas deixa que meu pai mais meu avô não souberam que o Conselheiro tinha morrido, aí eles se viram para morrer de fome, aí passaram a mão e disseram: “Vamos procurar o que nós comer? ”. Aí saíram de noite na estrada de Uauá, meu pai, meu avô e um tio por nome Odilon, aí chegaram na “bêerre”, lá arranjaram o que comer aí voltaram, quando voltaram, chegaram os soldados tinham tomada a estrada de novo, aí voltaram para trás, foram ficar aqui na baixa das Imburanas, que tinha uns conhecidos que já tinham fugido, como Antonio Barriguda tinha saído mais outros. Aí deixa que minha mãe mais minha avó aí foram presas, quem tomava conta desse pessoal era aquele jornalista Lélis Piedade⁴⁴, entonce o Lélis Piedade arranjou emprego para elas, mas elas disseram que queriam voltar e que sabiam que os maridos não tinham morrido, porque elas estavam dentro, elas saíram e vieram para o alto, os que estavam depois que fechou que eles pegaram eles mataram todos, e os maridos eles não mataram, elas sabiam que eles saíram e não entraram mais, sabiam que eles estavam vivos, como de fato voltaram. O Dionísio foi quem levou o professor José Calasans⁴⁵ lá em casa, aí quando levou eu mostrei aquele documento que ele deu, Lélis Piedade, pois bem, esse documento ficou a mão de minha mãe, de minha avó, quando minha avó morreu ficou na mão de minha mãe, quando minha mãe morreu ficou na mão de um irmão meu, aí depois eu mostrei ao professor José Calasans, aí ele disse que era o melhor dia de Canudos, porque ainda tinha aquele documento, daquele tempo.

⁴⁴ Amaro Lélis Piedade foi farmacêutico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou no Diário de Notícias até 1886 e posteriormente no Jornal de Notícias. Foi ainda eleito para a Assembleia Estadual Constituinte de 1891, sendo reeleito para outros dois mandatos. Foi secretário do Comitê Patriótico da Bahia. E nesta condição forneceu o documento a que se refere João de Régis, ou seja, o salvo conduto para seus familiares retornarem a Canudos. Lélis Piedade faleceu em 1908.

⁴⁵ CALASANS, José. (1915-2001). Professor, historiador, escritor e pesquisador. Nascido em Aracaju, Estado de Sergipe, porém, construiu a maior parte da sua carreira acadêmica e intelectual em Salvador, cidade onde faleceu.

E1 – *E me diga uma coisa “seo” João, sua mãe foi presa para Salvador, foi?*

JR – Foi presa, minha mãe e minha avó.

E1 – *Depois voltaram para aí?*

JR – Aí sabiam que os maridos não tinham morrido porque estavam fora, voltaram para encontrar com os maridos.

E1 – *Voltaram para aonde, para as Umburanas mesmo?*

JR – Para as Imburanas, sim senhor, para as Imburanas mesmo.

E1 – *Me contaram uma estória, que o coronel José Américo Camelo⁴⁶, logo depois que terminou a guerra, que era amigo do Barão de Jeremoabo, andou catando o pessoal aqui para matar, é verdade?*

JR – É verdade. Esse Pedrão mesmo correu para Pernambuco, depois de muito tempo que ele voltou em liberdade. Tanto José Américo, como Cícero Dantas, Barão de Jeremoabo, catava jagunço para matar. Por isso que aquele negócio do Canudos, aquilo fica encoberto porque ninguém não queria tocar no assunto.

E1 – *Por quê tinha medo?*

JR – Tinha medo demais, tinha.

E1 – *Venha cá “seo” João, esse pessoal que começou a construir a segunda Canudos, chegou por aí quando?*

JR – Começou a chegar depois, o coronel José Américo foi muito ruim e logo depois se tornou bom. Naquele tempo era município de Monte Santo, entonce bem de junto daquela ponte perto das Umburanas vinha uns praianos do rio, de lá dessas terras, vender farinha, feijão, essas coisas, aí depois pediram para fazer uma feira, aí tinha um coronel Janjão de

⁴⁶ Cel. José Américo Camelo de Souza Velho – Primo e correligionário político do Barão de Jeremoabo. Inimigo público de Canudos, sendo um dos fornecedores de mantimentos para o Exército Brasileiro, durante a Campanha de Canudos. Sua patente advinha da Guarda Nacional. Está sepultado na Igreja de Maçacará.

Macedo que naquele tempo era o Intendente, e não tinha prefeito, tinha era o Intendente, ele era o Intendente de Monte Santo, foi quem deu liberdade para tornar a começar Canudos. Ele tinha uma grande fazenda aqui perto, do Pasto dos Bois aqui para cima, aí foi ele quem começou a fazer aquela igreja de Santo Antonio, esta derradeira, foi quem começou, foi ajudando aí Canudos tornou...

E1 – *Será que o senhor sabe em que ano foi que começaram a voltar para aí?*

JR – Eu não sei e sabendo que foi logo, não demorou muito porque logo que meu pai veio e se juntou mais minha mãe, entonce veio ser vaqueiro desse coronel Janjão de Monte Santo, e eles dizem que, muita gente diz que minha idade foi aumentada, por isso eles dizem que eu tenho noventa e quatro anos, porque foi aumentada, mas eu digo que não foi aumentada porque esse coronel Janjão de Macedo tinha essa fazenda aí e meu pai foi ser vaqueiro dele, ali onde eu moro mesmo, não é o mesmo porque a casa era mais para lá e mudou para cá, aí foi ele que me batizou. Quando foi para tirar meus documentos, foi tirado no batistério do Monte Santo, e o pessoal mais velho tinha isto, aí se batizava ele dava aquela idade certa, por isto que digo que a minha idade não foi aumentada, porque se não fosse uma certeza não dava, mas foi ele quem me batizou.

E1 – *A gente estava conversando sobre um assunto, mas aí eu me lembrei da estória da escola, tinha escola aí em Canudos depois de construída não tinha?*

JR – Depois de construída. Domingos Dantas de Brito, ele era o mandatário aqui de Canudos, entonce pediu, Juraci Magalhães era o Governo⁴⁷, aí ele pediu uma professora formada, foi a primeira professora formada, aí ele mandou.

E2 – *Como era o nome dela? Lembra o nome dela “seo” João?*

E1 – *O senhor lembra o ano?*

⁴⁷ Após a Revolução de 1930, Juraci Montenegro Magalhães foi nomeado Interventor Federal na Bahia no período de 1931 a 1937 Voltou a governar o Estado, agora eleito pelo voto popular, de 1959 a 1963.

JR – Agora não me lembra do ano, me parece que o nome dela era Geraldina, pode ser, fosse um dia que João Botão ou outras pessoas mais velhas se lembrasse, a mulher de João Botão é bem fácil se lembrar que ela é lembrada.

E1 – *E Lampião?*

JR – Lampião passou aqui no Rio de Pedra e daqui do Rio de Pedra ele cortou, teve aqui na Barriguda...

E1 – *Na Várzea da Ema ele não teve não?*

JR – Ah! Na Várzea da Ema, ele queimou Várzea da Ema. Primeiro quando Lampião veio para aqui, ele, em 1928, Lampião passou o rio para a banda de cá, aí ele escondeu-se aqui na Várzea da Ema, aqui para dentro o coronel Petro⁴⁸ escondeu ele aí, entonce ele, botou ele aí dentro de uma sacada e ficou fornecendo, aí avisou ao Sargento Bigode de Ouro que viesse matar Lampião, que Lampião estava com seis homens aí dentro de uma sacada, que estava na hora de vir matar Lampião. Aí, mas Lampião era vivo, ele tinha um “espia”, foi quando eles disseram, o cabra chegou a gritar: “Lampião, cuidemos nós que vem de “macaco” aí que chega vem “negrejado”. Aí eles lá cortaram, passaram aqui no Canché, chegaram no Canché arranjaram aí uns animais, foram para o Rosário, quando chegaram no Rosário. Eu só não me achei nesse dia, só não vi eles, porque eu tinha um animal e o animal saiu da roça e eu não fui nesse dia. Aí quando eles chegaram lá eles disseram: “Zé Roxinho – que era um negociante - tiraram, ele tirou duas notas de quinhentos e disse: olhe, isso aqui é para nós beber e comer daqui até amanhã, porque nós vamos fazer aqui uma festa. Aí disse: “olhe, quando, se esse dinheiro se acabar você não dar, não gasta um tostão, me diz para eu repor esse dinheiro”. Aí tocou mandar matar bode, e a festa rolou aí, quando foi no outro dia o dinheiro que gastou Zé Roxinho me contou (**risos**), foi oitocentos mil réis, naquele tempo era mil réis. Aí ele alugou seis animais, disse: “esqueça esse dinheiro que vai ter que mandar para atrás”. Aí foi um senhor por nome Chico do Cantil levar eles em Euclides da Cunha, quando chegaram em Euclides da Cunha ele foi no quartel e prendeu os soldados, tomou as armas e voltou e disse: “olhe, não se movam que eu não quero bulir com ninguém”. Aí, o padre Berenguer estava celebrando missa aí, aí eles disseram: “é para o senhor ir, vá celebrar missa, que é para o

⁴⁸ Cel. Petronilo de Alcântara Reis foi poderoso latifundiário e chefe político, senhor de numerosas propriedades, entre elas a fazenda Várzea da Ema. Acoitou Lampião nos seus primeiros dias baianos, para o trair posteriormente, despertando a ira do cangaceiro que atacou e destruiu inúmeras propriedades do coronel.

senhor ir nos levar em Tucano”. Aí eles assistiram a missa – por sinal tinha um chofer deles que ele era aqui de Canudos, por nome Antonio de Jonga, que ele era contratado – esse Antonio, ele mesmo me contou que ele tinha saído, quando ele vinha, ele gritou: “olhe rapaz, sabe com quem está conversando? ” Ele disse: “não”. Ele disse: “Me dê esse fuzil”. Ele disse: “Ah, não dou não! ” (Risos). “Você não dá, mas eu lhe tomo”. “Ah, esta é outra conversa, se o senhor me tomar, porque eu não vou lhe dar o que não é meu”. Aí ele disse: “ É. Abra tudo logo, cabra bom, muito bem! Mas me dê o fuzil para eu botar mais os outros. Quer ir mais eu? Vamos mais eu”. “Não, não vou não”. Aí levou o fuzil, botou lá, aí foram para a igreja, assistiram a missa mais os cabras, aí foram no carro do Berenguer⁴⁹ para o Tucano, quando chegaram no Tucano tinha um caminhão, aí eles despacharam o padre, pegaram o caminhão e foram para Pombal.

E1 – E venha cá “seo” João, é verdade essa estória de que Pedrão foi brigar com Lampião?

JR – É. Ele foi contratado. Ele disse a Dr. Canteiro que depois da Guerra do Canudos, trinta anos, não era para Lampião. Contratou-se porque tinha o espírito de brigar, mas nunca brigou. Mas, muitas vezes vi ele andando de “volante”.

E1 – O senhor viu?

JR – Pedrão? Milhares de vezes!

E1 – O senhor conversava muito com ele “seo” João?

JR – Nunca conversei com ele. Me dava. Tive em festas na casa dele aí no Canudos, que ele botava festa, mas nunca, ele não me interessava, não sei o que era aquilo. Aí, bom, apanharam um caminhão, em Pombal eles tiraram retrato, de Pombal foram para Cícero Dantas, entonce em Cícero Dantas deixa que Bigode de Ouro⁵⁰ vem no “aceiro” dele, atrás, quando em Cícero Dantas ele comprou um burro, veio um senhor montado num burro, entrou na rua, o burrão de

⁴⁹ Francisco Cesar Brerenguer foi pároco de Monte Santo, onde exerceu expressiva liderança religiosa e política. Conservador e severo desfrutava de grande prestígio e respeito da população. Hoje nomeia a principal praça da cidade. Segundo a tradição oral Monsenhor Berenguer alegou problemas no seu Ford Bigode e despachou Lampião e seus cabras em outro veículo. Na verdade um ardil do religioso para se livrar das incômodas companhias. Esta história é até hoje contada na região.

⁵⁰ José Joaquim de Miranda, sargento da Polícia Militar da Bahia. Morreu naquele que foi o primeiro combate sangrento de Lampião em terras da Bahia. O fato correu na estrada de Maçacará, município de Euclides da Cunha.

passeio tal e fim, aí ele pediu o burro para dar um passeio, ele deu, ele passeou na rua no burro, quando chegou disse: “quer um conto de réis nesse burro?” Aí o freguês disse: “é seu”. Aí ele tirou duas de quinhentos deu. Disse: ”eu só vou comprar este burro porque nunca dei minha palavra para voltar, mas mais tarde serve para “macaco” andar montado”. Aí cortou por cá, Bigode de Ouro cortou por cá, quando Bigode de Ouro chegou em Euclides da Cunha soube que Lampião tinha entrado em Cícero Dantas por lá, aí ele botou um corte, aí se toparam numa fazenda por nome Subida do Mato, e depois desse fogo uns quatro ou cinco dias eu passei lá, estava a cova de um, que eu vinha viajando, vinha de Cícero Dantas. Aí desceram, ele matou o Bigode de Ouro e dois soldados. Entonce ele foi no bolso de Bigode de Ouro e encontrou a carta que Petro tinha mandado para ele em junho, aí ele disse: “Ah! Petro!”. Daí ele disse: “olhe, eu vim para a Bahia me descansar, mas já que me ofereceram, agora aí, arruinou-se”.

E1 – *Sr. João, quem foi que pegou Paulo Monteiro, foi a volante?*

JR – Foi. Tanto a volante judiou Paulo Monteiro, porque diziam que Paulo Monteiro era coiteiro, sem Paulo Monteiro sem ser “coiteiro” nem nada.

E1 – *Agora vamos voltar um pouquinho para Canudos? O senhor conheceu Antonio Batista⁵¹ aí?*

JR – Ah, demais! Demais!

E1 – *Ele era negociante não era?*

JR – Era.

E2 – *Ele morava próximo a quem, “seo” Paulo? Colada com quem? Antonio Batista?*

E1 – Era desse lado, à esquerda.

E1 – *Ele negociava com o quê?*

⁵¹ Ex-Prefeito de Euclides da Cunha, a quem Canudos pertencia, antes de ser emancipada em 1985.

JR – Com fazenda.

E1 – *Fazenda?*

JR – Sim. Fazenda e miudeza.

E1 – *Tecido?*

JR – Sim, tecido.

E1 – *E Enoque⁵² negociava com o quê?*

JR – Com tecido também.

E1 – *“Seo” Pombinho?*

JR – Com tecido.

E1 – *E quem é que vendia cereal?*

JR – Cereais aí...

E1 – *Era na feira?*

JR – Era na feira, era Osvaldo.

E1 – *E ninguém negociava com couro não?*

JR - Os negociantes de couro era Isaiás Canário⁵³, e tinha mais, tinha diversos, Antonio Pocinho...

E1 – *Quem vendia carne?*

⁵² Ex-Prefeito de Euclides da Cunha. Forte liderança de Canudos, onde também possuía importante comércio, armazém onde sortido, como se diz no sertão.

⁵³ Mais importante liderança política de Canudos. Consta da tradição oral haver ele solicitado ao Presidente Vargas, quando da visita deste a Vila no ano de 1940, a construção da Barragem do Cocorobó, muito embora haja controvérsias sobre este fato.

JR – Cumpade Juvenal tinha açougue, tinha, pois bem, os compradores de couro, nada era comprado lá, eu mesmo, toda vez, deixei de comprar couro lá há pouco instante, mas eu comprava pele, eles me davam o dinheiro e eu comprava pele para eles. Comprei muita pele para Antonio Batista no tempo que ele foi...

E1 – *E quem vendia carne, por exemplo?*

JR – Carne os mesmos, carne vendia era no açougue.

E1 – *Quem era que vendia?*

JR – Era cumpade Mané Salú, era o marchante mais forte.

E2 – *Como era o nome dele?*

JR – Pedro Salú.

E1 – *Aonde era que ficava o açougue?*

JR – O açougue fica na parte assim, do Barracão assim para lá. Mas...

E2 – *O nome dos outros, dos outros comerciantes de carne.*

JR – Eu mesmo era vendedor, eu vendia carne. Zeca do Pão vendia carne.

E1 – *E pão? Quem vendia pão?*

JR – Era Antonio Pocinho que tinha padaria. Zeca do Pão e Zé Vital o pai de Zito, Zeca do Pão chamava Zeca do Pão porque ele comprava pão para sair revendendo, aí apelidaram de Zeca do Pão, os filhos também ficaram como Zeca do Pão.

E1 – *Agora “seo” João aquele, tinha a igreja, não tinha? Tinha umas casinhas e tinha um sobrado grande, de quem era aquele sobradão?*

JR – Domingos Ferreira de Brito (Ferreira ou Dantas?).

E1 – *Domingos Ferreira de Brito.*

JR – Domingos Dantas de Brito, a gente chamava ele Domingos Ferreira.

E1 – *E quem era Domingos Dantas de Brito? Ele fazia o quê?*

JR – Esse era o mandatário, era muito rico, era o chefe de Canudos.

E1 – *Era fazendeiro?*

JR – Era fazendeiro. Olhe os “revoltosos⁵⁴” não entraram em Canudos por “causo” dele.

E1 – *Revoltosos de onde?*

JR – Na Revolta de 26.

E1 – *A Coluna Prestes.*

JR – Sim, Prestes. Não entraram no Canudos por causa de Domingos Dantas de Brito.

E2 - *Por que? Ele resistiu?*

JR – Foram botar um piquete nele na Serra da Canabrava. Ele tinha quatro “fio” home, Juca esse era pequeno, tinha dois soldados, naquele tempo tinha um Arnestão que morava no Caipã⁵⁵, que ele tinha um quarto cheio de “manunlichá” e bala.

E1 – *Como era o nome dele?*

JR – Arnesto⁵⁶.

E1 – *Arnesto?*

⁵⁴ Revoltosos – Adjetivação que os sertanejos atribuem aos integrantes da Coluna Prestes.

⁵⁵ Caipã – Uma das serras que circundam Canudos.

⁵⁶ Ernesto

JR – Sim. Antonce, finado Domingos Ferreira mandou pedir a ele um “mucado” de manunlicha, eles mandaram, ele mandou, aí ele ajuntou os home e foi botar.

E1 – *Quer dizer que aquele casarão era de Domingos Dantas de Brito?*

JR – Era.

E1 – *E depois? E “seo” Juquinha não foi dono dali também?*

JR – Quem?

E1 – *Juquinha?*

JR – Foi, porque venderam.

E1 – *Venderam depois, né?*

JR – Depois é. Venderam. Depois ele foi-se embora.

E1 – *E quais eram as melhores casas de Canudos naquela época?*

JR – As melhores casas de Canudos era a dele, era aquele sobrado. A de Isaías Canário, porque a de Isaías Canário assim mesmo era a melhor casa. A de Antonio Batista.

E1 – *E venha cá, essas pessoas que tinham mais dinheiro moravam todas no mesmo lugar? Mais ou menos no mesmo lugar, não era?*

JR – Era. No mesmo lugar.

E1 – *Aonde era mais ou menos? Era perto da praça?*

JR – Era. Era perto da praça.

E1 – *Os mais ricos?*

JR – Os mais ricos. Os mais ricos era Antonio Peixinho, esse Domingos Ferreira, política...

E1 – *Ele era político?*

JR – A questão, ele pegou uma política braba mais Isaías Canário, aí...

JR – *É Domingos Dantas de Brito?*

JR – É. Domingos Dantas de Brito. Ave Maria! Que ele era um grande. Aí depois...

E1 – *Ele era filho daqui mesmo de Canudos?*

JR – Não. Era filho de Pombal, de Ribeira do Pombal. Mas ele tinha, aquele Mandacaru⁵⁷ era todo dele, Canabrava, Cachoeirinha, tinha milhares de fazenda, quando ele saiu só não vendeu a fazenda da Canabrava e o Mandacaru, foi a felicidade de Juca e dos filhos.

E2 – *E a briga foi porque mesmo, na verdade?*

JR – Mas foi para lá, e lá não se deu, terminou, morreu e acabaram tudo, nunca mais para cá.

E1 – *E venha cá “seo” João, esse Domingos Dantas de Brito, ele era ligado a Juraci Magalhães, não era?*

JR – Era.

E1 – *Amigo de Juraci?*

JR – Era.

E1 – *E venha cá “seo” João, a Revolução de 1930 se comentou por aqui? Aquela briga de 1930?*

⁵⁷ Mandacaru e Cachoeirinha – Lugarejos situados em território de Canudos.

JR – Não.

E1 – *Ninguém falou aqui. Agora falou de Prestes?*

JR – De Prestes. Que eles cortaram por aí, aí eles vieram, mas eles toparam com um piquete, aí cerraram foi um fogo bonito, mas eles tinham que passar ali, aí eles recuaram, e de lá, cortaram por lá, foram passar no Caratacá, aí daí subiram e foram se acabar em Morro do Chapéu que era, que naquele tempo era de Horácio Matos.

E1 – *Esse piquete foi aonde?*

JR – Foi na Serra da Canabrava.

E1 – *Da Canabrava.*

JR – Da Canabrava.

E1 – *Venha cá “seo” João, tinha muito carro aí, carro, automóvel?*

JR – Tinha não.

E1 – *Não tinha nenhum?*

JR – Tinha não.

E1 – *Mas o capitão Isaías não tinha um Ford de Bigode?*

JR – Era.

E1 – *Uma Fobica?*

JR – Era. Tinha.

E1 – *O senhor andou nessa Fobica?*

JR – Inhô?

E1 – *O senhor andou na Fobica?*

JR – Ele mesmo era... Primeiro eles compraram um JEEP e aprenderam a dirigir no JEEP, depois...

E1 – *Me diga uma coisa: tinha loja de tecido, de couro, e quem vendia remédio?*

JR – Remédio não tinha não.

E1 – *Não tinha não? Não tinha uma botica para vender remédio não?*

JR – Depois surgiu. Já o Canudos já quase esgotado foi que Genaro⁵⁸, finado Genaro pegou a vender. Já estava indenizado o Canudos, já era ...

E1 – *E quando tinha qualquer doença tomava o quê?*

JR – Agora aí, era rapa de pau.

E1 – *Quem é que fazia, quem é que ensinava isso?*

JR – Minha avó que era parteira, era muito mezinheira, vinham buscar ela. Esse coroné Petro mesmo...

E1 – *Coronel Petro?*

JR – Vinha para uma festa nos Canudos, aí quando chegou no caminho, a mulher, o burro se espantou e a mulher caiu do burro, aí estava muito doente, morre, mas não morre ali no caminho, aí ela morava bem ali na Imburana de junto da casa de João Botão, aí Domingos Ferreira mandou chamar ela para ela: “olhe, é para você tratar dessa mulher”. Aí ela botou a criança no mato, ela tratava de remédio caseiro tal e fim, aí a mulher escapou. Virgem! Petro gratificou ela com uma coisa enorme. “Já se você ver que não trata da mulher”. Mandava para Bonfim, naquele tempo tinha Dr. Antonio que era famoso. Ela: “Não, vamos ver” E está e está

⁵⁸ Genaro Rabelo

e está. Diz ela que nunca morreu uma parteira* na mão dela. Ela morreu ficou a mãe de João Guerra⁵⁹, a mãe de João Guerra também era famosa, era uma parteira.

E1 – *E esses remédios eram feitos mesmo em casa, não era?*

JR – Era feito mesmo em casa, era.

E1 – *E quando tinha qualquer dificuldade maior, carregava para onde?*

JR – Às vezes tinha no Monte Santo um médico, Dr. Caldas.

E1 – *Como foi o último dia da cidade aí, “seo” João? Se lembra quando foi que encheu o açude?*

JR – Me lembro.

E1 – *Como foi? Conta aí para gente.*

JR – Quando o açude encheu, nesse tempo, o povo era só discutindo que o rio com o açude quebrava, isso foi crença, e esse açude só enchendo, enchendo, mas nesse tempo eu passei a mão e fiz uma, meu irmão mais eu fizemos uma roça lá no Saco Comprido, eu é que descia mais lá, nessa ocasião ele adoeceu, foi se tratar do pulmão, foi se tratar em São Paulo, eu fiquei lá sempre, aí o povo já dizia que o açude pipocava, o pessoal dali retiraram-se todos, só ficou a mulher de meu irmão, porque eu todo dia eu vinha dormir em casa. Quando foi uma ocasião, eu brigava mais ele, eu cheguei na rua, estava Maria de finado Enock na bodega, e tinha um dizendo: “O açude vai sangrar! O açude vai pipocar! ”. Ela dizia: “Eu tenho pena de muita gente, mas só tenho pena de comadre Maria porque o marido dela não está aí e ela está sozinha em casa”. Digo: “Mas dona Maria, toda noite eu venho dormir aí, o açude não pipoca não”. Aí estava um senhor assim conversando: “Não! Como é que o açude não pipoca?”. Eu digo: O açude não pipoca, o açude vai pipocar o quê, magote de burro? ”. O Vasa Barris, o São Francisco que é vivo enche e seca sem chover é dominado, não é para um rio “véio”, seco, só enche quando chove e quando não chove está de seco, o que é que ele pipoca coisa

⁵⁹ João Oliveira Dias (1906-1992). Antigo morador de Canudos. Funcionário aposentado do DNOCS, foi dos mais ativos narradores da história de seu povo, sobre a qual tinha grande conhecimento herdado dos seus parentes e contemporâneos.

nenhuma! Mas vocês vão!!!”. Ficou Zé de Régis, a casa de Zé de Régis purinha, pois bem, eu todo dia vinha dormir aí. Entonce quando foi um dia, eu tinha ido dormir lá, mais ele, que a ele estava trabalhando até... aí eu mandei dizer aqui a meus irmãos e tal, andei no açude, cheguei e ele estava a água só chegando, aí eu olhei, olhei, achei melhor mandar ele vir simbora dizer a eles que se quisessem espiar o açude sangrar que eles fossem, que o açude ia sangrar naquele dia, como de fato sangrou meio-dia. Quando foi no outro dia, eu estava lá que dei fé, ele chegou, um irmão meu, mais uma irmã e uma cunhada. Ah! Eu cheguei, quando cheguei estavam arrumando os “trens” para tirar lá para cima, aí eu digo: “Que serviço é esse?!”. “Ah, nós estamos tirando as coisas”. “Mas vocês estão doidos? ”. “Mas todo mundo não tirou? ”. Eu digo: “E eu sou culpado de todo mundo tirar? Eu digo: mas aqui é que não sai nada, se o açude está sangrando, ele foi feito para encher, não foi para não encher e sangrar”. Aí, ele não quer acreditar que ele encheu, ele quer pipocar!

E1 – *O senhor se lembra quando foi que ele encheu mesmo? Dizem que choveu uma porção de dias, aí encheu.*

JR – Foi.

E1 – *O senhor se lembra disso?*

JR – Lembra. Ah! Mas naquele tempo choveu bonito, chovia todo dia, e a chuva era geral.

E1 – *O senhor se lembra o ano que foi que encheu a barragem?*

JR – Foi em 81⁶⁰, não lembro não.

E1 – *Não lembra não, não é? “Soe” João, eu queria lhe agradecer muito, viu? Muito obrigado aí pelo depoimento, aprendi, toda vez que encontro o senhor é aprendendo, aprendi muito, lhe agradeço muito, e fica combinado assim: quando o tempo estiver firme eu passo aqui e a gente vai lá na Canudos “veia”. Está certo?*

JR – Está certo.

⁶⁰ A Barragem de Cocorobó foi posta em funcionamento no ano de 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedições Militares Contra Canudos. seu aspecto marcial. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. 225p. il.

BOSI, Ecléa. Lembranças de Velhos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987. 406 p. il.

CALASANS, José. Cartografia de Canudos. Secretaria de Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura. 1ª Edição. EGBA. (Coleção Memória da Bahia, nº 5). Salvador, 1997. 147 p. il.

_____ Quase Biografia de Jagunços. O séquito de Antonio Conselheiro. Edefba, Salvador, 2013. 78 p.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. 18. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. 294 p. il.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 231 p.

FONTES, Oleone Coelho. O Treme-Terra: Moreira César – A República e Canudos. 2ª Edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1996. 404 p. il.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2001. 2925 p. il.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Desafio da História Oral. Revista Ciência Hoje: Encarte Especial: São Paulo, 1987. pp 32/35.

NETO, Manoel. Um Certo João Guerra. Artigo publicado na Revista Canudos. V.1, nº 8. Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 2007. 95 p. il.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Pequeno Dicionário dos Municípios Baianos. Mil Cores Gráfica e Editora. 1ª Edição. Salvador, 1981. 175 p.

